



**ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E ONZE**

----- No dia vinte e oito de Fevereiro de dois mil e onze teve lugar no Solar dos Peixotos, a Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

----- A Sessão teve início às nove horas e quarenta e quatro minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: Fernando Martins Machado (justificada), José António dos Santos Esteves Correia (justificada) e Tiago Miguel Marques dos Santos Escada (justificada). E para que conste na presente acta, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente distribuído, fica a seguir transcrito: -----

----- **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:** -----

- A Assembleia Municipal recebeu vários convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

- Diversas entidades e partidos políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. - A Câmara Municipal de Viseu remeteu a esta Assembleia Municipal diversos assuntos, a saber: Diversos convites à Assembleia Municipal; expediente para ser agendado na Sessão Ordinária desta AMV que se realizará no próximo dia vinte e oito de Fevereiro de dois mil e onze; “deliberação sobre NIT – Negócios, Inovação e Tecnologias, SA – Dissolução”. Para conhecimento; bem como informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a actividade municipal e situação financeira do Município. --

- O Teatro Viriato remeteu programa de “Apresentação Temporada – Março de dois mil e onze. -----

- A Associação de Pais da Escola Grão Vasco, remeteu, via e-mail, cópia de carta aberta, bem como fotos, a denunciarem as condições daquela Escola e ao mesmo tempo convidam os Senhores Deputados desta Assembleia para uma visita à mesma. -----

- O CESAE – Centro de Serviços de Apoio às Empresas, solicitou, via e-mail, ao Senhor Presidente desta Assembleia, para um grupo de alunos assistirem à Sessão Ordinária da AMV a realizar em vinte e oito de Fevereiro de dois mil e onze. -----

- A Organização Promotora enviou a esta Assembleia Municipal Manifesto sobre “Investir na Educação – Defender a Escola Pública!”. Do mesmo foi remetida cópia, via e-mail, a todos os Senhores Deputados. -----

- A Junta de Freguesia de Mundão, remeteu a esta Assembleia cópia do ofício, para conhecimento, que endereçou à EP sobre “Estrada Nacional-Duzentos e Vinte e Nove – Mundão”. -----

- As Entidades a seguir indicadas acusaram a recepção das Moções sobre: “Trinta e Cinco Anos do Vinte e Cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco. Trinta e Cinco Anos de Democracia”, apresentada pelos Senhores Deputados Municipais do Grupo Parlamentar do CDS-PP; “Pela Defesa da Manutenção do Nome “S. Teotónio no Centro Hospitalar Tondela-Viseu”, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal António Vicente de Figueiredo, do Grupo Parlamentar do PSD; “À Memória de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa”, apresentada pelos Senhores Deputados Municipais dos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP e “Falta de Fisioterapia (SNS) em Viseu”,



apresentada pelo Senhor Deputado Municipal António Joaquim Almeida Henriques, do Grupo Parlamentar do PSD, respectivamente, na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal realizada no passado dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez: Casa Civil da Presidência da República; Comissão Parlamentar de Saúde; Gabinete do Presidente da Assembleia da República e Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local. -----

- A Senhora Deputada Municipal, Maria de Fátima Coelho Ferreira, do Grupo Parlamentar PS, pediu a suspensão do mandato pelo período de um mês, a partir de treze de Janeiro de dois mil e onze, pediu igualmente a suspensão do mandato pelo período de um mês, a partir de vinte e um de Fevereiro de dois mil e onze. -----

- O Senhor Deputado Municipal, António Fernando Correia de Campos, do Grupo Parlamentar do PS, pediu a suspensão do mandato pelo período de um mês, a partir de vinte e oito de Fevereiro de dois mil e onze. -----

- O Senhor Deputado Municipal (Suplente), Alexandre João Oliveira Gonçalves dos Santos, do Grupo Parlamentar do PS, pediu a suspensão do mandato pelo período de um mês, a partir de vinte e três de Fevereiro de dois mil e onze. -----

- A Senhora Deputada Municipal, Cristina de Almeida Lourenço Varandas, do Grupo Parlamentar PS, pediu a suspensão do mandato pelo período de um mês, a partir de vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e onze. -----

----- **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----

- Foi dada autorização, por via oficiosa, aos Partidos Políticos, bem como às Entidades e Organismos que solicitaram a cedência do Salão desta Assembleia Municipal. -----

- Foram remetidos à Câmara Municipal de Viseu diversos assuntos, a saber: Certidões e Deliberações em Minuta tomadas em Sessão Ordinária desta AMV, realizada no passado dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez: “Proposta da Recomendação – “Taxa Municipal” sobre as Caixas ATM (Multibanco) Instaladas em Espaços Públicos” apresentada pelo Senhor Deputado Municipal, Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, do Grupo Parlamentar Bloco de Esquerda, na Sessão Ordinária desta AMV, realizada no passado dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez. -----

- O Senhor Doutor António Joaquim Almeida Henriques respondeu ao e-mail da Associação de Pais da Escola Grão Vasco, na qualidade de Presidente e Deputado desta Assembleia Municipal, agendou visita e comprometeu-se a apresentar Moção da próxima Sessão Ordinária de vinte e oito de Fevereiro de dois mil e onze. -----

- O Senhor Presidente desta Assembleia autorizou, via e-mail, um grupo de alunos do CESAE – Centro de Serviços e Apoio às Empresas a assistirem à Sessão Ordinária desta AMV a realizar a vinte e oito de Fevereiro de dois mil e onze. -----

- Foi enviado telegrama de condolências aos Familiares do Exmo. Senhor Doutor Júlio Seara Loureiro da Cruz, aquando do seu falecimento. -----

- Foi remetida ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República, à Excelentíssima Senhora Ministra da Saúde e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela, Moção – “Pela Defesa da Manutenção do Nome “S. Teotónio no Centro Hospitalar Tondela-Viseu, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal António Vicente de Figueiredo, do Grupo Parlamentar do PSD na Sessão Ordinária desta AMV, realizada no passado dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez. -----

- Foi remetida Moção – “Falta de Fisioterapia (SNS) em Viseu”, à Exma. Senhora Ministra da Saúde e Senhor Presidente da Administração Regional de Saúde do Centro, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal António Joaquim Almeida Henriques, do Grupo Parlamentar do PSD, na Sessão Ordinária desta AMV, realizada no passado dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez. -----

- Foi remetida Moção – “À Memória de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa”, ao Exmo. Senhor Presidente da República e Exmo. Senhor Presidente da



Assembleia da República, apresentada pelos Senhores Deputados Municipais dos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP, na Sessão Ordinária desta AMV, realizada no passado dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez. -----

- Foi remetida Moção – “Trinta e cinco Anos do Vinte e Cinco de Novembro de Mil Novecentos e Setenta e Cinco. Trinta e Cinco Anos de Democracia”, ao Exmo. Senhor Presidente da República e Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República, apresentada pelos Senhores Deputados Municipais do Grupo Parlamentar do CDS-PP, na Sessão Ordinária desta AMV, realizada no passado dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez. -----

- Foi remetido a todas as Juntas de Freguesia deste Concelho, Edital da Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, que se realizará no próximo dia vinte e oito de Fevereiro de dois mil e onze, para afixação na sede das mesmas, bem como aos Partidos Políticos. Igualmente foi remetido a um jornal diário e a um semanário, para publicação. -----

- Foi enviada, via e-mail, aos Líderes Parlamentares, com conhecimentos aos restantes Senhores Deputados Municipais, a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a actividade municipal e situação financeira do Município. -----

- Foram convocados para a Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, que se realizará no próximo dia vinte e oito de Fevereiro de dois mil e onze, via oficiosa, as Senhoras Deputadas Municipais Fernanda do Sul Ferreira e Marta Alexandra Correia da Costa e o Senhor Deputado Municipal José Pedro Esteves Gomes do Grupo Parlamentar do PS, em virtude da Senhoras Deputadas Municipais Maria de Fátima Coelho Ferreira e Cristina de Almeida Lourenço Varandas e os Senhores Deputados Municipais António Fernando Correia de Campos e Alexandre João Oliveira Gonçalves Santos (Suplemente) terem pedido a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, após a verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: “Muito bom dia a todos. Queria cumprimentar as Senhoras e os Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, Comunicação Social, também um cumprimento especial para a Senhora Presidente da Associação de Pais da Escola EB-Dois/Três Grão Vasco, bem como a Tesoureira da Associação que a acompanha e também uma palavra especial para um grupo de alunos da CESAE, que está a assistir à nossa Assembleia Municipal. Vamos dar início aos nossos trabalhos. Antes de passarmos à aprovação da acta, há aqui uma questão prévia que eu gostava de colocar às Senhoras e aos Senhores Deputados: Como é habitual, nós fazemos a Sessão Evocativa do Vinte e Cinco de Abril, no próprio dia Vinte e Cinco de Abril, desde sempre o fizemos. Eu tinha aqui um compromisso com o Senhor Presidente da Junta de Vila Chã de Sá, no sentido de propor à Assembleia que a Sessão de Vinte e Cinco de Abril se realizasse, este ano, na Freguesia de Vila Chã de Sá. Agora, surge aqui um problema que gostava de reflectir em voz alta a melhor maneira de o resolver, é que este ano o Vinte e cinco de Abril calha, exactamente, a seguir à Páscoa, dia esse em que na maior parte das nossas freguesias, incluindo Vila Chã de Sá, é dia de visita pascal, o que do ponto de vista prático cria-nos aqui uma dificuldade de é difícil de ultrapassar. O que é que eu pensei, estar a fazer a Sessão do Cinco e Cinco de Abril na segunda-feira a seguir à Páscoa não fará muito sentido, porque estaremos aqui a forçar algo e, enfim, no caso concreto da freguesia que se tinha candidatado seria muito complicado, porque têm visita pascal. Portanto, o que eu sugeria era que nós, não perdendo a tradição da “Comemoração do Vinte e Cinco de Abril”, não fizéssemos a Sessão evocativa do dia Vinte e Cinco de Abril no dia vinte e cinco, mas o fizéssemos, por exemplo, no sábado imediatamente a seguir. Porquê? Porque não colidíamos com esta questão, enfim da visita pascal e não deixaríamos de fazer a evocação do Vinte e Cinco de Abril, eventualmente, encontrando um tema, mas não vejo outra forma mais expedita para resolver o assunto



que não seja esta. Sendo isto uma questão sensível, gostava de colocar isto à consideração dos Grupos Municipais perguntando se concordam com esta solução ou se teriam alguma solução alternativa que quisessem propor. Entendo do silêncio que estarão de acordo. Portanto, prepararíamos uma sessão evocativa do Vinte e Cinco de Abril. Seria feita no Sábado imediatamente a seguir e que teria o formato habitual. Eu tenho já duas ou três sugestões que ainda não estão firmes de um convidado a ter na sessão e, portanto, seria o modelo habitual, com as intervenções dos partidos e depois um convidado que faria uma intervenção sobre o tema da actualidade. Mas a seu tempo, eu logo que tenha o nome, falarei com os responsáveis dos Grupos Municipais para obter a vossa concordância em relação a esta matéria. Hoje temos uma Ordem de Trabalhos que não é muito extensa. Vamos tentar ver se conseguimos realizar a nossa Assembleia durante a parte da manhã. Antes de passar ao período Antes da Ordem do Dia, eu ia colocar em debate a acta da reunião anterior, da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e dez e perguntava se alguma das Senhoras ou Senhores Deputados têm alguma questão para levantar. Muito bem, sendo assim vou colocar à votação. A acta está aprovada por unanimidade. Entramos agora no PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA, já tenho as inscrições do PSD e do PS. Pergunto ao Bloco de Esquerda se quer intervir no PAOD? E CDS/PP alguma inscrição no PAOD? Há um Ponto de Ordem que tem prioridade. Tem a palavra Senhor Deputado”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues. -----

- **UM – SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS)**

– Solicita a palavra para fazer a seguinte intervenção. “Este Ponto de Ordem prende-se com a condução dos trabalhos da Assembleia e no fundo para clarificar algumas situações que poderão decorrer hoje e para prevenir essas situações. No fundo, lembrando aqui alguns factos que correram nesta Assembleia Municipal e passaria a ler esses factos. A acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, de vinte e sete de Fevereiro de dois mil e sete, página onze, faz referência a uma proposta de recomendação apresentada pelo Deputado António Vicente do PSD. Proposta esta, que tinha como objectivo a promoção de um congresso onde fosse discutida a tese do Doutor Almeida Fernandes que sustenta o nascimento de Dom Afonso Henrique em Viseu e que fosse estudada a possibilidade de se atribuir o nome deste monarca a uma artéria da cidade. Depois de alguma discussão sobre a pertinência da proposta o Senhor Presidente da Mesa, Doutor Almeida Henriques, diz o seguinte (página vinte e um da acta) cito: “Mesa – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar diz o seguinte: E se estivesse de acordo, que ficasse assim - *recomendo ao Executivo Camarário, que promova ou apoie um congresso que...* Pois, um evento. Talvez deixar aqui um Evento e tirar o Congresso. Ficaria o texto – *recomenda ao Executivo Camarário, que promova ou apoie um evento onde seja discutida a tese do Doutor Almeida Fernandes, que sustenta o nascimento de Dom Afonso Henriques em Viseu, e seja estudada a possibilidade de atribuir o nome deste monarca a uma artéria da cidade. Concordam que seja este o texto*”. A Proposta de Recomendação é aprovada por unanimidade”. O Senhor Presidente da Mesa não só colocou uma proposta de recomendação à votação como, inclusive, ajudou à sua redacção final. Na mesma acta da Assembleia Ordinária de vinte e sete de Fevereiro de dois mil e sete (página vinte e dois) a Deputada Maria da Graça, Pinto do Bloco de Esquerda, apresentou uma proposta de recomendação para que o nome do poeta cantor Zeca Afonso fosse atribuída a uma artéria da cidade e o resultado foi o seguinte, passo a citar: Citação – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar esclarece o seguinte: “Portanto, eu colocava à discussão a Proposta de Recomendação apresentada pela Senhora Deputada Maria da Graça Pinto e pergunto aos Senhores Deputados se alguém se quer pronunciar sobre a proposta. Então, se ninguém se quer pronunciar, vou colocá-la à votação. A Proposta de Recomendação é aprovada por unanimidade”. Mais uma proposta de recomendação votada. Ainda na



mesma acta, o Deputado Pedro Ruas apresentou uma proposta de recomendação para que promovesse um projecto que visasse assegurar a cobertura *Internet wireless* num conjunto de praças e espaços verdes na cidade de Viseu. A proposta de recomendação foi votada e aprovada. A vinte e oito de Setembro de dois mil e sete, A Deputada Maria da Graça Pinto, do Bloco de Esquerda, colocou também uma proposta de recomendação à Câmara, onde recomendava que o IMI fosse elevado ao dobro, no caso dos prédios devolutos que não tivessem uma função social. Escuso-me aqui a citar a acta. Mais uma proposta de recomendação votada, e já agora, com um resultado no mínimo curioso, porque foi rejeitada com nove votos a favor, sete votos contra e quarenta abstenções. Ainda em dois mil e sete, outra proposta da Deputada Maria da Graça, do Bloco de Esquerda, que foi votada a propósito da adopção de medidas por parte da Câmara Municipal, no sentido de promover a participação de cidadãos no debate sobre as medidas a adoptar com vista à revitalização do Centro Histórico. Proposta esta que é rejeitada com quarenta e nove votos contra, três abstenções e nove votos a favor. Mais uma proposta de recomendação, portanto, votada e neste caso rejeitada. Já em dois mil e oito, o Deputado do PSD, António Vicente, apresenta uma proposta de recomendação para se promover uma conferência sobre a figura de Dom António Alves Martins, proposta esta que foi aprovada por unanimidade. Em dois mil e nove...” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, interrompe a intervenção do Senhor Deputado Marco Rodrigues e diz: “Senhor Deputado, é só para dizer que o Ponto de Ordem tem dois minutos. O Senhor Deputado já vai por aí com quatro minutos e meio. O Ponto de Ordem é uma coisa pontual que está definido no Regimento com dois minutos, portanto, se teve tanto trabalho a fazer isto, também tinha que ter o trabalho de ler o Regimento para saber que tinha...”-----

- SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS) – Prossegue a intervenção e diz: “Sim Senhor Presidente. Então, nesse sentido, gostaria de lhe dizer que no dia vinte e oito de Junho de dois mil e dez, eu, enquanto Deputado desta Assembleia, apresentei duas propostas de recomendação que não foram votadas, portanto, vi-me privado do direito de as colocar à votação na Assembleia. Pela primeira vez nesta Assembleia uma proposta de recomendação que requeri à discussão dos Deputados, não foi votada. Se o Senhor Presidente quiser, podemos citar aqui a sua intervenção nesta Assembleia a propósito disto. O Senhor Presidente da Mesa disse que em relação às propostas de recomendação são canalizadas ao Executivo. Nunca votámos aqui nenhuma proposta de recomendação. Repito, “nunca votámos aqui nenhuma proposta de recomendação”, uma citação do Senhor Presidente na acta de Junho de dois mil e dez. Aliás, chegou a referir-se que o procedimento já vinha do Engenheiro Coelho de Araújo, anterior Presidente da Assembleia, ao que, se entender, pode consultar a acta de vinte e seis de Setembro de dois mil e um, que poderia fazer aqui a citação, mas escuso-me então para não ocupar mais tempo. Termina Senhor Presidente, que este incumprimento e esta má condução dos trabalhos, leva-nos a dizer que no cumprimento da alínea c), do número um, do Artigo trinta e sete, que se refere ao ponto de Antes da Ordem do Dia: “Está determinado que haverá em cada sessão um período de Antes da Ordem do Dia”, que se destina ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o município. Nomeadamente, votar moções, recomendações ou pareceres que sejam apresentados por qualquer membro ou solicitados pela Câmara”. É da competência do Senhor Presidente da Assembleia, segundo o Artigo dezassete, número um, alínea g): “Assegurar o cumprimento das leis e do Regimento, e a regularidade das deliberações”, o que manifestamente não tem vindo a ocorrer. Por todos os erros e incumprimentos praticados pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Doutor Almeida Henriques, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal exige que seja restituído o cumprimento do Regimento, nomeadamente, no que concerne às votações das propostas de recomendação e



que o Senhor Presidente da Assembleia, no mínimo, assuma perante esta Assembleia os erros que reiteradamente foram sendo cometidos ao longo das últimas sessões ou então demita-se, para restituir a respeitabilidade que o cargo de Presidente da Assembleia Municipal de Viseu exige. Muito obrigado”.

 - **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Antes de mais, permita-me que eu diga a Vossa Excelência que acaba de abrir aqui um precedente grave na vida desta Assembleia Municipal. Se Vossa Excelência quer pôr em causa a figura do Presidente da Assembleia Municipal e dos seus Secretários, quer dizer, que primeiro terá que ganhar as eleições, a legitimidade deste lugar. Já disse isto uma vez a uma responsável do seu Partido e volto a dizer: Estes lugares não se conquistam por nomeação. Estes lugares são por eleição. Se eu hoje sou Presidente da Assembleia Municipal e se as pessoas que me acompanham são Secretários desta Assembleia, foi porque tivemos a confiança dos viseenses para podermos estar aqui neste processo. Portanto, o Senhor Deputado hoje, talvez pela sua juventude ou então na perspectiva da “partidarite” acaba de abrir aqui um precedente extremamente grave, que é faltar ao respeito, inclusivamente, ao Presidente da Assembleia Municipal e eu aí quero dizer publicamente que não lhe admito nem a si nem a ninguém, porque Vossa Excelência tem regimentalmente, e se teve tanto cuidado a fazer este levantamento, também devia ter tido o cuidado de estudar o Regimento e a Lei que rege as Assembleias Municipais e o seu funcionamento. Vossa Excelência sabe do seguinte: Tem um procedimento que pode utilizar sempre que discorde de uma decisão da Mesa, tem possibilidade de recorrer para a Assembleia. Se Vossa Excelência achou que alguma vez a Mesa da Assembleia não se conduziu da melhor maneira, o que tinha a fazer era a atitude corajosa, era recorrer para o Plenário da Assembleia Municipal dizendo que a Mesa não tinha cumprido o Regimento e a Lei em vigor. Esse é que é o procedimento correcto e, portanto, o Senhor Deputado se, de facto, na altura achou que não tinham sido conduzidos os trabalhos da melhor maneira, o que tinha a fazer era levantar-se e chegar a esta tribuna e recorrer para a Mesa da Assembleia Municipal. Segundo aspecto, Senhor Deputado, a condução dos trabalhos desta Assembleia é uma condução pública. É coberta através dos órgãos da Comunicação Social e toda a gente sabe que quer o Presidente da Mesa, quer os seus Secretários, em todos os momentos se comportaram com total isenção e nesta Assembleia nunca a ninguém foi cortado o uso da palavra. Portanto, aquilo que eu quero deixar bem presente ao Senhor Deputado é que não admito “partidarite” nesta Assembleia. Eu conduzo os trabalhos desta Assembleia com a dignidade que tenho conseguido dar ao lugar, honrando a memória do Engenheiro Coelho de Araújo, que foi um grande Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e que é, exactamente, um exemplo que eu gosto de seguir na condução das Assembleias. Não admito ao Senhor nem a ninguém, que ponha em causa a minha independência na condução dos trabalhos. Portanto, se quiser assumir o lugar de Presidente da Assembleia Municipal, faça favor, apresente-se nas próximas eleições e ganhe as eleições para a Assembleia Municipal e nessa altura o PS passará a presidir a esta Assembleia. Agora, indo ao fundo da questão, eu tenho aqui na Mesa uma ilustre jurista que teve o cuidado de apreciar isto. É preciso o Senhor Deputado distinguir duas coisas muito grandes, antes de vir a esta tribuna devia ter ponderado aquilo que veio fazer que é, ver aquilo que é matéria de direito. Sempre que algum dos Senhores Deputados vier aqui apresentar recomendações que sejam da competência exclusiva da Câmara Municipal, pode ter a certeza que o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal não permitirá que esses assuntos sejam votados. Assuntos que tenham que ser previamente aprovados no Executivo Camarário, não deixarei em circunstância alguma que sejam votadas aqui e mantenho. Se Vossa Excelência entender, há organismos próprios para os quais pode recorrer. Faça uma participação é o desafio que lhe lanço. Faça uma participação escrita ao órgão competente da Administração



Local. Para ter conhecimento, esta Assembleia Municipal foi auditada já por três vezes em todos os seus procedimentos legais e, portanto, faça o favor, apresente uma queixa à condução dos trabalhos e diga assim: O Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, não é isento na condução dos trabalhos e tem dois pesos e duas medidas. Faça o favor de apresentar uma queixa. É exactamente isso que eu deixo aqui ao Senhor Deputado, já que teve esse trabalho todo apresente uma queixa e eu terei todo o gosto em responder perante os auditores em relação à grave acusação que o Senhor aqui faz e, portanto, quero deixar aqui bem patente, e não quero perder mais tempo com este assunto, que aquilo que o Senhor fez hoje aqui foi um exercício de mau gosto, de má educação, que é disso que estamos e, sobretudo, um exercício de uma “partidarite aguda”, porque os actos da Assembleia Municipal e da Mesa da Assembleia Municipal estão à vista de todos e toda a gente reconhecerá que em todos os momentos conduzi os trabalhos e conduzirei sempre. Agora, também pode estar certo de uma coisa, Senhor Deputado, não pelo facto de ter tido esse tipo de intervenção que o vou conduzir de maneira diferente. Acredite que continuarei a conduzir, e os meus colegas de Mesa a mesma coisa, exactamente, com a mesma isenção com que o fiz até hoje. Sempre! No respeito por aquilo que é o Regimento da Assembleia Municipal, no respeito da Lei e sobretudo no respeito pelas pessoas que nos elegeram, sabe? Acima de tudo, nós aqui não estamos a título individual. Nós aqui estamos a representar o povo de Viseu que nos elegeu, que acima de tudo esse povo de Viseu nos merece respeito e merece que nós percamos tempo nesta Assembleia a tratar de assuntos que são importantes para o concelho e não andarmos aqui com fait *divers*, como o Senhor Deputado hoje aqui fez. Portanto, fica a posição definida e é desta maneira que nos continuaremos a conduzir no futuro. O Senhor proteste o que quiser, acredite que não vou perder a manhã toda a aturar esse tipo de procedimentos. Acredite que não! O Senhor já utilizou um Ponto de Ordem, faça o favor de ir lá. O Protesto tem dois minutos e acredite que a partir de agora em relação ao Senhor Deputado e a toda a gente vou ser rigoroso com os tempos. Oh Senhor Deputado, se quiser usar da palavra, faça o favor de a pedir. Agora, não é daí que o faz. Quem conduz os trabalhos desta Assembleia sou eu!”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues. -----

- **DOIS – SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS)** – Usa novamente da palavra e diz: “Senhor Presidente, muito obrigado por me ter dado a palavra novamente para eu apresentar este Protesto no que respeita à análise deste Ponto de Ordem que eu aqui apresentei. Apenas citei factos que se passaram nesta Assembleia, nomeadamente, propostas de recomendação em vários anos, em várias Assembleias Municipais, que dizem respeito a variadíssimos assuntos. Propostas de recomendação essas, que foram a votação nesta Assembleia e, portanto, o Senhor Presidente se entendeu a determinada altura, nomeadamente, quando eu apresentei aqui duas propostas de recomendação, que as propostas de recomendação não deveriam ser votadas, dizendo, inclusivamente, que nunca tinham sido votadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu está a faltar à verdade e não está ser correcto de acordo com as actas que estão disponíveis para todos os cidadãos. E, portanto, Senhor Presidente, não lhe admito eu a si que diga que eu sou mal-educado, porque eu estou aqui apenas a relatar factos e de maneira nenhuma estou a fazer uma crítica a si pessoalmente. Estou a fazer uma crítica à sua condução dos trabalhos nesta Assembleia, que no nosso entender, de acordo com o Regimento não foram correctos e não foi seguido o cumprimento do que consta no Regimento. Muito obrigado”. -----

- **MESA** - O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Eu volto-lhe a referir o que fiz há bocado. Se entender, faça o favor de apresentar uma queixa. Tem esse expediente, faça uma queixa ao IGAT e o IGAT abre um inquérito, pronto! Senhor Deputado Manuel Teodósio, sobre esta matéria, tem a palavra”. -----



- TRÊS – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD)

– No uso da palavra faz a intervenção seguinte: “Senhor Presidente, só para deixar aqui um protesto por parte do Partido Social Democrata relativamente a este número de mau gosto, a que estamos a assistir neste momento, que para nós é simples, tem apenas um único objectivo: À falta de outro tipo de argumentação, à falta de actuação, à falta de algo visível e dignificante por parte do Partido Socialista para Viseu, vimos aqui *fait divers*, com jogadas baixas, tentar denegrir o trabalho sério que tem sido feito. Ainda bem que as Assembleias Municipais são aberta à Comunicação Social e à população. Temos felizmente, e principalmente nas últimas, sempre muita gente a assistir. Toda a gente viu a lisura com que são organizados todos os trabalhos, todas as intervenções. É dado todo o tempo do mundo às outras forças políticas, mesmo com peso eleitoral muito menor. Se formos contabilizar até percentualmente têm muito mais tempo de intervenção, que é uma questão que é importante também ser relevada e agora vimos aqui este número, completamente, descontextualizado. Ainda os “motores não estavam quentes” já os estão a gripar. Um protesto veemente, porque, efectivamente, não é assim que se dignifica Viseu e não é assim que se defende os viseenses. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado, vamos então entrar no Período Antes da Ordem do Dia, não vale a pena mais nenhum esclarecimento, portanto, o assunto está claro. A Senhora Secretária da Mesa, inclusivamente, na altura fez um parecer jurídico sobre esta matéria e, portanto, tudo que sejam matérias que colidam com aquilo que são as competências exclusivas da Câmara Municipal, continuaremos a tratá-las sempre da mesma maneira, porque é o nosso entendimento do Regimento e da Lei, em matérias que não tenham a ver com a competência exclusiva da Assembleia Municipal, os Senhores Deputados são livres de apresentarem as propostas e recomendações que quiserem. Vou a palavra à Senhora Secretária”. -----

- **MESA** – A Senhora Segunda Secretária da Mesa, do seu lugar, intervém para dizer o seguinte: “Embora contrariando um pouco a vontade do Senhor Presidente, peço desculpa, mas eu penso que isto tem que ser, de facto, um pouco esclarecido e eu vou tentar fazê-lo de uma forma bastante simples. Pedia só aos Senhores Deputados que ponderassem nesta situação: Uma recomendação apresentada ao Executivo, naturalmente, pelo Bloco de Esquerda, pelo CDS/PP, pelo PS, refiro-me a estes Partidos por serem minoritários nesta Assembleia, em resumo e aonde eu quero chegar é o seguinte: Qualquer recomendação apresentada por estes Partidos ao Executivo, naturalmente, se não fosse o entendimento justo e equilibrado desta Mesa, nunca chegariam ao seu receptor, nunca chegariam à Câmara, nunca teriam oportunidade de serem apreciadas pelo Executivo, simplesmente, porque seriam, a não ser que obtivessem a concordância, passando a expressão, nunca passariam desta Assembleia e nunca chegariam ao Executivo. Para não entrar em questões mais técnicas e jurídicas em termos de interpretação de dúvidas ou de lacunas que existam no Regimento. Não a única razão, mas é também uma razão. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Muito bem. O assunto está esclarecido, se quiserem façam o favor de apresentarem queixa ao IGAT e depois será feito um inquérito. Vamos então passar ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**. Nós temos oito pessoas inscritas. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Mundão”. -----

QUATRO – SENHOR DEPUTADO ARMANDO NUNO DOS SANTOS GOMES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MUNDÃO (PSD) – Solicita palavra para intervir do seguinte modo: “Possivelmente, serei mais um, que venho reclamar as recentes obras realizadas pela EP – Estradas de Portugal na Estrada Nacional Duzentos e Vinte e Nova (Viseu-Sátão), em especial na área da minha Freguesia – Mundão. Deixem-me partilhar alguns dos momentos que tive com a ligação com a EP. Infelizmente, foram



vários os ofícios enviados à EP e telefonemas efectuados aos responsáveis pelas obras, no entanto sempre em vão. Foi necessário, e através do nosso ofício número cento e sessenta e seis/dois mil e dez, de catorze de Agosto, ser um pouco mais duro e agressivo nas palavras para alguém responsável pela EP em Coimbra se dignasse telefonar-me, pedindo para me deslocar a Coimbra, para falarmos sobre o conteúdo do ofício mencionado. Estranhei terem-me pedido para ir a Coimbra, quando o problema deveria ser analisado no local. No entanto, “quem não deve não teme”, desloquei-me a Coimbra no dia vinte e um de Setembro de dois mil e dez, onde fui recebido pelo Director, Subdirector e um dos Engenheiros responsável pelo projecto. Depois de uma longa conversa, que durou algumas horas, informaram-me que a maioria das reclamações já tinham sido resolvidas, o que não era nem é actualmente verdade, e que estava apenas pendente do fecho da Rua da Biquinha, mas que este assunto deveria tratá-lo com o Senhor Presidente da Câmara para arranjar uma alternativa, pois este até é bom negociador, dado que, por cada rotunda que negocia com a EP, pede um Centro de Saúde. Senhor Presidente da Câmara, como é óbvio, ironia por parte dos responsáveis da EP, e vejamos a forma como estes senhores abordam estes assuntos, pedia-lhe que negociasse as três rotundas que foram criadas na área da Freguesia de Mundão, todas elas mal implantadas, e em vez de três Centros de Saúde, um por cada rotunda, negocie um. Na realidade, o que queremos é a reabertura da Rua da Biquinha. Ficou a EP em me dar uma resposta por escrito ao ofício no prazo de oito dias, no entanto foi necessário, mais uma vez, efectuar vários telefonemas a pedir a resposta, que acabou por chegar no dia vinte e dois de Outubro de dois mil e dez, e agora sem ironia, responderam-me: (Passo a citar) “Nesta data persiste, unicamente, a questão relativa ao fecho da Rua da Biquinha. Como transmitido na reunião de vinte e um do nove, o fecho do acesso desta rua à EN-Duzentos e Vinte e Nove, prende-se com o facto de ter sido criado um circuito alternativo que permite a entrada na Estrada Nacional Duzentos e Vinte e Nove através da nova rotunda e restabelecimento associado, em condições de segurança superiores, não implicando, dada a proximidade entre a rotunda e o acesso em causa, aumento de distâncias percorridas nem perdas de tempo de percurso. Em termos de segurança rodoviária, a solução materializada é a mais indicada, quer para quem circula na EN-Duzentos e Vinte e Nove quer para quem a ela acede. No entanto e na sequência da exposição feita por Vossa Excelência, relativamente à exiguidade de algumas vias e dificuldades de escoamento do tráfego, questão que se prende com o ordenamento urbano, deverão ser estudadas, pela autarquia, eventuais soluções alternativas que, após propostas, serão objecto de apreciação e análise pelas Direcções de Projectos e de Segurança Rodoviária da EP”. Por parte da Câmara Municipal de Viseu, através do Senhor Vereador Professor Cunha Lemos, reuniu com as Juntas de Freguesia de Mundão, Rio de Loba, Cavernães e São Pedro de France, no sentido de nos ouvir, transmitido, via ofício à EP, as reclamações destas autarquias, reforçando serem também preocupações do Município, solicitando ainda à EP, uma reunião com o Município e Freguesias. Este assunto foi também objecto de análise na Assembleia de Freguesia de Mundão, que deliberou constituir uma Comissão de Trabalho. Esta Comissão, solicitou ao Senhor Governador Civil uma audiência, à qual o Senhor Governador mostrou todo o interesse no assunto, tendo mesmo diligenciado com a EP uma reunião para o dia dez de Fevereiro, onde estiveram representadas as Freguesias citadas, Município e Município do Sátão. Da reunião, longa, nada de novo, a não ser mais uma reunião e uma visita aos locais reclamados de automóvel, no entanto ficou o Senhor Governador em marcar, talvez mais uma reunião, com a Comissão Nacional de Segurança Rodoviária. Muito sinceramente, já não acredito que as reclamações sejam atendidas, pois as respostas por parte da EP deixam muito a desejar, assim como o trato e diálogo com as autarquias, no entanto a Freguesia de Mundão não vai desistir de continuar a reivindicar e proponho ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, que sejam votadas as seguintes reclamações



na Estrada Nacional Duzentos e Vinte e nove, área da Freguesia de Mundão, solicitando ainda que seja dado conhecimento às seguintes entidades: Assembleia da República; Ministro das Obras Públicas; Partidos com assento na Assembleia da República; Câmara Municipal de Viseu; Governador Civil de Viseu; Estradas de Portugal e Assembleia de Freguesia de Mundão. Um – Na rotunda do Cruzamento de Mundão, verifica-se uma autêntica aberração, rotunda desenquadrada com o troço normal da via e empurrada para a Estrada de acesso às localidades do Casal e Póvoa e para cima das habitações existentes no local, dificultando a visão no sentido Casal – Mundão. Dois – A inexistência de rotunda ou semáforo no Cruzamento de Britamontes/Catavejo, tornou-se um martírio para os moradores e utilizadores, que chegam a estar mais de quinze minutos a aguardar por condições de segurança para entrarem na EN-Duzentos e Vinte e Nove. No entanto alguns automobilistas arriscam a entrada, colocando em perigo os restantes que circulam em ambos os sentidos. Adivinham-se acidentes, que poderão vir a ser bastantes graves, pelo que é necessária uma solução urgente para o cruzamento. Três – Continuamos a reclamar as atrocidades criadas para a freguesia com a implantação da rotunda da Habidecor. É notória a falta de passadeiras para peões que circulam diariamente para a Zona Industrial e vice-versa. A introdução do trânsito, o desvio abusivo das águas pluviais para o Loteamento das Lameirinhas da Rosa e o corte do passeio, que era propriedade desta autarquia, é outro prejuízo efectuado à nossa Freguesia. Alteraram o loteamento sem a prévia autorização, conforme a Lei determina, ignorando a autarquia e proprietários. Com a rotunda da Habidecor, veio o fecho da Rua da Biquinha, rua que era o acesso principal à Escola EB Dois/Três de Mundão e ao centro de Mundão, fecho este desmedido e sem qualquer fundamento. Está a criar dificuldades descomunais aos utentes. A toda a hora são cometidas infracções, por viaturas pesadas e ligeiras, onde não há espaço para as entradas e saídas sem serem efectuadas diversas manobras de marcha-atrás e vice-versa, pondo em perigo os restantes automobilistas e imensa dificuldade na circulação. Quatro – Na rotunda que dá acesso ao Restaurante o Feirante Ilídio, chamamos a atenção para o paredão frontal, onde não existe iluminação e sinalização, que é um perigo constante para os automobilistas. Cinco – Falta de iluminação em todas as rotundas, assim como as obras inacabadas nos acessos”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Está em discussão a moção que o Senhor Deputado aqui traz. Pergunto se alguém se quer pronunciar sobre isto. Como ninguém quer vamos passar à votação. A Moção foi aprovada com dez abstenções. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues”. É assim, porque reparem, eu tenho sempre a preocupação de intercalar Deputados dos vários Partidos. O PSD entregou-me uma listagem, o PS entregou-me uma listagem, os outros Senhores Deputados também se inscreveram e, portanto, eu vou intercalando”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues.

- CINCO – SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Nós, efectivamente, temos tentado nesta Assembleia algumas vezes apresentar propostas. É do nosso entendimento que são necessidades que vão surgindo, nem sempre existem já, à partida, quando são realizadas as eleições. Nesse sentido, só um pequeno parêntesis àquilo que o Senhor Deputado Manuel Teodósio refere que nós fizemos aquela intervenção. Não é por falta de intervenção e propostas do PS e não entramos em *fait divers*. Aliás, naquelas duas propostas de recomendação que tive a oportunidade de referir, que foram entregues à Câmara, que não foram a votação e essa é que era a questão, saúdo a Câmara por ter recentemente apresentado a criação de um “Quartelão Criativo” no Centro Histórico de Viseu. A Câmara de Viseu tem tido a possibilidade de, por vezes, algumas propostas que nós aqui apresentamos podem conjugar os seus projectos já, eventualmente, é isso que nós



pretendemos, podermos aqui acrescentar alguma coisa e recomendar alguma coisa de uma análise de quanto mais somos mais perspectiva dos mesmos assuntos podemos ter e, portanto, podemos complementar o serviço a Viseu e aos viseenses. Nesse sentido, eu venho aqui apresentar uma proposta de recomendação ao Executivo da Câmara Municipal, que se prende com um fenómeno que acontece em Viseu, acontece também noutras cidades, mas em Viseu temos assistido nos últimos anos a algumas autocaravanas estacionadas na Avenida da Europa e em alguns bairros residenciais. O PS entende que poderia estar melhor servido o Concelho e poderia atrair mais autocaravanistas, mais turistas de uma forma geral, se tivesse um espaço apensado para este tipo de turistas, que pudesse servir também os interesses da cidade. Nesse sentido, eu gostaria de passar então a ler a proposta de recomendação. Neste caso a redacção do texto, aparentemente, se o Senhor Presidente não vai colocar à votação, poderá agora não estar da forma mais correcta, mas contudo vai ser lido desta forma. **Proposta de Recomendação:** Criação de um Parque de Autocaravanas em Viseu – A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em Sessão Ordinária de vinte e oito de Fevereiro de dois mil e onze, recomenda ao Executivo Municipal que: - Atendendo a que há um elevado número de Turistas Autocaravanistas que escolhem a nossa cidade de Viseu para parar ou pernoitar, apesar de não terem um local que lhes garanta segurança e condições de manutenção das especificidades das suas viaturas, utilizando as bermas da via pública e dos Bairros Residenciais; - Tendo em conta que Viseu se encontra num local de passagem das rotas utilizadas por muitos Caravanistas Europeus que se dirigem ao litoral português; - Tendo em conta que Viseu se encontra num local de passagem das rotas utilizadas por muitos Caravanistas Europeus que se dirigem ao litoral português. Concretamente devido à A-Vinte e Cinco e à A-Vinte e Quatro; - Considerando que Viseu tem um Património Histórico rico, nomeadamente no seu Centro Histórico, que interessa divulgar junto do maior número de Turistas possível; - Recomenda-se a criação de uma infra-estrutura de recepção e apoio aos Autocaravanistas em Viseu. Um Parque de Autocaravanas que permita a estes Turistas poderem parar neste Concelho em segurança, com condições sanitárias adequadas e informação turística disponível no local sobre pontos a visitar no Concelho de Viseu e nomeadamente sobre o seu Centro Histórico; - Recomenda-se que a infra-estrutura seja auto sustentável, ou seja, que o acesso a electricidade, água e ponto de descarga das cassetes sépticas tenha um valor que corresponda às necessidades mínimas de manutenção do espaço: - Recomenda-se a criação desta infra-estrutura num local próximo do Centro da Cidade de Viseu, como por exemplo o acesso ao Fontelo junto ao Solar do Vinho do Dão, permitindo um acesso rápido dos turistas ao Centro Histórico depois de terem as suas viaturas seguras e paradas num local com condições. Deste modo, Viseu atrairá mais turistas, porque beneficiará de uma maior reputação junto dos Autocaravanistas como local de paragem “obrigatório”, pois passará a constar no mapa europeu das cidades amigas dos Autocaravanistas, levando a que muitos programem paragens no nosso Concelho e conseqüentemente seja mais um factor de dinamismo e vitalidade das ofertas turísticas e comércio viseense. Vou entregar à Mesa esta Proposta de Recomendação pedindo, segundo o Regimento, que seja posta à discussão e à votação”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Muito obrigado Senhor Deputado. A Mesa irá dar o mesmo andamento que sempre deu a estes processos. Recomendo ao Senhor Deputado que leia as páginas trezentos e quarenta e trezentos e quarenta e um da última Assembleia Municipal e dou aqui por reproduzido, exactamente, os mesmos fundamentos. Isto é matéria da competência da Câmara Municipal de Viseu. A Recomendação será canalizada conforme o Regimento assim o diz em que: Pareceres e pedidos de esclarecimento à Câmara veiculados através da Mesa da Assembleia Municipal. Portanto, a intervenção do Senhor Deputado está feita, se alguém se quiser pronunciar sobre este assunto, obviamente, que se poderá pronunciar e a recomendação



será veiculada para a Câmara da Assembleia Municipal, através da Mesa, exactamente, para que o Executivo, se o entender, possa aceitar ou não a sugestão que lhe é feita pelo Senhor Deputado. Senhor Deputado Carlos Vieira tem a palavra”. -----

- **SEIS – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – Intervém para dizer o seguinte: “O Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente... Está bem, eu acho que também devíamos votar, mas estamos de acordo com esta proposta, na medida em que, de facto, a cidade está a ter um prejuízo muito grande com a falta de estruturas para os caravanistas e para os campistas. O Bloco de Esquerda já se pronunciou sobre a não municipalização do Parque de Campismo do Fontelo. Nós achávamos que era a melhor solução para impedir o esvair de turistas que continuam a dirigir-se ao Parque de Campismo do Fontelo, porque ele, inclusivamente, vem ainda referido nalguns roteiros, os turistas dão com o “nariz na porta” e acabam por ir para parques de outras regiões, como Vouzela, que é um Parque classificado e de muita qualidade. A ideia que já foi sugerida pelo Senhor Presidente da Câmara de que andaria à procura, não sei se já encontrou, de um local ideal mais longe do Centro da Cidade para fazer o Parque de Campismo, não nos parece a melhor, na medida em que sendo uma cidade de passagem, que as pessoas, de facto, chegam aqui às vezes de passagem, passam um dia, vão ver o Centro Histórico e tal...Aquele Parque do Fontelo, que de resto, as Senhoras que fizeram um livro que a Câmara editou sobre o Parque do Fontelo, tive o cuidado de lhes perguntar isso numa das acções que elas lá fizeram. Elas acham que é até benéfico para o Parque, não pondo em causa a segurança. Pelo contrário é uma forma de vigiar melhor a Mata. Portanto, seria uma forma dessas pessoas tomarem contacto com um dos patrimónios, neste caso, o património natural mais valioso da cidade, que é a Mata do Fontelo e ao mesmo tempo, dado a apazibilidadede daquele local em vez de ficarem um dia poderiam ficar dois ou mais. Isto é só para complementar a ideia do Senhor Deputado do PS”. -----

- **MESA** – o Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais nenhuma inscrição, darei a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar algum esclarecimento sobre esta Proposta”. ---

- **SETE – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Eu costume intervir apenas na parte final, mas arrastar isto por muito mais tempo, dá a impressão que se descobriram agora todas as ideias e tudo aquilo que a Câmara implementa são ideias doutros, já não era pouco, diga-se de passagem. Alguém dizia que: “Há outros que podiam ter feito melhor, tinham boas ideias, mas não o fizeram” e nós vamos fazendo, mesmo que sejam ideias doutros, desde que sejam boas ideias não temos problema nenhum em fazê-lo. Mas eu queria lembrar a este propósito duas coisas: O Parque de Caravanismo está projectado para o Parque da Agueira. Foi dado à estampa, digamos, já com alguma antecedência, já a algum tempo. Eu não percebo, porque é que ainda não se sabe que a Câmara tem o projecto, exactamente, para aquela parte nova da Agueira. Aliás, foi a resposta até a uma jovem munícipe que aqui há algum tempo escreveu ao Presidente da Câmara dizendo-lhe que tinha visto uma experiência no exterior e solicitou-me que mandasse fazer um parque, exactamente, aí nessa zona, que achamos que é a zona melhor junto ao edifício da Ecopista, aproveitando, inclusivamente, também para os caravanistas usarem aquela estrutura. Já agora também uma outra coisa Senhor Presidente, vale a pena saber isso. O Senhor Presidente conduz a Assembleia, naturalmente, como entender e tem-no feito da melhor forma, na nossa opinião, mas é evidente que qualquer proposta de recomendação, votada ou não, à Câmara, não desisto nem abandono aquilo que são as competências próprias da Câmara por mais votações e recomendadas que elas venham. Uma coisa são as competências da Assembleia, outra coisa são as competências da Câmara e não deixo interferir nas competências da Câmara, mesmo que venham sobre a forma de recomendação”. -----



- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Obrigado Senhor Presidente, portanto, está ultrapassado este ponto. Vou usar eu da palavra”. -----

- **OITO** – **SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU** – No uso da palavra diz o seguinte: “Dois assuntos me trazem hoje a esta tribuna, diferentes, mas que não deixam de ter a ver com o desenvolvimento integrado que queremos do nosso Concelho. Antes de mais, a primeira questão que gostava de aqui apresentar deriva dum compromisso que assumi com a Associação de Pais da Escola EB Dois/Três Grão Vasco. Queria começar por cumprimentar aqui a Doutora Elvira Esteves, Presidente da Associação de Pais e por outro lado, enaltecer este exercício cívico desta Associação de Pais, que face a uma dificuldade da Escola, que é uma dificuldade visível, eu tive a possibilidade de ir visitar a Escola, sei que depois todos os Partidos a visitaram, e penso que, pelo menos, houve uma unanimidade que é o lamentável estado em que está a Escola EB Dois/Três por onde muitos de nós passámos. Eu próprio ainda fiz lá o último período do segundo ano do ciclo preparatório e é visível que se há escola que precisa neste momento de intervenção é claramente a Escola EB Dois/Três Grão Vasco e, por maioria da razão, ao visitarmos uma Escola destas, sentimos que nem sempre a gestão pública é feita da forma que deve ser feita. Nós temos hoje duas Escolas requalificadas em Viseu, a Emídio Navarro e a Alves Martins, onde muitos de nós também andámos e qualquer um de nós ao visitar aquelas obras tem um duplo sentimento. Tem por um lado um sentimento positivo, dizendo: Estas Escolas foram remodelas e bem. Efectivamente, é fundamental que estes edifícios de x em x tempo possam ser objecto de alguma requalificação, mas não deixamos de sentir que o exemplo que está a ser dado aos nossos filhos é um exemplo a todos os títulos lamentável. Eu não concebo que uma casa nova tenha que ter mobiliário novo, estritamente. Custa-me imenso ver que mobiliário que foi retirado da Escola Alves Martins esteja literalmente a apodrecer lá em baixo, nas antigas instalações da CVR Dão. Quando nós fazemos obras em casa temos uma preocupação, depois das obras aproveitamos o nosso mobiliário, não o deitamos fora e, provavelmente, aproveitaremos as obras para mobilar de novo mais um espaço. Eu pergunto: Que mal teria que essas Escolas fossem remodelas e que se mantivesse lá o mobiliário que estava em bom estado? Eu recordo-me que uns dias antes da Escola Alves Martins entrar em obras estive lá a fazer uma conferência para os alunos e estive naquele auditório com cerca de cem lugares. Partiu-se-me o coração ao verificar que aquele auditório que foi totalmente destruído, nada foi aproveitado. Eu pergunto: Isto é uma gestão exemplar dos nossos recursos públicos? Portanto, quando visitamos situações como estas da Escola EB Dois/Três Grão Vasco, o que sentimos é o seguinte: Com o desperdício destas obras do Parque Escolar, provavelmente, podiam fazer-se várias obras de requalificação de Escolas como a EB Dois/Três Grão Vasco. Ainda mais sentimos a revolta de um exercício público do dinheiro público que é escasso, e todos nós sabemos que é cada vez mais escasso, acabamos por achar que, independentemente, de haver fundos comunitários, eu acho que os fundos têm que ser bem geridos. E, além disso nós sabemos que estes contratos que foram feitos com a Parque Escolar, são contratos que se vão reflectir nos tempos futuros, porque o Estado, através do Ministério da Educação, vai pagar rendas destas requalificações à Parque Escolar, portanto, aquilo que se exigiria é que esta gestão fosse feita de uma forma exemplar. Feitas estas considerações eu gostava de apresentar aqui uma moção sobre a questão da Escola EB Dois/Três Grão Vasco, que posso a ler: **Moção** - Num exercício saudável de cidadania activa, a Associação de Pais da Escola EB Dois/Três Grão Vasco de Viseu, convidou-me para uma visita às instalações da Escola para aquilatar do estado de degradação da mesma. Não só aceitei com gosto o convite como verifiquei que, posteriormente, todos os Partidos efectuaram idêntica visita, sendo unânime a conclusão, a urgência destas obras. Assumi com estes nossos concidadãos o compromisso de trazer a esta Assembleia Municipal uma Moção sobre este tema, é esta promessa que estou a



honrar. De facto, este edifício, com cerca de quarenta anos, que alberga mil alunas e alunos, está claramente a precisar de obras urgentes, só não reconhece quem não o verificar no local. É bem patente a degradação do piso exterior e dos campos de jogos, que dificultam a prática do desporto; as caixilharias estão completamente degradadas e já não suportam vidros, optando-se por placas de madeira, em algumas os buracos existentes deixam passar o frio; as paredes de algumas salas denotam as infiltrações de água e algumas fissuras de dimensões razoáveis. O ginásio, que sofreu obras no início do ano, está com piso novo é certo, telhado reparado mas, os tais caixilhos não foram substituídos, subsistindo problemas de climatização do local. As instalações sanitárias, embora asseadas, são manifestamente más e insuficientes para a população escolar existente. É notório que esta Escola deve ser colocada como prioridade nas futuras remodelações, designadamente no Programa Nacional de Requalificação das Escolas Básicas (foi a indicação que foi dada em Outubro por parte do Ministério da Educação que essa possibilidade poderia existir). Face a estas constatações, a Assembleia Municipal de Viseu reunida no dia vinte e oito de Fevereiro de dois mil e onze deliberou: Um - Solicitar à Senhora Ministra da Educação que se inteire do elevado grau de degradação da Escola EB Dois/Três Grão Vasco de Viseu e a inclua, com carácter de urgência, no Programa Nacional de Requalificação das Escolas Básicas. Dois - Que esclareça quanto à possibilidade de esta requalificação se iniciar no próximo ano lectivo de dois mil e onze/dois mil e doze. Desse conhecimento desta Moção à Senhora Ministra da Educação e, portanto eu faria a entrega na Mesa. O Segundo assunto que gostava de apresentar, também de uma forma muito rápida, prende-se com a Auto-estrada Viseu A-Um, mais conhecida com a Auto-estrada Viseu/Coimbra. Todos nós conhecemos as peripécias, pelas quais esta a estrada tem passado. Há seis anos, sensivelmente, que o seu corredor estava definido. Nas Eleições Autárquicas tivemos a anulação de um concurso e depois a abertura de um outro concurso e estava em curso esse concurso das chamadas Auto-estradas do Centro, quanto toda esta situação de contenção da despesa no País se verificou. Ora bem, nós sabemos bem que estamos a falar de oitenta quilómetros de auto-estrada do mais prioritários que o País tem. É claramente prioridade nacional a ligação entre Viseu e a Auto-estrada Um, no fundo Coimbra. Agora, o que nós não podemos deixar e era esse assunto que eu gostava de abordar com os Senhores Deputados é que nesta avaliação que está a ser feita da Auto-estrada Viseu/Coimbra, ela possa ser feita no âmbito das Auto-estradas do Centro, porque foi criada uma Comissão de Avaliação que está a avaliar todas as obras em curso. A convicção que tenho – se o Senhor Presidente tiver uma informação diferente corrija-me – é que se as Auto-estradas do Centro forem avaliadas enquanto Auto-estradas do Centro, onde no fundo, se transformaram oitenta quilómetros em quatrocentos quilómetros o destino desta obra, praticamente, está traçado, é pura e simplesmente não ter seguimento. Agora, se a Auto-estrada Viseu/Coimbra for analisada só enquanto Auto-estrada a convicção que temos é que ela é auto-sustentável, porque já estava definido que seria com portagens e, portanto, será com certeza uma estrada e é nossa convicção do ponto de vista de concepção, construção e exploração será rentável. A Moção que eu gostava aqui de apresentar é que esta Assembleia Municipal dissesse ao Governo que no âmbito desta Comissão de Avaliação de Obras, fosse autonomizada a Auto-estrada Viseu/Coimbra, para que não seja penalizada pelo facto de estar incluída nas Auto-estradas do Centro, portanto, a Moção que eu gostava de apresentar vou passar a lê-la: **MOÇÃO** - A auto-estrada que deveria ligar Viseu a Coimbra é hoje um dos graves constrangimentos ao desenvolvimento do Distrito de Viseu, apesar de ter sido sempre considerada como prioritária e de o seu corredor ter ficado estabilizado na vigência dos Governos do PSD. Os Governos socialistas presididos pelo Engenheiro José Sócrates andaram quatro anos e meio para lançar o concurso que acabou por ser denominado “Auto-estradas do Centro” onde transformou uma ligação de oitenta quilómetros num



mega concurso de quatrocentos quilómetros de construção de novas estradas e requalificação de outras. Recorde-se que este concurso veio a ser anulado em cima do acto eleitoral para a Assembleia da República, a vinte e oito de Setembro de dois mil e nove, com uma nova abertura em cima das eleições autárquicas, a dois de Outubro de dois mil e nove. O prazo inicial para apresentação de propostas veio depois a ser dilatado por mais um mês passando de dezasseis de Novembro para dezasseis de Dezembro de dois mil e nove, face a questões levantadas pelo Tribunal de Contas. As difíceis circunstâncias do País, a necessidade de controlo do défice e consequentemente da despesa pública, levou à suspensão de todas as obras e a remeter a sua análise para uma Comissão de Avaliação Independente acordada pelo Governo e o PSD. Num momento em que esta avaliação está a ser feita, algumas questões deverão ser clarificadas, designadamente quanto à avaliação que será feita, pois não é despiciendo que se avalie separadamente cada uma das obras que integram a concessão Auto-estradas do Centro. A verdade é que poderá ser viável a sua construção se analisada autonomamente, tudo leva a crer que será possível encontrar um modelo de concepção-construção e exploração com pagamento de portagens que permita lançar a obra sem custos para o Orçamento do Estado. Assim, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida no dia vinte e oito de Fevereiro de dois mil e dez deliberou: Um - Exigir que a auto-estrada de ligação de Viseu à A-Um (Coimbra), seja avaliada autonomamente, numa lógica de auto-sustentabilidade, dentro do princípio de uma construção que poderá ser efectuada num regime de concepção-construção e exploração. Dois - Solicitar ao Governo informação quanto ao valor total previsto para a construção da referida auto-estrada. Três - Pedir informações quanto aos estudos efectuados de viabilidade da auto-sustentabilidade desta construção, com recurso a um concurso de concepção-construção e exploração. E daria também entrada na Mesa destas duas Moções. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa em substituição, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente. Temos duas Moções apresentadas pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Primeira, diz respeito à Escola Grão Vasco e a segunda à Auto-estrada Viseu/Coimbra. Estão postas à discussão. Senhor Deputado Ginstal tem a palavra”. -----

- **NOVE** – **SENHOR DEPUTADO GONÇALO AMÂNDIO GINESTAL MACHADO MONTEIRO ALBUQUERQUE (PS)** – Usa da palavra intervindo da seguinte forma: “Venho apenas, e só, referir-me à Moção apresentada pelo Senhor Deputado Almeida Henriques relativa às obras na Escola EB Dois/Três Grão Vasco. É óbvio que as pretensões, quer da Associação de Pais, quer da Direcção da Escola, quer de toda a comunidade educativa são legítimas. Devo comunicar ao Senhor Deputado Almeida Henriques, que todo o mobiliário que está na Comissão Vitivinícola da Região do Dão vai ser reaproveitado por todas ou algumas das escolas do nosso Concelho de Viseu. Tenho conhecimento que variadíssimas escolas já o solicitaram. Está a haver alguns problemas em termos de enquadramento e de priorização, quais serão as primeiras escolas que deverão ter acesso a esse material, mas dizer-lhe que, em princípio, será todo reaproveitado. Referiu-se especificamente ao Auditório que estava em excelentes condições. É um facto, que o Auditório da Escola Secundária Alves Martins, se poder *in loco*, verificar no local, ele foi totalmente transferido para a Escola... (*neste momento houve falha da corrente eléctrica*). Dizer também que o Partido Socialista, através dos Senhores Deputados da Assembleia da República, tiveram a oportunidade de visitar as instalações da Escola Grão Vasco. Sei também que tiveram uma reunião com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local, com o Senhor Secretário de Estado da Educação e, ao que parece, o único problema será o enquadramento em termos do Quadro de Referência Estratégico Nacional para enquadrar devidamente as obras. É óbvio, que as aspirações de toda a comunidade educativa são legítimas, a Escola precisa de obras e de obras profundas. E desta forma, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará



favoravelmente esta proposta”. -----

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- **DEZ** – **SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Vou começar pela Moção sobre a Auto-estrada. Irei, naturalmente, votar favoravelmente, embora me pareça que “o pecado original” aqui, como de resto no caso do IP-Cinco coube aos Governos do Professor Cavaco Silva, que aproveitando as fundos de adesão da CEE, mandou construir estradas com traçados verdadeiramente assassinos. Nos países desenvolvidos da Europa, nos nórdicos - Suécia, Noruega - nem sequer há auto-estradas como nós temos aqui (somos o País que tem mais auto-estradas), o que eles têm são estradas boas onde nem sequer deixam que se circule a altas velocidades como aqui que morrem tantas pessoas nas estradas. Mas já que chegámos a este ponto e que, de facto, os fundos de adesão e pré-adesão à Comunidade foram esbanjados e, eventualmente, passíveis de alguma corrupção, não faço ideia, a verdade é que teremos agora de remediar o mal que foi feito. Sobre a Moção da Escola Básica, eu também começaria por saudar a Presidente da Associação de Pais, Elvira Esteves, que exerceu um acto de cidadania e de democracia participativa ao assumir esta reivindicação de exigência de requalificação da Escola Grão Vasco, porque muitas vezes as Associações de Pais acabam por se transformar numa comissão de festas e, de facto, a função delas é esta que agora esta Associação de Pais exerceu. Nós também nos comprometemos com a Associação de Pais da Escola Grão Vasco, trazendo uma Moção que, naturalmente, vou passar a ler. **Moção:** Um - Considerando que a Escola Básica Dois/Três Grão Vasco, com mais de dois mil alunos, apresenta um lamentável estado de degradação das suas instalações, nomeadamente: - A inexistência de WC’s em quantidade suficiente para a comunidade escolar, a sua localização nos extremos do estabelecimento escolar e o seu deplorável estado de degradação (esta tem criado, até, problemas de saúde a alunos que retêm para além do recomendável, as suas necessidades fisiológicas); - A existência de salas de aula improvisadas em antigas arrecadações, com poucas condições para a prática lectiva; - A exiguidade de espaço dos vestiários destinados aos alunos para a prática de aulas de Educação Física, determinando a sua partilha simultânea por quatro a cinco turmas, de diferentes escalões etárias num espaço de apenas cinquenta metros quadrados; - As infiltrações de humidade no edifício, que por vezes determinam que se desligue a electricidade em vários sectores de cada sala; - A completa destruição das janelas, caixilharias e vidros, alguns deles substituídos por placas de contraplacado, o que, além do mais, constitui um desperdício energético e o mau exemplo naturalmente, até para os alunos; Dois – Considerando ainda que o Relatório de Avaliação Externa da Inspeção-Geral de Educação confirma o estado crítico das instalações escolares que prejudica a qualidade do ensino e a motivação dos alunos, o que, foi confirmado por todos os partidos com assento nesta Assembleia, que visitaram a Escola Grão Vasco a convite da Associação de Pais e Encarregados de Educação, acompanhados pela Direcção Escolar; A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em sessão ordinária a vinte e oito de Fevereiro de dois mil e onze; Um – Expressa ao Senhor Ministro da Educação, a necessidade de requalificação urgente das instalações bastantes degradadas da Escola Básica Dois/Três Grão Vasco e do reforço do financiamento para a respectiva manutenção, sem o que ficarão cada vez mais prejudicadas as condições de ensino e aprendizagem e o direito a uma escola pública de qualidade. Dois – Manifesta ao Executivo Municipal a necessidade de colaborar com a Administração Central no sentido da rápida resolução deste problema, a bem dos interesses dos munícipes do nosso Concelho e, em particular, dos alunos, professores, pais e encarregados de educação e funcionários da Escola Básica Dois/Três Grão Vasco. Já agora, só para esclarecer, que este último ponto tem a ver com a afirmação do Senhor Presidente da Câmara de que não protocolaria com a DREC devido aos problemas da Escola de Ranhados. Nós comungamos desse sentimento que o Senhor Presidente tem,



relativamente, à Escola de Ranhados, mas de qualquer modo, cremos que aqui têm que se sobrepor os interesses dos alunos, dos pais e dos funcionários da Escola Grão Vasco. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado José Ernesto. -----

- **ONZE** – **SENHOR DEPUTADO JOSÉ ERNESTO PEREIRA DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FREGUESIA DE VILA CHÃ DE SÁ**

(PSD) – Eu não estou mais perfeitamente, de acordo com a proposta do Senhor Presidente da Mesa, Doutor Almeida Henriques, sobre a questão da Auto-estrada. Quase que diariamente noto e vejo a quantidade de ambulâncias que por ali passam e desastres que ali acontecem. A estrada mais perigosa que hoje existe neste País, é de facto, a estrada que vai para Coimbra. E mais, lembro que há, relativamente, pouco tempo, não sei em que ano foi, houve uma grande festa de “pompa e circunstância” em Mortágua, acho que numa tenda, não quero agora confundir as tendas, hoje fala-se muito na Líbia, mas houve uma grande festa, precisamente, para festejar esta obra. Julgo que até hoje a obra ainda está na mesma e que aqui não há questões partidárias nem políticas, acho que nos devemos unir em função da projecção desta estrada. Está em perigo a vida das pessoas e acho esta Assembleia deve votar por unanimidade esta proposta, porque é vergonhosa, de facto este evento. Mais, eu e os meus colegas de Fail e Farminhão fomos ouvidos por causa do projecto e demos o nosso testemunho, portanto, fizemos aquilo que entendemos de bem para as nossas comunidades e até hoje está tal e qual. Era só”. -----

- **MESA** – Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Santos. -----

- **DOZE** – **SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP)**

– No uso da palavra diz: “Em relação a estas duas Moções aqui apresentadas pelo Senhor Doutor Almeida Henriques e terceira concorrente com a primeira sobre a Escola Grão Vasco, e começando por esta, dizer que o CDS/PP, como é do conhecimento público, é bastante sensível à questão da Escola Grão Vasco. Realmente é uma vergonha o estado deplorável em que se encontram as instalações da Escola Grão Vasco. Nós tivemos a oportunidade de visitar a Escola com o Doutor Paulo Portas e aquilo que vimos, realmente, deixa-nos bastante entristecidos. É pena uma Escola com os anos que tem e com a referência que é na cidade, onde quase todos passámos por lá, encontrar-se naquele estado deplorável de degradação. No seguimento dessa visita foi feita uma pergunta ao Ministério de Educação, via Parlamento, sobre a situação de requalificação da Escola, que aguarda, como é lógico, resposta e nós sabemos que estas respostas demorarão sempre bastante tempo. Quero dizer apenas que votaremos favoravelmente, como é lógico, estas Moções relativas à Escola Grão Vasco. Em relação à Moção sobre a Auto-estrada Viseu/Coimbra ou ligação A-Um, concordamos com o teor da Moção. Apenas dizer que quanto a mim acho que é mais uma questão política e vontade política. Faça-se o estudo de uma maneira, faça-se o estudo da outra, se houver vontade política de se fazer a ligação, faz-se. E o que é um facto é que não há vontade política de se fazer, nomeadamente, este Governo apesar de ter feito apresentações pomposas em tendas quase *Kafkianas*, de dizer constantemente de é uma prioridade, o facto é que não sai do papel. Um facto é que continuam a morrer todas as semanas pessoas na antiga IP-Três, portanto, pensamos que é manifesta falta de vontade política a concretização deste projecto, mais do que qualquer outra coisa. Obrigado”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- **TREZE** – **SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)**

- **Pede a palavra para fazer a intervenção seguinte: “Eu venho dar a opinião do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, sobre a Moção, não apresentada pelo Doutor Almeida Henriques, da Escola Grão Vasco, que essa já foi dada pelo meu companheiro de bancada, Gonçalo Ginestal. Mas, aproveito para me pronunciar que na sequência do que disse, evidentemente, iremos votar também favoravelmente a Moção apresentada pelo Bloco de**



Esquerda, sublinhando a importância, que também relevamos, da necessidade de alguma cooperação da Autarquia, não só neste, mas em todos os temas, aliás, cooperação que eu também quero aproveitar para sublinhar que o Partido Socialista presta não a esta Assembleia Municipal, a esta comunidade, à comunidade viseense, ao Concelho de Viseu, em votar favoravelmente também a Moção no que diz respeito à Auto-estrada Viseu/Coimbra. Sabemos das dificuldades evidentes que o País passa, mas também sabemos e achamos que se sobrepõe a essas dificuldades a absoluta necessidade de termos uma Auto-estrada. Efectivamente, como dizia aqui o Senhor Presidente da Junta de Vila Chã de Sá, o Professor José Ernesto, há estudos que indicam que esta é uma das estradas, nomeadamente, mais utilizada no seu dia-a-dia por veículos de emergência. Isso justifica, obviamente, mais não fosse por isso, mas também por todo o tráfego, nomeadamente, também o trânsito rodoviário pesado nesta Auto-estrada. Portanto, em total coerência com o que é a atitude o Partido Socialista nesta Assembleia Municipal e para com Viseu, votaremos favoravelmente esta Moção. Quero também cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelos termos em que a apresentou. Poderia ter caído, enfim, nalgum facilitismo de “partidarite” como hoje ao início da manhã dizia, mas não o fez e isso é de assinalar, até porque a nossa atitude é também a mesma, e talvez à vezes o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não tenha um entendimento absolutamente correcto de algumas posições do Partido Socialista, nomeadamente, das que hoje de manhã tivemos. Mas esta é sempre a atitude do Partido Socialista nesta Assembleia, é de estar com lisura e com responsabilidade em todas as matérias que aqui são discutidas e com educação, como é evidente, porque isso é, digamos, uma imagem que gostamos de ter como de marca, se quiser. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Almeida Henriques. -----

- CATORZE – SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU -

Solicita o uso da palavra e diz: “Muito obrigado. Muito rapidamente, em matéria de “partidarite” quero dizer, Senhor Deputado, que não é doença de que eu padeça, portanto, vou pedir ao Doutor Mota Faria ou talvez ao Doutor Ermida que receitem um genérico à Bancada do Partido Socialista para ver se se curam dessa mesma doença. Em relação às questões que aqui foram levantadas, antes de mais, realçar o facto de todos os Grupos Parlamentares estarem de acordo em relação às duas Moções que aqui são apresentadas, porque penso que, acima de tudo, independentemente de algumas diatribes, todos queremos o melhor para a nossa terra. Quer a questão da Escola Grão Vasco em que, enfim, é fácil ceder à tentação de se votar a responsabilidade ali ao Senhor Presidente da Câmara e para a Autarquia, aliás, redundantemente, quando alguma coisa corre mal há sempre a tendência para sacudir e varrer um bocadinho para outro lado para que as responsabilidades não sejam assumidas. A verdade é que eu volto a bater na mesma tecla, a forma como está a ser feita a requalificação das escolas através da Parque Escolar é escandalosa, é uma gestão ruinosa dos fundos públicos. Só lhe dou um exemplo que eu também tenho denunciado, é inadmissível que no século vinte e um estes edifícios sejam construídos sem preocupações de eficiência energética. Denunciei-o já por várias vezes e é o próprio Governo que assume que, de facto, nestas cem escolas iniciais não houve esse tipo de preocupação. É lamentável que na Alves Martins ou na Emídio Navarro não se mantenham alguns tipos de caixilharias que não são compatíveis com a eficiência energética e uma destas Escolas decuplicará, passará a gastar dez vezes mais energia do que aquilo que estava a gastar até agora. Eu pergunto se é admissível no momento em a gasolina está ao preço que está, em que os combustíveis estão ao preço que estão, os gestores públicos aqui do Governo fazerem este tipo de gestão ruinosa? E é, de facto, isto que eu critico, porque o desperdício da Parque Escolar dava para arranjar muitas escolas como a Grão Vasco, isso tenha a certeza Senhor Deputado. Espero que a aprovação desta Moção aqui por unanimidade, venha a ter o efeito do Governo rapidamente a responder.



O Senhor Deputado Gonçalo Ginestal, não sei em que qualidade é que me respondeu, mas pelo menos registei as informações que aqui veio dar. Aquilo que eu sei é que o material que está depositado lá em baixo na CVR Dão está num pavilhão aonde chove e muito daquele material, provavelmente, já não voltará a ter nenhuma utilização. Nós temos as duas coisas, nós parecemos um país rico, quando não somos, é que quando se faz uma remodelação o dinheiro é escasso e deve aproveitar-se tudo aquilo que lá está. O Liceu não tinha ficado pior se tivessem sido aproveitadas algumas salas que lá estavam, que estavam dignas e que poderiam ter continuado a ter a sua utilização digna, independentemente dos equipamentos poderem estar a ser utilizados noutra escola, eu pergunto: Quanto é que isso custou? Essa é que é a grande questão, porque é dinheiro de todos nós. O dinheiro comunitário também é português e por outro lado, nós sabemos bem que a Parque Escolar teve que recorrer a financiamentos muito significativos que vão ter que ser pagos, estamos a falar de mais uma PPP, de uma forma encoberta é mais um encargo para as gerações futuras. É isto que a Parque Escolar fez, mais um encargo para as gerações futuras e descuidando aspectos fundamentais. Agora é que o Governo vem à pressa aprovar um programa para a parte da eficiência energética nos edifícios públicos, quando já desperdiçou a oportunidade de ter cem edifícios públicos requalificados do ponto de vista da eficiência energética. Para concluir, basicamente dizer que quer na Escola Grão Vasco, quer na questão da acessibilidade, o importante é que nós consigamos chegar a um “bom porto” e consigamos encontrar uma solução. Agora, o Partido Socialista também não se pode demitir das suas responsabilidades, porque nós sabemos se não temos hoje a Auto-estrada Viseu/Coimbra, deve-se única e exclusivamente ao facto de se ter procurado misturar num concurso megalómano aquilo que eram oitenta quilómetros de auto-estrada. Aquilo que os viseenses exigiam e que reivindicavam era tão-somente a ligação entre a Auto-Estrada Viseu/Coimbra. O Governo é que entendeu colocar em cima desta concessão, Auto-Estradas do Centro, quatrocentos quilómetros, transformando aquilo numa mega construção que, obviamente, nos tempos que o País está a correr não tem viabilidade. Agora, esperemos que haja pelo menos o bom senso de autonomizar esta obra para que numa lógica de concessão-construção e exploração, possamos vir a ter a nossa ligação que é fundamental para o desenvolvimento da nossa terra”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, em substituição, do seu lugar, profere as seguintes palavras. “Obrigado Senhor Presidente. Vamos em primeiro lugar proceder à votação da Moção apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre a Escola Grão Vasco. A Moção foi aprovada por unanimidade. Passamos de seguida à votação da segunda Moção apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre a Auto-estrada Viseu/Coimbra. A Moção foi aprovada por unanimidade. Em seguida vamos proceder à votação da Moção apresentada pelo Senhor Deputado Carlos Vieira sobre a Escola Grão Vasco. A Moção foi aprovada por unanimidade. Senhor Presidente, faça o favor de retomar o seu lugar”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar diz: “Dando continuidade ao Período Antes da Ordem do Dia, dou a palavra ao Senhor Deputado Jorge Adolfo”.

- QUINZE – SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS) – No uso da palavra intervém dizendo o seguinte: “Hoje é um dia que eu diria quase que histórico, porque na Assembleia Municipal vamos ter uma intervenção, dentro em breve, do Senhor Presidente da Câmara sobre um tema que me é muito caro e que é caro a todos vós, que é a questão do património. Não fugindo a alguma regra que eu já impus a mim próprio em todas as Assembleias em que participei, no Período Antes da Ordem do Dia, gostava de trazer uma questão relacionada, precisamente, com essa questão do património e da cultura da nossa região, da nossa terra. Ainda há pouco, quase no início da Assembleia Municipal, foi referido o interesse que haveria em atribuir a uma artéria da nossa cidade ou do nosso Concelho um topónimo do nosso Primeiro Rei de Portugal, que



tudo leva a crer que terá nascido na cidade de Viseu ou pelo menos aqui na região próxima da cidade de Viseu (de acordo com a tese do Doutor Almeida Fernandes). Seria muito importante, porque de facto, trata-se do nosso Primeiro Rei de Portugal e de uma referência para todos os portugueses. A nossa cidade tem um conjunto de monumentos assinaláveis e tem também um conjunto de monumentos comemorativos de acontecimentos ou personalidades que por aqui andaram (desde o nosso Bispo Dom Alves Martins até a outras personalidades). Mas tem, por exemplo, um monumento carismático da cidade, que é o Viriato. Monumento esse, que foi inaugurado há mais de cinquenta anos, num determinado período, num determinado contexto histórico, de autoria de um escultor espanhol, junto àquele que é o maior monumento existente em Viseu e o maior monumento arqueológico português e um dos maiores da Península Ibérica, que é a célebre Cava do Viriato. Como todos já sabem, provavelmente, o Viriato nunca andou por aqui pela nossa cidade. É uma cidade que foi fundada pelos romanos, mas é uma referência cultural da nossa região, é uma referência cultural de todos nós. Viseu é a cidade do Viriato (embora Zamora também auto-intitula como tal e outras regiões da nossa Península Ibérica) embora do ponto de vista científico nós saibamos que esse guerreiro, esse chefe lusitano, provavelmente, nunca passou aqui pelo território que é a nossa cidade, é uma referência cultural para todos nós do ponto de vista antropológico. Mas curiosamente temos um monumento, que é a Cava do Viriato, que foi construída, seguramente, por um dos maiores guerreiros que estiveram na Península Ibérica, que foi um guerreiro muçulmano, Almansor, e não temos nem toponímia na cidade, nem um monumento ao verdadeiro, ao autor daquele octógono gigantesco, monumento nacional desde mil novecentos e dez, que é a nossa Cava do Viriato. Não vamos mudar o topónimo do sítio, o topónimo é já nosso património, mas esse grande guerreiro, essa figura mítica (mítica no sentido de grande dimensão histórica, que foi Almansor) que, efectivamente, esteve aqui em Viseu no ano de novecentos e noventa e sete, já foi há muito tempo, mas que esteve aqui, as crónicas o dizem, até para a valorização da nossa memória colectiva, mereceria na cidade de Viseu, não direi uma estátua, mas uma artéria, uma praça num local que valorizasse a presença árabe na nossa cidade. A nossa cidade é uma cidade que teve uma comunidade judaica importante, a Câmara, a bom tempo, adquiriu a antiga Papelaria Dias, o edifício aonde esteve a Papelaria Dias, por uma questão de facilidade assim o refiro, acho que era um sinal desse tal espírito humanista, que tanto tem caracterizado os portugueses, e desta multiculturalidade que nós somos e que nós comportamos, também atribuir na nossa cidade um local, uma praça, uma rua, uma avenida a esse grande chefe árabe que se chamou Almansor. Neste dia em que nós vamos falar sobre património, sobre cultura, penso que seria de bom-tom nós comemorarmos a nossa História, a História colectiva, com esta ideia. É uma proposta que eu faço a todos para reflectirem sobre isso e depois poderemos ter oportunidade no futuro de aprofundar esta questão. Obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- DEZASSEIS – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) - Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Não quero gastar muito do meu tempo a comentar, nem me compete, se calhar, estar a comentar a proposta, embora não seja bem uma proposta, do Deputado Jorge Adolfo, mas acho que a herança árabe, que estiveram aqui sete séculos e ficaram, não houve propriamente uma expulsão, de facto, sete séculos não é mais do que alguns países europeus têm de História e, portanto, não houve propriamente uma reconquista cristã, nem houve uma expulsão, eles ficaram aqui. Nós temos até, segundo um estudo de cientistas da Universidade de Coimbra e da Universidade Complutense de Madrid, na nossa carga genética semelhanças com os povos de norte de África. De facto, se somos um País de poetas também o devemos, naturalmente, à herança cultural que ficou dos árabes. Isso, de resto, está plasmado na



língua, na História e, portanto acho muito bem. Agora passaria a apresentar uma proposta à Assembleia que passo a ler: **Proposta** – A prevista diminuição do número de freguesias no município de Lisboa está a desencadear um conjunto de sugestões e opiniões sobre a organização autárquica do País. Para além das diferentes posições sobre a configuração do mapa autárquico, interessa descentralizar o poder administrativo, aprofundar a participação cidadã e reforçar a capacidade de intervenção das autarquias. As medidas que nesta matéria irão ser anunciadas pelo Governo exigem uma análise cuidada e propostas consistentes por parte dos órgãos autárquicos. Assim, ao abrigo do artigo cinquenta e três, número um j) da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove e do artigo décimo terceiro do Regimento, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida a vinte e oito de Fevereiro de dois mil e onze, delibera: - Constituir um grupo de trabalho (em que participem a Mesa e um representante de cada grupo municipal) para ajudar a elaborar uma posição deste órgão autárquico no prazo de cento e oitenta dias. Eu faço apenas um esclarecimento breve. Parece-me preocupante que estejam a extinguir freguesias, ou que este exemplo de Lisboa pode ter alguma justificação para Lisboa, seja alastrada ao resto do País, quando me parece que é fundamental o papel das freguesias. Provavelmente, devíamos discutir até se não merecerão ter mais competências, porque de facto, isto é que é uma democracia de proximidade. A seguir gostaria de apresentar uma recomendação ao Executivo. **Recomendação: Oito de Março – Mais Acção do Município na Luta Contra a Violência Conjugal – Os números recentemente vindos a público sobre a violência conjugal no País indicam que em dois mil e dez foram assassinadas quarenta e três mulheres. Em Portugal morrem mais mulheres às mãos dos maridos, namorados ou ex-companheiros, do que por cancro da mama, e uma em cada três mulheres é ou foi vítima de violência doméstica, segundo Maria José Magalhães, investigadora da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação do Porto. Em Viseu, o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica identificou e atendeu, em dois mil e dez, duzentos e cinquenta e nove vítimas deste crime público, sendo que quarenta e um por cento relatou sofrer diariamente actos de violência física ou psicológica. São números que mostram que a violência contra as mulheres persiste apesar dos avanços ao nível do estudo do fenómeno e das suas consequências pessoais e sociais, bem como dos avanços a nível legislativo e no apoio às vítimas. Não nos podemos conformar nem resignar com a situação actual. A violência de género tem de ser encarada como um problema político, um problema de direitos humanos e um problema de cidadania de que o município de Viseu não se pode alhear, particularmente quando em dois mil e onze se comemora o centenário do Dia Internacional da Mulher – oito de Março. Entre os instrumentos mais relevantes da intervenção autárquica contam-se a elaboração de diagnósticos municipais da igualdade de género e de Planos Municipais para a Igualdade de Género, os quais até beneficiam de apoios financeiros do QREN (eixo prioritário sete do programa Operacional Potencial Humano). Assim, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida a vinte e oito de Fevereiro de dois mil e onze, RECOMENDA ao Executivo que dê uma maior atenção a este tema, e, em conjugação com as Juntas de Freguesia, com as organizações que trabalham nesta área, com o Núcleo de Viseu do Projecto IAVE (Investigação e Apoio a Vítimas Específicas) da GNR, com a equipa de Proximidade e de Apoio à Vítima que a PSP tem em Viseu, (um projecto piloto que contempla Viseu) com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Viseu, elabore um plano municipal de combate eficaz à violência conjugal e doméstica, através da sensibilização das comunidades para este crime público, e da sinalização, identificação, acompanhamento de situações e do atendimento especializado e personalizado às vítimas e aos agressores quando for caso disso. E para finalizar, gostaria de apresentar uma Moção que passo a ler. **Moção: Horário dos Hipermercados aos Domingos e Feriados – Considerando que: Um – O Governo aprovou no Conselho de Ministros de vinte e dois de Julho de dois mil e dez um decreto-lei que remete para as****



autarquias a possibilidade de, “em casos devidamente justificados”, alargarem ou restringirem os limites de abertura das grandes superfícies aos domingos e feriados, “ajustando, assim, de acordo com os interesses locais, os horários definidos para todas as épocas do ano ou em épocas determinadas”; Dois – Essa transferência de responsabilidades, alijando-a do Governo, coloca as autarquias sobre pressão dos grandes interesses económicos; Três – A abertura das grandes superfícies aos domingos à tarde e aos feriados, que não se verifica na grande maioria dos países da Europa, irá contribuir para acelerar o encerramento de mais pequenas e médias empresas e lojas do comércio tradicional, levando ao agravamento da desertificação humana do centro das cidades, como acontece já em Viseu, com todas as consequência negativas para a revitalização do centro histórico, para o turismo e para o aumento da insegurança das pessoas e bens, o que acarretará um aumento de custos para o Município. Quatro – Tanto os sindicatos como os trabalhadores das grandes superfícies dizem que o alargamento dos horários não aumentou o número de postos de trabalho, mas apenas aumentou o número de horas de trabalho dos funcionários; Cinco – Apesar da enorme proliferação de grandes superfícies (só em dois mil e nove verificou-se um acréscimo de cento e dezassete mil e quinhentos metros quadrados de grandes superfícies, hiper e super-mercados, e Viseu, segundo a Associação Comercial do Distrito de Viseu, já está no topo das cidades com mais médias e grandes superfícies comerciais), verificou-se, a partir de dois mil e cinco um decréscimo do emprego no sector, o que prova que o pequeno comércio assegura mais e melhor emprego, com menos precariedade laboral. A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em vinte e oito de Fevereiro de dois e onze: Um – Apela ao Executivo Municipal para que até catorze de Março, prazo limite dos cento e oitenta dias para regulamentar o decreto-lei, altere o regulamento municipal de horário do comércio de forma a restringir a abertura das grandes superfícies comerciais (com mais de dois mil metros quadrados) aos domingos à tarde e feriados, a bem da compatibilidade entre a vida pessoal ou familiar e a vida profissional, a bem também do necessário equilíbrio entre todos os formatos comerciais e da promoção da diversidade de oferta, sem a qual não haverá uma verdadeira liberdade de escolha dos consumidores, conforme posições públicas da ACOP (Associação de Consumidores de Portugal e da APDC (Associação de Direito do Consumo). Gostaria apenas de fazer uma chamada de atenção ao colega Mota Faria, quando apresentei uma moção neste sentido, disse que se absteve, fez uma declaração de voto, dizendo que não tinha ainda havido uma discussão profunda sobre esta temática e necessitar de uma audição prévia. Portanto, eu creio que, certamente, que já fez esse estudo, fez as audições que tinha a fazer. E lembrar também à Bancada do CDS, que o Deputado Hélder Amaral questionou na Assembleia da República, quando o PCP e o Bloco de Esquerda pediram a apreciação parlamentar do decreto e apresentaram... Questionou-se se não existe uma disposição dominante e um claro desequilíbrio entre um comércio e o outro. E por último, dizer ao Senhor Presidente da Câmara que fez depender a sua posição da posição da Câmara de Aveiro. Ora, a Câmara de Aveiro diz no Jornal de Notícias de vinte e quatro de Fevereiro. que escreveu aos municípios de Viseu, Coimbra, Figueira da Foz, Porto e Gaia para saber a sua opinião e diz que até ao dia vinte e três, a véspera da edição, não tinha recebido qualquer resposta. Portanto, eu gostaria de saber do Senhor Presidente da Câmara, se o Executivo fez depender da posição da Câmara de Aveiro, porque é que respondeu à Câmara de Aveiro e para este “pingue-pongue” não se eternizar. Queria lembrar apenas que a Câmara de Viana do Castelo já tomou uma posição contra o alargamento dos horários também do comércio e dos consumidores. Muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Senhor Deputado, confesso que fiquei um bocado confuso, parece que isso é quatro em um não é? São quatro Propostas concretas que eu tenho que avaliar cada uma delas individualmente, portanto, se me puder entregar? Para já vou pôr à discussão, mas ainda



vou avaliar se vou pôr à votação ou não, para ver se se enquadra ou não... São três? Exactamente. Então estão em debate as três propostas. A constituirão de um grupo de trabalho, claramente, está a aceite pela Mesa, tem toda a legitimidade da Assembleia de criar grupos de trabalhos para as matérias que entender como legítimas. Em relação aos horários dos hipermercados, é uma competência do Executivo. É da competência do Executivo, mas o Executivo tem que trazer à Assembleia Municipal o respectivo regulamento que dispõe. Portanto, a única coisa que aqui está é que apela ao Executivo até catorze de Março que altere o regulamento municipal, não é propriamente uma recomendação, não está, digamos assim, imiscuído naquilo que é a competência exclusiva do Executivo e esta é uma competência clara da Assembleia. Em relação à questão da violência conjugal funcionará, exactamente, como recomendação à Câmara, nos mesmos termos do que temos despachado em relação a outras recomendações. De qualquer maneira o debate será feito. Portanto, no caso concreto do horário dos hipermercados, como tem a ver com o Regulamento que é da competência da própria Assembleia Municipal, será votado. A outra matéria é competência do Executivo Camarário, funcionará como recomendação ao Executivo, nos mesmos termos que têm funcionado outras recomendações”. Senhor Deputado Manuel Teodósio tem a palavra”.

- DEZASSETE – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) – Pede a palavra para fazer a intervenção seguinte: “Relativamente à constituição do grupo de trabalho para reorganização administrativa e do mapa autárquico, eu penso que, pelo menos não tenho noção de alguém alguma vez nesta Assembleia, se ter aqui pronunciado ou desejado, eventualmente, alguma alteração. Nunca ouvi nenhum Senhor Presidente de Junta aqui a dizer que entendia que a sua freguesia deveria desaparecer para dar lugar a outra. Não me parece que haja nenhuma proposta em concreto. Não me parece que haja aqui alguém a defender uma situação destas, portanto, parece neste momento uma situação extemporânea estarmos a adiantar numa coisa que pode surgir ou como pode não surgir, pode surgir para a semana, como pode surgir daqui a um mês, daqui a dez anos, como pode não surgir ainda nos tempos mais largos. Portanto, se quando essa matéria, efectivamente, estiver em cima da Mesa, quando ela tiver que ser discutida, obviamente, que seremos sensíveis a um grupo de trabalho sobre essa matéria, como temos grupos de trabalhos para outras matérias ser fundamental. Agora, numa situação em que não há nenhuma base de trabalho, é criar um grupo por criar, a não ser que haja alguma proposta em concreto de alguém de Viseu, que queira redefinir o número de freguesias no Concelho, então que venha aqui dizer que entende que há freguesias a mais e que devem ser diminuídas, então aí, está aberta a discussão. Neste momento não faz sentido, rigorosamente, nenhum estar a abrir aqui imã discussão que não vejo qual é a mais-valia para o Concelho de Viseu estar a mexer nesta matéria. Relativamente ao assunto do horário alargado ao fim-de-semana dos estabelecimentos comerciais, também é bom que definamos aqui as coisas de uma vez por todas, se não começamo-nos a cansar das coisas. Se a memória não me atraiçoa, eu penso que foi na última Assembleia Municipal, que esse assunto veio aqui. Foi amplamente discutido e foram feitas as suas decisões. Não há nenhum facto novo que leve a que novamente voltemos a estar a discutir, estarmos aqui a defender novamente as mesmas argumentações para chegarmos novamente às mesmas conclusões. Portanto, o que aqui foi definido relativamente a esta matéria, e que também fique claro uma coisa, ninguém é mais defensor do comércio tradicional, das pequenas e médias empresas do que nós, porque não é claro que defender certa matéria é a melhor forma de estar a defender o comércio local. É isto que é aqui a grande dúvida e o que foi aqui definido que isto é uma questão que com o seu melindre, com a sua importância económica para uma região e que não poder ser analisada isoladamente daquilo que se passa nas regiões à volta. Foi aqui dada a referência de uma autarquia, não de uma, são das autarquias que estão aqui à



volta. Não é o facto de Aveiro, aqui ninguém anda a copiar Aveiro, nem anda a reboque de Aveiro, parece-me que até basta ir a Aveiro para perceber que as coisas não são dessa mesma forma. Penso que não vale a pena estarmos aqui a repetir o discurso. Sugeriria, irmos buscar a acta da última Assembleia Municipal aonde estão lá os argumentos e as decisões tomadas, portanto, eu penso que podíamos passar a outros assuntos, porque não fará muito sentido neste momento. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Coração de Jesus. -----

- DEZOITO – SENHOR DEPUTADO DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORAÇÃO DE JESUS (PSD) – Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Eu por razões imperativas tive que sair e não ouvi a intervenção do Senhor Deputado Carlos Vieira. De qualquer forma, na sequência das intervenções que aqui foram feitas, e enquanto Delegado da ANAFRE, vou comentar muito rápido este problema da reorganização administrativa. Nós temos hoje duas Instituições do Poder Local, perfeitamente, definidas e qualificadas que têm, obviamente, que se pronunciar sobre esta matéria. Refiro-me à Associação Nacional dos Municípios e à Associação Nacional de Freguesias e, portanto, esta temática já está a ser proactivamente discutida e penso que, na minha modesta opinião, para já não faz sentido que a Assembleia Municipal veja necessidade de criar algum grupo de trabalho para discutir esta temática. Estas duas Instituições, como acabei de dizer, estão seguramente disponíveis para poder falar com o Poder Central e, de alguma forma, de uma maneira colaborativa pensarem naquilo que é melhor para o País. Necessariamente temos que perceber que acerca de duzentos anos que vivemos nesta divisão administrativa, se calhar, nós também temos que pensar nessa matéria, mas como eu digo, a Associação Nacional dos Municípios e a ANAFRE, com certeza que serão chamadas pela tutela para se pronunciarem sobre isso. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- DEZANOVE – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) – Usa da palavra e diz: “O Bloco de Esquerda, relativamente, a esta proposta, o Partido Socialista entende que, indiscutivelmente, este tema já está na agenda do País, não é? Tem-se vindo a falar, como se sabe já não é só em Lisboa. A alteração em Lisboa já motivou alguns municípios, nomeadamente, a Covilhã que também já procedeu a algumas alterações. E desse ponto de vista, não nos parece errado que a Assembleia Municipal de Viseu se organize. Não nos parece extemporâneo como foi a opinião aqui do PSD, porque, efectivamente, é um tema que está na agenda, está na ordem do dia. Também não me parece mal que a própria Assembleia Municipal possa discutir o assunto e, portanto, se crie um grupo de trabalho que faça, enfim, uma avaliação preliminar, se quisermos. No caso, sendo votado, o Partido Socialista votará a favor. Achamos que, de facto, é uma matéria que está na ordem do dia e que faz sentido começarmos a falar sem prejuízo, evidentemente, da evolução que possa vir a ter esta matéria. Este grupo de trabalho não vai tomar decisão nenhuma, seguramente, vinculativa, mas trará a esta Assembleia depois um conjunto de reflexões que entretanto produzem e que nos parecem úteis e, portanto, votamos favoravelmente. Obviamente, que estamos também de acordo coma recomendação no que diz respeito à violência doméstica, trazida pelo Bloco de Esquerda, portanto, no sentido de a Câmara Municipal poder ter um papel activo, de resto como parece que tem tido, também digamos, não há muito a acrescentar. Relativamente à moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, eu não queria prolongar e estar a trazer mais polémica, mas o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tenho que lhe pedir que haja aqui um esclarecimento cabal, provavelmente, numa próxima ou na próxima Assembleia Municipal, porque fiquei, confesso, que um bocadinho confundido quando o ouvi na sua intervenção a dizer: É uma Moção vamos ver de vamos votar senão... Eu próprio, não sendo jurista, acho que, provavelmente, outras pessoas nesta Assembleia terão hoje essa



dúvida, quer dizer, uma moção, acho que à partida, deverá ser votada, independentemente, do Executivo exercer ou não exercer, enfim, ter uma acção mais directa sobre o tema ou não. Nós temos aqui aprovado n moções que têm mais ou menos a ver com os órgãos a que são dirigidas e, portanto, acho que se justificava no futuro, de facto, uma clarificação sobre estas matérias. Muito obrigado”.

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Não sei se mais algum dos Senhores Deputados se quer inscrever. Só para esclarecer o Senhor Deputado, uma coisa são moções, outra coisa são recomendações. O que o Bloco de Esquerda nos apresenta aqui são três coisas distintas. Por um lado, é uma proposta para a criação de um grupo de trabalho, claramente, da competência da Assembleia Municipal. Se a Assembleia assim o entender, poderá criar os grupos de trabalho que entender. Depois tem uma recomendação ao Executivo. Mais uma vez a interpretação que a Mesa faz de que são competências exclusivas do Executivo. Aquilo que diz o Regimento é: Canaliza através da Mesa a Recomendação para o Executivo. O Executivo entenderá se deve ou não, enfim, anuir em relação a essa recomendação. A terceira tem a ver com uma competência regulamentar, que é uma competência que é da Assembleia. O Executivo mesmo que aprove o regulamento tem que o trazer à Assembleia para efeitos da sua aprovação, portanto, aí é claramente uma competência que é da Assembleia Municipal, Agora, deixe-me também, Senhor Deputado, dizer o seguinte: Os termos em que colocou agora a questão são completamente diferentes do seu camarada de bancada, não é? O Senhor Deputado vem ali dizer assim: É preciso clarificar bem esta questão de uma forma construtiva e não pondo em causa a isenção da Mesa. Aquilo que diz o Regulamento é: No caso de dúvida a Mesa tem competência para interpretar o Regimento. Se algum dos Senhores Deputados não concordar com a interpretação da Mesa, pode recorrer à própria Assembleia Municipal, isto é o que diz. Agora o que é grave, é quando se vem a esta tribuna pôr em causa a independência da Mesa, porque todos os processos são tratados, exactamente, da mesma maneira seja que Deputado for. Aqui não há Deputado de primeira, nem Deputado de segunda, todos têm a mesma legitimidade. Os Deputados eleitos e os Senhores Presidentes de Junta, todos têm a devida legitimidade para estarem aqui neste Órgão, portanto, a Mesa interpretará o Regimento da forma que entender. Agora, queria realçar aqui a diferença de comportamento do Senhor Deputado face ao seu camarada de bancada. Senhor Deputado Carlos Vieira tem a palavra para a segunda intervenção sobre estas matérias”.

- **VINTE – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Se me dispensam dos cumprimentos protocolares passaria a esclarecer dois pontos: O primeiro - a intenção da Proposta do Bloco de Esquerda não é sobrepor-se às competências da ANAFRE ou da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, pelo contrário, é reforçar a democracia representativa que nós exercemos, colocando todos os Deputados Municipais, nomeadamente, os Senhores Presidentes de Junta a discutir um tema que lhes diz directamente respeito. Portanto, é levar isto a uma discussão mais fina, digamos, uma vez que, como disse o Deputado João Paulo Rebelo, isto está na agenda, já há posições e o próprio Presidente da Junta de Coração de Jesus confirmou. Sobre a questão das grandes superfícies, eu trouxe outra vez isto, primeiro, porque o Senhor Deputado Mota Faria disse que não estava ainda esclarecido, que precisava de mais audições e mais estudos do tema, portanto, não foi na última, acho que foi na penúltima Assembleia, naturalmente, que já deve ter sido feito esse estudo. Por outro lado, há uma contradição entre a posição que o CDS aqui assume e a do Deputado Hélder Amaral. No mesmo dia em que estávamos a discutir isto, o Deputado Hélder Amaral foi à Associação dos Comerciantes do Distrito de Viseu assegurar que o CDS estava ao lado dos comerciantes. E de facto, ele na



Assembleia da República manifestou as preocupações dos comerciantes, como eu acabei de citar. Portanto, é só para vocês se definirem e não haver essa contradição que me parece esquisita. Por outro lado, porque também acho algo esquisito que o Senhor Presidente da Câmara, e eu vou citar o que ele disse, tenho aqui a acta, diz: “Sobretudo se Aveiro abrir ao domingo, que é o nosso mais directo concorrente, a Câmara de Viseu deixará também abrir”. Ora, a Câmara de Aveiro, vem no Jornal de Notícias de vinte e quatro de Fevereiro, diz que: “A Câmara de Aveiro consultou os Municípios de Viseu, Coimbra, Figueira da Foz, Porto e Gaia onde existem grandes superfícies, porque em alguns concelhos lá do distrito até não existem, mas até ontem não tinha recebido qualquer resposta”. A minha intenção é apenas ver se os Senhores clarificam e o Senhor Presidente também, para que não haja aqui um pingue-pongue. Todos dizem que estão a favor dos comerciantes, mas a verdade é que depois atiram a bola (o Governo atira para os Municípios, os Municípios parece que atiram uns para os outros). Senhor Presidente, não sei se respondeu se não respondeu, se calhar, a carta chegou atrasada, mas se a Câmara de Aveiro está nessa disposição, estou confiante que o Senhor Presidente não deixará de defender os legítimos interesses dos pequenos comerciantes e dos consumidores do nosso Município. Muito obrigado”.

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos agora dar andamento à Recomendação nos termos do artigo treze, número um c) do Regimento. Será remetida para a Autarquia, sobre a questão da Luta Contra a Violência Conjugal. Vou pôr à votação a Proposta da Criação de um Grupo de Trabalho”. A Proposta foi rejeitada com trinta e três votos contra, dez votos a favor e oito abstenções. Passamos agora à Moção da questão dos hipermercados. Volto a referir: “Apela ao Executivo que até catorze de Março altere o regulamento municipal de horários de comércio de forma a restringir a abertura das grandes superfícies comerciais (com mais de dois mil metros quadrados) ao domingo à tarde e feriados, a bem da compatibilidade entre a vida pessoal ou familiar e a vida profissional, do necessário equilíbrio entre todos os formatos comerciais e da promoção da diversidade de oferta, sem a qual não haverá uma verdadeira liberdade de escolha dos consumidores, conforme posições da ACOP e da APDC”. Vou pôr à votação. A Moção foi rejeitada com vinte e um votos contra, um voto a favor e vinte e uma abstenções. Para uma Declaração de Voto, tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Teodósio”.

- **VINTE E UM – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD)** – No uso da palavra diz: “Senhor Presidente, muito rapidamente, só para fazer uma Declaração de Voto relativamente à matéria de um grupo trabalho. Que fique bem claro, que a votação contra a criação deste grupo de trabalho, prende-se única e exclusivamente com a questão da extemporaneidade do momento. Quando houver uma proposta em concreto, obviamente, que nesse momento não estaremos mais de acordo. Aliás, seremos, exclusivamente, proponentes da criação deste grupo de trabalho para analisar. Isto de dizer que anda aí na agenda, confesso, já estive a ver na minha agenda e não estava lá nada. Agradecia que me dessem a agenda aonde estava lá isso escrito. Muito obrigado”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas, para uma Declaração de Voto. --

- **VINTE E DOIS - SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD)** – Pede a palavra para fazer a intervenção seguinte: “Não tive a oportunidade de me pronunciar sobre a constituição de um grupo de trabalho relativamente à fusão de freguesias. Eu votei a favor dessa proposta e gostaria de dizer porquê. Porque entendo que nós devemos racionalizar os meios que temos à nossa disposição. Sei que isto não é, digamos assim, uma proposta consensual, mas eu julgo que a minha geração merece que cada vez mais os recursos sejam bem aproveitados e bem geridos. Se existem localidades onde faz sentido que tenhamos a mesma divisão



administrativa, eu julgo que haverá outras localidades onde isso não fará sentido. Nesse ponto, eu gostaria de deixar aqui, de uma forma bem clara, apesar de quase isolado no Grupo Parlamentar, mas dizê-lo que eu sou favorável à constituição deste grupo. A segunda Declaração de Voto é sobre a abertura das grandes superfícies. Eu gostaria de dizer que não pude votar nesta Moção, porque ela acaba por escamotear, em toda a sua dimensão, as responsabilidades que o Governo tem, relativamente, à abertura das grandes superfícies. O Governo achou bem mais fácil pegar e “passar a bola”, digamos assim, “a batata quente” às autarquias, não tomando posição. Ele diz, todos os dias, que está a favor dos comerciantes, mas a verdade é que os factos acabam por desmentir. Nós se formos falar com a Associação dos Comerciantes encontramos uma situação muito curiosa que é, por exemplo, o facto do Programa MODCOM abrir em períodos que não estão claramente identificados. Aquilo é uma espécie de lotaria. Uma pessoa vai ao *site* e logo vê se o programa está aberto ou não está. Portanto, estas seriam formas mais interessantes de apoiar o comércio tradicional, porque nós sabemos que não podemos entrar aqui numa lógica de dizer: Viseu, sim senhor, está ao lado dos comerciantes, mas deixar escapar meios, poder económico, para outros sítios que estão a competir connosco. Nós temos que ter aqui uma visão enquadrada e é pena que o Governo não tenha tido a coragem de assumir uma posição (ou está de um lado ou está de outro) não pode é estar com os dois. Muito obrigado”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Jorge Adolfo.

- **VINTE E TRÊS** – **SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS)** – Usa da palavra e diz: “Eu como me absteve na Moção relativamente ao grupo de trabalho, ao contrário do meu Grupo Parlamentar que votou favoravelmente essa constituição, eu gostava de fazer a seguinte declaração: No que diz respeito ao Concelho de Viseu e a muitos dos Concelhos do Distrito de Viseu, não vejo necessidade de ser feita uma alteração à rede existente de freguesias. Particularmente, no que diz respeito ao Concelho de Viseu, parece-me que nada justifica que haja uma fusão de freguesias. No entanto absteve-me, porque não sou contrário ao debate, seja ele sobre as juntas de freguesia ou seja outra coisa qualquer, mas parece-me que, de facto, é um pouco extemporâneo neste momento discutir-se isto aqui no nosso Concelho, quando nada justifica. Nós não estamos numa realidade como de alguns concelhos do nosso Distrito ou da Beira Interior, como foi referido há pouco, em que, efectivamente, a perda populacional, portanto, a redução demográfica acentuada e muito significativa irá, efectivamente, ter como necessidade uma racionalização dos recursos, como dizia ali o colega Ruas. Querendo, digamos, de alguma maneira justificar a minha abstenção, é que não sendo contrário ao debate, parece-me que no que diz respeito ao Concelho de Viseu, esse era um debate que se podia fazer sobre tudo o que nós queiramos. Obrigado”.

- **MESA** – Dá a palavra à Senhora Deputada Daniela Pereira.

- **VINTE E QUATRO** – **SENHORA DEPUTADA DANIELA FILIPA CARDOSO PEREIRA (PSD)** - Pede a palavra para dizer o seguinte: “A crise económica impôs uma travagem a fundo na criação de emprego, com limitações que dificultam a obtenção de emprego pelos mais novos. A OCDE estima que, apesar de a retoma já ter começado em alguns países, o nível de desemprego continuará a ser preocupante. “A criação de emprego deverá ficar significativamente para trás em relação à recuperação económica. Neste contexto, estima-se que o desemprego jovem permaneça a um nível elevado nos próximos dois anos e muitos jovens desempregados deverão passar por períodos prolongados de desemprego.” Fazendo uma revisão aos dados que têm sido divulgados através de diversos estudos realizados, diz o Instituto Nacional de Estatística que, até Setembro de dois mil e dez existiam seiscentos e nove mil desempregados em Portugal, isto significa, um acréscimo de onze por cento face ao trimestre homólogo. Do ponto de vista regional, o desemprego subiu em quase todas as regiões do país, sendo a região do Norte (com um



acréscimo de treze por cento) e a região do Algarve (com uma subida de doze vírgula oito por cento, as zonas mais afectadas). Analisando com mais rigor este relatório, verifica-se que, foram as mulheres que mais sofreram com o desemprego tendo este crescido dezassete por cento (isto em números reais significa que houve uma subida de duzentos e oitenta mil para trezentos e vinte e oito vírgula dois mil desempregados do sexo feminino), enquanto que nos homens este subiu apenas cinco por cento. Constata-se também que, do segundo para o terceiro trimestre de dois mil e dez, a população desempregada na faixa etária dos quinze aos vinte e quatro anos passou de vinte vírgula três por cento para vinte e três vírgula quatro por cento, este foi o maior registo trimestral desde o primeiro trimestre de dois mil e cinco. A taxa de desemprego entre as pessoas com curso superior disparou para vinte e um vírgula cinco por cento entre Julho e Setembro de dois mil e nove, existindo agora sessenta e oito vírgula cinco mil desempregados com estas qualificações. Pois é verdade, há cada vez mais jovens licenciados desempregados, sendo esta sem dúvida a geração mais qualificada de sempre, mas que não consegue mostrar o seu potencial, **FALTA-LHES A OPORTUNIDADE**. Vivem de trabalhos precários, a recibos verdes, sem condições mínimas para ter independência, num país onde a taxa de desemprego global tem vindo a aumentar. Embora em anos anteriores o número de empregados licenciados tenha aumentado em trinta e quatro vírgula nove mil, a verdade é que estão quarenta e três mil jovens licenciados inscritos nos centros de emprego, sem contar com os que por iniciativa e meios próprios procuram por esse “ouro escasso” para o qual se formaram e os quais não estão contabilizados em números oficiais. A justificação que um investigador do Instituto Universitário Europeu encontrou foi de que, “até dois mil e nove se assistiu a uma criação líquida de emprego qualificado significativo” e que “apesar de nessa altura já se registar um ligeiro aumento do desemprego, o problema é que o mercado vai estar congelado” e que “apesar da destruição de emprego poder nem continuar, também não haverá uma dinâmica de criação”. O desemprego é sem dúvida um assunto que nos preocupa a todos, mas este é um momento de maior preocupação quando assistimos a que pessoas continuem a menosprezar as capacidades e potencialidades dos mais jovens, no entanto, querem estar mais a frente que o concorrente, querem ter um negócio mais rentável, e mais “bonito” aos olhos dos clientes, mas esquecem-se que para que existam essas matizes, devem investir, e apostar essencialmente, em pessoas mais novas, em criatividade e pessoas sem vícios de experiências, o que poderá fazer a diferença. Muitas vezes, os factores para a não aposta nos jovens, exceptuando aqueles que recorrem a cunhas, é dada por valores como a falta de experiência pessoal, o prestígio da universidade, a dita crise, a distância da área de residência do candidato ao local de trabalho, entre outros tantos. Como jovem, eu trabalho diariamente para a minha formação e para dar o meu melhor para a entidade que me contrata, esforço-me ao máximo para poder dar a ganhar em quem em mim apostou. Como licenciada, sinto que ainda não tive a oportunidade de vingar, de poder dar o meu contributo numa organização, pois penso que as apostas são muito tremidas, as pessoas apostam por períodos reduzidos e não dão oportunidades sequer de se cumprir o acordado. Aqui realço a minha experiência num dito estágio pós-licenciatura, em que o título “estágio” não serviu para mais do que me poderem remunerar enquanto aprendiz e não licenciada, uma vez que o horário de trabalho de entrada estava estipulado mas o de saída era sempre uma incógnita. Tantos são os outros casos de colegas e amigos que têm palmilhado o país de entrevista em entrevista, numa tentativa de procurarem ver concretizado o seu sonho de trabalhar na área de estudos em que se formaram. Outros tantos, são os que no desespero de ver as suas despesas a aumentar, procuram tão simplesmente um trabalho, seja numa loja de vestuário, numa caixa ou na reposição de produtos de supermercado, ainda há os que se arriscam em trabalhos *part-time* em restaurantes de *take away*, muitas vezes omitindo as suas qualificações para poderem



permanecer no lugar. Tantos são também os que, sendo licenciados em cursos (como enfermagem, fisioterapia, engenharia civil, engenharia electrotécnica, biologia entre outras tantas áreas) preferem optar por emigrar para países (como Espanha, França, Alemanha, Angola, entre outros) que lhes proporcionam boas condições de trabalho e salariais... Mas é isto que queremos? Uma constante mobilização dos jovens para fora de Portugal? Ou pretendemos que se fixem, que construam o seu futuro aqui, que apliquem os seus conhecimentos no desenvolvimento deste que é o nosso país e que contribuam para a melhoria da economia... É certo que estas situações de aumento do desemprego também se verificam em outros países... mas o que é certo, é que esta emigração dos jovens tem vindo a aumentar! Ainda na sexta-feira o Senhor Primeiro-ministro considerou que o aumento do desemprego em Portugal é ainda a consequência da crise internacional e seria mais elevado sem o actual crescimento económico e se o Governo não tivesse adoptado medidas activas de emprego. E eu digo “Medida activas de emprego?!” Medidas que surgem apenas quando os índices de desemprego se mostram demasiado elevados, e que não agradam a ninguém?! Medidas estas que ainda não foram suficientes e capazes de inverter a tendência do aumento do desemprego! E atenção isto foi admitido pelo Senhor Ministro do Trabalho. Será que este não é um problema sobre o qual se devessem debruçar verdadeiramente! Esta geração é aquela que está a construir futuro do nosso país...esta geração investiu milhares de euros nas suas formações para adquirir qualificações que são exigidas constantemente. Será que não é altura de reverem a perspectiva do índice de empregabilidade dos cursos? De se fazerem mais e melhores estudos sobre o escoamento dos licenciados no mercado de trabalho? Do estado ponderar a regulação junto do ensino privado, de cursos que existam na mesma zona em regime de ensino público? É nestas alturas que nos interrogamos onde estão os incentivos para a criação de emprego, onde estão os estágios profissionais, os incentivos à constituição de empresas para os jovens, os incentivos às empresas para receberem os jovens...mas tão importante será saber onde estão os postos de emprego há tanto prometidos e os estágios profissionais que se criaram! A aposta nos jovens licenciados das gerações de oitenta, são apostas ainda orientadas por ensino sustentado e de qualidade, que irá traduzir a médio e longo prazo, numa aposta certa e com grandes ganhos humanos e monetários. Arrisco-me a dizer, esta minha geração talvez não seja uma “Geração à Rasca”, mas uma geração que tem feito de tudo para se desenrascar. Obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ramiro Loureiro. -----

- VINTE E CINCO – SENHOR DEPUTADO RAMIRO DA CRUZ LOUREIRO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RIO DE LOBA (PSD) - Solicita a palavra par intervir do seguinte modo: “Em Setembro de dois mil e oito a Direcção da Associação Viseense de Bombeiros Voluntários, solicitou à Freguesia de Rio de Loba a Cedência de um terreno para a construção de uma infra-estrutura de combate a incêndios, de protecção e socorro. Analisada a validade desta importante infra-estrutura e a credibilidade desta Instituição, o Executivo da Freguesia de Rio de Loba a que tenho a honra de presidir, não hesitou em acolher a família dos Bombeiros Voluntários, aprovando a cedência de um terreno com cerca de seis hectares. Desta decisão demos conhecimento à Administração do Município de Viseu para em conjunto optimizarmos todo o processo de cedência do respectivo terreno que culminou com uma escritura pública em que intervieram o Município de Viseu a Freguesia de Rio de Loba e os Bombeiros Voluntários. A tipologia desta construção permitirá uma ampliação crescente, num futuro que se deseja próximo, viabilizando a concentração de mais valências e criando, quiçá, a Cidade dos Bombeiros. A sua óptima localização permitirá um acesso rápido à cidade, à A-Vinte e Quatro e à A-Vinte e Cinco. O custo desta obra rondará um milhão de euros, sendo setenta por cento da sua comparticipação obtida através do POVT (Programa Operacional de Valorização do Território) e trinta por cento comparticipada



pela Câmara Municipal de Viseu. Aquando do lançamento da primeira pedra, o Senhor Ministro da Administração Interna, comprometeu-se em intervir na resolução dos acessos ao IP-Cinco, processo esse que se tornou moroso permitindo somente a inauguração desta infra-estrutura, ontem dia vinte e sete de Fevereiro, tendo estas obras sido suportadas em parte pelos Bombeiros Voluntários, quando se esperaria um apoio financeiro inequívoco por parte do Poder Central nesta importante infra-estrutura. Não fora os apoios do Poder Local, hoje garantidamente não teríamos esta importante obra no nosso Concelho. Felicito o trabalho, a dedicação e a persistência a esta causa do seu Presidente, Doutor Paulo Correia, que concretizou o sonho que muitos tiveram mas não ousaram concretizar. Felicito o Município de Viseu, na pessoa do seu Presidente, Doutor Fernando Ruas, pelo seu empenho pessoal e institucional no apoio incondicional desde a primeira hora na viabilização deste projecto dos Bombeiros. Temos a consciência do dever cumprido, porquanto assistimos ontem à inauguração oficial do novo Quartel dos Bombeiros Voluntários e obviamente à concretização de um sonho de décadas desta Instituição que a partir de ontem melhorou, estamos certos, as suas condições de trabalho e de operacionalidade em prol da população viseense. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão.

- VINTE E SEIS – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO

PS) – Solicita a palavra para um pedido de esclarecimento e diz: “Quero primeiro que tudo, associar-me à posição aqui assumida de enaltecimento da obra do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Viseu, cuja inauguração ocorreu ontem, aqui trazida pelo Presidente da Junta de Rio de Loba, que foi quem teve mais responsabilidade na construção deste edifício, na medida em que o terreno foi cedido gratuitamente, exactamente, pela Junta de Freguesia de Rio de Loba, como aliás, foi muito bem realçado e explicado por ele na sua intervenção. Queria também deixar aqui a referência ao facto de todas as instituições, que ele referiu, e que se associaram para que a obra chegasse àquilo que chegou ontem. Contudo, queria deixar aqui dois pedidos de esclarecimentos e que, certamente, o Senhor Presidente da Junta de Rio de Loba saberá como tudo aconteceu. Saberá, certamente, esclarecer-me se os acessos ao IP-Cinco foram assim tão morosos e se, efectivamente, foram ou não foram resolvidos antes de ser inaugurado o Quartel. Também queria saber se há ou não por parte do Ministério garantias de comparticipação para a despesa que acarreta a acessibilidade ao IP-Cinco. Gostava de ser esclarecido se sabe ou não dessa comparticipação, dessa garantia por parte do Ministério. Gostava também que me esclarecesse, porque referiu, e vou dizer mais uma vez, que, efectivamente, já pedi este esclarecimento várias vezes, se sabe qual foi a comparticipação. Eu não me lembro de ter sido alguma vez referido por parte do Executivo o montante da comparticipação para o Quartel. O Quartel avançou para a sua edificação, porque a Câmara lhe garantiu aquilo que o QREN (POVT) não garantisse. O que o QREN (POVT) tem garantido ao Bombeiros Voluntários de Viseu (tanto quanto sei de fonte que não quero aqui divulgar) é de setenta por cento (trinta por cento que faltam, vinte por cento estão a ser garantidos pelo Municípios e os outros dez por cento são pelos Bombeiros até agora). É isto que está a acontecer! E tanto quanto eu saiba, já tive aqui uma associação à minha tese, de que os dinheiros dos Fundos Comunitários são dinheiros também portugueses. O Senhor Presidente da Assembleia disse-o aqui hoje textualmente e, portanto, setenta por cento daquilo que está ali edificado, e que ontem foi inaugurado, pertence também a dinheiros portugueses. Muito Obrigado”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Eu pedia aos Senhores Deputados, que quando pedirem um esclarecimento o façam especificamente, porque há espaço no Período Antes da Ordem do Dia para intervenções e para pedido de esclarecimento. No caso concreto, onde utilizam a figura, utilizem-na e apliquem-na. Senhor Deputado Pedro Ruas, também é para um pedido de esclarecimento?”



Vamos lá ver, quem usou da palavra foi o Senhor Deputado Ramiro Loureiro e, portanto, os pedidos de esclarecimento dirigidos ao Senhor Deputado Ramiro Loureiro. Tem a palavra Senhor Deputado Pedro Ruas”. -----

- VINTE E SETE – SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD) – No uso da palavra diz: “Então neste caso, eu faço-lhe a pergunta, até porque, julgo que esteve na mesma cerimónia que eu estive ontem, E a pergunta que eu faço: Se era possível ou não construir o novo Quartel dos Bombeiros sem a ajuda da Câmara Municipal de Viseu? Porque ainda ontem ouvi palavras elogiosas por parte do Senhor Comandante, no sentido de dizer que sem a Câmara Municipal de Viseu nada daquilo era possível e acho que foi corroborado por toda a gente que estava lá. Portanto, eu não sei se estive em cerimónia diferente daquela que em que esteve o Senhor Deputado me antecedeu. Era só isso que eu queria perguntar”. - MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos também para um pedido de esclarecimento. -----

- VINTE E OITO – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS CDS/PP – Solicita a palavra para dizer o seguinte: “Querida fazer um pedido de esclarecimento Presidente da Junta de Rio de Loba. O pedido de esclarecimento é fácil e simples de perguntar, o maior mérito da obra com certeza pertence à Associação dos Bombeiros Voluntários, certo? Todos os outros: Governo, Executivo e outras entidades, têm participado apenas ajudaram, o mérito é deles. Obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ramiro Loureiro. -----

- VINTE E NOVE – SENHOR DEPUTADO RAMIRO DA CRUZ LOUREIRO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RIO DE LOBA (PSD) – Usa da para responder às questões que lhe foram colocadas e diz: “Eu apenas venho aqui tentar dar algumas respostas às questões que foram agora colocadas e dizer que também não tenho informação oficial por parte do Ministério da Administração Interna, que tenha, obviamente, garantido o suporte das despesas que ali foram feitas nos alargamentos. E por isso, enquanto as questões não estiverem devidamente clarificadas, partimos do princípio que estas obras serão, efectivamente, assumidas pelos Bombeiros Voluntários. E nessa medida, o nosso descontentamento vai por essa falta e essa declaração inequívoca por parte do Poder Central nesse apoio, que é o apoio que seria justo e seria devido a esta grande obra. Garantidamente, o que eu disse foi, que sem o Poder Local esta obra não era, de certeza, uma obra construída e inaugurada como foi ontem. Sem o apoio do Poder Local (Junta de Freguesia de Rio de Loba e Município de Viseu), garantidamente, esta obra não era a obra que todos temos o orgulho de ter no nosso Concelho. Quando ao assunto do Senhor Deputado do CDS/PP, obviamente, que o mérito é dos Bombeiros Voluntários de Viseu, mas não tirando também o mérito de todo o apoio do Poder Local. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Neves. -----

- TRINTA – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO BAPTISTA NEVES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BOALDEIA (PSD) – Solicita a palavra para fazer a intervenção seguinte: “Chegam a ser arrepiantes as notícias que, quase diariamente, nos são relatadas pela comunicação social de situações de isolamento e solidão em que vivem muitos idosos, por todo o país. Em certa medida, é o conhecimento destes casos que despertam consciências, que nos fazem meditar e nos levam a tentar encontrar soluções que possam, de alguma forma, atenuar ou até eliminar o sofrimento daqueles que, depois de uma vida de trabalho, são deixados ao abandono por uma sociedade que não queremos seja a nossa. Senhor Presidente, Senhores Deputados, é urgente que surjam respostas práticas para esta problemática. Há já alguns anos que a Câmara Municipal se tem preocupado com os nossos idosos. A Actividade Sénior é um exemplo dessa realidade na vertente física ajudando também no envelhecimento colectivo; o apoio à ANAPR –



Associação Nacional dos Aposentados Pensionistas e Reformados, Delegação de Viseu, através da cedência de um edifício, situado na zona histórica, para a instalação do seu “Espaço Inter-gerações”, para além de outros apoios e os programas implementados pelo Pelouro de Acção Social, através do GAS, como sejam o pagamento de medicamentos, o apoio no aluguer de habitações e as refeições sociais. O projecto “Viseu em Movimento Gerações Saudáveis Dois Mil e Onze”, posto em prática pelo Pelouro da Saúde, cuja apresentação pública se realizou no passado dia quatro de Janeiro com uma cerimónia realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho e que, utilizando a Unidade Móvel de Saúde em parceria com a ACES – Agrupamento de Centros de Saúde Dão Lafões I, o IPV através da sua Escola Superior de Saúde, a Escola de Medicina Dentária do Centro Regional das Beiras da Universidade Católica e a Escola Superior de Saúde do Instituto Jean Piaget, têm levado a efeito acções de sensibilização e rastreio, nomeadamente no âmbito da fisioterapia, alimentação, higiene oral, recolha de saliva, pesagem e mediação, postura, acidentes domésticos, actividades interactivas relativas com os temas em projecto, etc., etc. Estas acções já realizadas na Associação “As Abelhinhas” de Vila D’um Santo tiveram a participação activa, além dos idosos, dos alunos da Escola do Primeiro CEB de Nogueira de Cota; em Cavernães na Casa de São Pedro e na Escola do Primeiro CEB de Cavernães e na Freguesia de Silgueiros, na ASSOPS, com a participação dos alunos da Escola do Primeiro CEB de Silgueiros, estando agendadas as próximas acções no mês de Março nas Freguesias de Torredeita e Boaldeia e em Maio, Povolide e Biblioteca Dom Miguel da Silva. Também as Comissões Sociais de Freguesia, criadas no âmbito da Rede Social do Concelho, e que têm como principal objectivo sinalizar e tentar resolver localmente as situações de maior carência, serão fundamentais dada a sua proximidade com os problemas. Senhor Presidente, Senhores Deputados, a União Europeia instituiu em dois mil e onze o ano Europeu do Voluntariado, uma vez que o número de cidadãos actualmente envolvidos em trabalho voluntário é insuficiente e é preciso promover uma cidadania mais activa. As metas passam por reforçar a contribuição do voluntariado na autonomia e inclusão social mais eficazes e assegurar juridicamente que o voluntariado é um direito que chega a todos. Também neste âmbito a Câmara Municipal está a preparar projectos para, de alguma forma, combater as incidências do isolamento, da solidão e do abandono. O projecto “Naturalmente Solidário”, programa dirigido para o voluntariado na zona histórica da cidade, onde, depois de um levantamento efectuado pelas Técnicas do Gabinete de Acção Social, da Câmara Municipal, e apresentando na última sessão aberta do CLAS, Conselho Local de Acção Social, se concluiu existirem muitas carências de varia ordem, pretende este projecto levar a cabo um contacto diário com os idosos que até agora têm vivido à margem do resto da população. Sabemos que a escolha dos voluntários terá de ser muito criteriosa, aliás, de acordo com a legislação, já publicada para o efeito, tendo em conta que essas pessoas terão de ser de confiança, idóneas e disponíveis para a realização das mais variadas tarefas. Senhor Presidente da Câmara, embora na minha freguesia este problema esteja resolvido, dado que o nosso Centro Social abrange toda a população, penso que este projecto tem forçosamente de ser alargado a todas as freguesias. Tenho conhecimento de que alguns colegas Presidentes de Junta iniciaram já esse trabalho com o apoio do Gabinete de Acção Social. Senhor Presidente, Senhores Deputados, o ano de dois mil e doze foi instituído como o Ano Europeu do Envelhecimento Activo. O envelhecimento é um processo natural. Assim, é necessário envelhecer bem, é preciso adiar as incapacidades motoras e intelectuais, criando hábitos de actividade física e de leitura. Um dos maiores medos das pessoas é, sem dúvida, o de perder a independência e passar a depender de terceiros. A idade média de vida aumentou significativamente mas, não basta prolongar a vida às pessoas, é preciso que a vivam com qualidade. Não resisto à citação de uma frase saída da II Assembleia Mundial sobre o envelhecimento: “Demos anos à vida, vamos dar vida aos anos”. Senhor Presidente da Câmara, estamos convictos que o nosso



Município, superiormente dirigido por Vossa Excelência ao longo destes anos, ficará também preparado para, nestas questões sociais, enfrentar os desafios que se avizinham. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado José Pedro Gomes. -----

- TRINTA E UM – SENHOR DEPUTADO JOSÉ PEDRO ESTEVES GOMES (PS) – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Esta minha primeira intervenção numa Assembleia Municipal está ligada às políticas municipais de juventude e ao afastamento dos jovens da política e do associativismo (assunto que é cada vez mais encarado como fatal e catastrófico). Pessoalmente, rejeito análises catastrofistas sobre os níveis de participação cívica e política das camadas mais jovens da população e o eventual desinteresse dos jovens pela participação na vida pública. Se há muitos que se afastam, são também muitos os que querem intervir mas não encontram espaço para o fazer. Os jovens têm direito a uma política que vá de encontro às suas reais necessidades e que entenda as suas áreas de interesse, as suas aspirações, e que em simultâneo lhes proporcione uma formação cultural e intelectual. De facto, as autarquias locais devem estar atentas à sua relação de proximidade com as populações, sendo proactivas e criando e desenvolvendo as condições necessárias para uma efectiva participação dos cidadãos na gestão das políticas do concelho. Uma política municipal de juventude eficaz e eficiente implica um conhecimento dos anseios, aspirações, prioridades e preferências dos jovens. É preciso ouvi-los para se estar habilitado a responder com as políticas certas. Senhor Presidente, Senhores Deputado, tudo isto seria possível de concretizar através de várias decisões e políticas. Uma delas é, sem dúvida, a criação do Conselho Municipal de Juventude. Já passaram cerca de dois anos desde a criação do regime jurídico dos conselhos municipais de juventude pela Lei número oito/dois e nove de dezoito de Fevereiro, estabelecendo a sua composição, competências e regras de funcionamento. Pretendeu-se com esta lei reforçar a representação jovem na actividade dos municípios portugueses, criar um fórum de discussão alargado das temáticas que directamente afectam a qualidade de vida e capacidade de emancipação dos jovens e apoiar e incentivar a actividade associativa jovem. No entanto, a Câmara Municipal de Viseu não ainda cumpriu esta Lei e não quis fomentar este mecanismo de democracia aberta e participativa. Daqui se pode concluir que o Executivo Camarário não quer auscultar e incorporar as contribuições das estruturas juvenis na definição e desenvolvimento de projectos a aplicar em políticas de juventude, e também não quer conhecer com profundidade as reais necessidades, aspirações e problemas sentidos pela população jovem munícipe. Esse não deve ser o caminho. O Conselho Municipal de Juventude não representa uma ingerência nas competências municipais e muito menos um entrave ao funcionamento dos órgãos municipais. O Conselho Municipal de Juventude é um espaço que fomenta o diálogo e o intercâmbio de experiências entre os vários agentes juvenis concelhios, alargando a reflexão e a discussão sobre os assuntos que respeitam à juventude no concelho. Envolvendo todos os agentes, é sem dúvida um importante órgão de consulta dos municípios e consubstancia um mecanismo que reforça as capacidades de participação dos jovens e compromete o poder local com as políticas de juventude. É preciso ouvir mais para decidir melhor, e os jovens têm direito a uma política que os permita assumir o papel de interlocutores junto do poder local instituído. O próprio fortalecimento da democracia representativa passa também pelo papel que os jovens podem ter na sua comunidade, pelas responsabilidades que podem assumir, pelas decisões em que se podem envolver, pelas capacidades que desenvolvem e pela sua participação na vida associativa e política. O Conselho Municipal de Juventude proporciona essas oportunidades de participação nas decisões que lhes dizem respeito, fomentando o exercício de uma cidadania activa e consolidando a própria democracia representativa. Para terminar, deixo aqui três perguntas ao Senhor Presidente da Câmara: - Quando decorreu a última reunião do



Conselho Municipal de Juventude (visto que quem visita o site oficial da Câmara depara-se com uma descrição deste órgão que supostamente existe desde noventa e oito)? – Quem foi o representante do Conselho Municipal de Juventude na composição do júri do Festival de Teatro Jovem Dois Mil e Nove (visto que o artigo quinto do regulamento deste evento prevê a presença de um representante do Conselho Municipal de Juventude)? E por último, gostaria de saber se está mesmo prevista a efectiva implantação do Conselho Municipal de Juventude em Viseu, concretizando a Lei referida e dando um passo importante no sentido de reforçar a intervenção e a actividade cívica dos jovens? Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Renato Pereira para solicitar um pedido de esclarecimento.

- TRINTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO RENATO ALEXANDRE REIS PEREIRA (PSD) - No uso da palavra diz: “Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Deputado que me antecedeu, se tem conhecimento de um órgão, que existe há muitos anos e durante muitos anos funciona, a Assembleia Municipal Jovem. Se tem conhecimento da origem desse órgão? Se tem conhecimento que a Câmara Municipal de Viseu foi pioneira a promover e a dar condições para que esse órgão funcionasse? Nos últimos anos não tenho feito isso, porque as coisas vão mudando, já não sou o jovem que era quando fui eleito para aqui com vinte anos, já tenho quase trinta e um, mas vou dizer-lhe que sempre quis participar na vida política local, na vida política de Viseu e sempre que quis fazer alguma coisa tive sempre todas as portas abertas (ia à Câmara Municipal de Viseu apresentava uma proposta, as coisas eram ouvidas. Através da Assembleia Municipal, para onde fui eleito, propus o que tinha a propor, e na medida possível, também essas situações foram consideradas). Agora, há uma coisa que nós não podemos escamotear, é que os jovens têm que ter condições para se poderem fazer representar e para se poderem fazer ouvir, mas também têm que querer. Eu também “dou a mão à palmatória” nessa matéria, nos últimos anos os jovens têm-se alheado da vida política, nalgumas situações, efectivamente, é por culpa dos políticos, mas noutras é porque, pura e simplesmente, não querem saber. Nós não podemos escamotear as coisas como elas são. Por exemplo, na Assembleia Municipal Jovem, em que eu participei muitas vezes, desde o início, aliás, a participação não era, nem de longe nem de perto, a participação desejável. Apareciam quase sempre as mesmas pessoas, muitas das vezes, com participações pouco mais que presenciais, quase figura presente e, verdadeiramente a criação de um órgão não aumenta a participação dos jovens na vida política, é preciso mais do que isso. Também cabe às juventudes partidárias trabalharem nesse sentido e, portanto, nós temos que perceber se as responsabilidades são sempre dos outros ou também são nossas e se temos feito tudo aquilo para dignificar a presença dos jovens nos lugares públicos que existem e que são facultados. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado José Pedro Gomes, para responder à questão que lhe foi colocada.

- TRINTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ PEDRO ESTEVES GOMES (PS) - Usa da palavra para responder à questão que lhe foi colocada e diz: “Eu acho que não estávamos a falar dos mesmos órgãos. Assembleia Municipal jovem, acho que não é o Conselho Municipal da Juventude, visto que a Lei que referi de dois mil e nove, se tinha carácter obrigatório, já passaram dois anos, se calhar, já era altura de efectivar esta implantação. Quanto ao Conselho Municipal de Juventude, as juventudes partidárias não são convocadas nem sequer para a Assembleia Municipal Jovem. Eu já estive a falar com várias associações de estudantes e elas estão interessadas nesta implantação do Conselho Municipal de Juventude e também não têm conhecimento da Assembleia Municipal Jovem. Não sei em que medida é que tem sido feita a divulgação destas reuniões. Obrigado”.



- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Esgotámos o Período de Antes da Ordem do Dia, dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas. Tem a palavra Senhor Presidente”.

- **TRINTA E QUATRO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas e diz: “Muito obrigado Senhor Presidente. Eu gostaria em primeiro lugar de dizer ao Senhor Presidente que a expectativa que tinha, naturalmente, não se vai cumprir de a Assembleia terminar de manhã e se terminar há aqui uma diferença enorme entre aquilo que é a Ordem do Dia o Período Antes da Ordem do Dia. É meio-dia e um quarto, o que significa que este Período Antes da Ordem do Dia se arrastou. Naturalmente, compreensivelmente, mas vou expurgar aquilo que diz respeito à Câmara Municipal e às perguntas que me foram colocadas. Eu gostaria de começar por dizer que eu já conhecia, digamos, por informação e pela solidariedade do Senhor Presidente da Junta de Mundão (aquela questão dos indivíduos de Coimbra, não sei quem são eles, saírem de Coimbra e se dirigirem ao Senhor Presidente da Câmara) por cada rotunda negociam um centro de saúde. Bem. Eu acho que nem por dez rotundas negociamos qualquer coisa para Viseu. O partido Socialista por mais negociações que faça não cumpre nenhuma, portanto, podíamos até negociar centros de saúde com rotundas, porque não há nada que o Partido Socialista tenha cumprido, enquanto Governo, para Viseu, uma única promessa cumprida! Estranho também é o tom desses serviços desconcentrados do da Administração Local e pode dizer-lhes, Senhor Presidente, que estou disponível para uma conversa com eles. Eles têm também este tipo de postura, este tipo de à vontade e de tentarem incriminar os outros das suas responsabilidades. A Estrada de Mundão é um bom exemplo de como a Administração Central, nomeadamente, através dos responsáveis, enganou a população de Viseu. É um exemplo paradigmático, senão vejamos, eu vou fazer o historial correcto e desafiava alguém a desmentir aquilo que vou dizer. Para a Estrada do Sátão estava previsto um investimento de cerca de dez milhões de euros, em que previa uma intervenção de fundo. Aquilo que se decidiu foi transformar esse investimento num mini-investimento, transformando aquela Estrada Nacional numa rua e numa via urbana, diminuindo o investimento drasticamente. Isto foi o objectivo, dizendo-se que a seguir que haveria uma ligação eficaz entre Viseu e o Sátão. Começaria já por dizer que o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas me confirmou na semana passada de que nem sequer um estudo prévio está concluído, ao contrário do que ouvimos aqui dizer por outro Membro do Governo, que estava o projecto pronto. Não está, nem sequer o estudo prévio está concluído, aliás para nós não é nenhuma novidade, porque o único trabalho que há feito em relação a essa matéria foi feito pela Câmara Municipal de Viseu, não há mais nenhum trabalho feito! Portanto, já se conseguiu aquela vergonha daquela estrada. Nós já não embarcamos nesse tipo de situações. A visita recente de um delegado, não sei quem é, junto com o Senhor Governador Civil e com os Senhores Presidentes das Juntas foi o *replay* de uma visita que já tinha ocorrido anteriormente onde se detectaram as mesmas coisas, com uma agravante, a primeira foi detectada em obra, quando as coisas ainda se podiam recuperar e a segunda foi detectada já com tudo consumado. A não ser que a intenção seja dizer: Bem, não foi por reparo da Câmara, agora o representante do Governo veio cá agora e resolveu a situação. Só se for para isso, porque, de facto, não há nenhuma resolução à vista. Portanto, eu queria dizer que esta estrada foi mal requalificada. A Rua da Biquinha é apenas uma, dos muitos problemas que tem. A Recta da Barraca é outra, os traços contínuos, que não possibilitam nenhuma ultrapassagem é outra. Não há nada naquela estrada a não ser o piso. Aquela estrada é o única coisa que tem boa é o piso. Esperemos que dure algum tempo, porque também não sei, obras do Governo dão sempre problemas. Gostaria também de dar aqui uma resposta ao Senhor Deputado Marco



Rodrigues. Eu agradeço-lhe, em primeiro lugar, a saudação à Câmara e não sei se escolheu o momento apropriado, porque não está cá a sua camarada Fátima, porque essa fez aqui violentas críticas à RUCI e ao envolvimento da Câmara de Viseu. Aliás, fez críticas públicas a dizer que o nosso projecto que era uma vergonha. Pronto, ela não está cá e o Senhor agora veio dar-nos os parabéns, estão aceites e diga à Senhora Deputada, se fizer o favor, em meu nome, que corrija também o tiro, porque o tiro que aqui dá foi direitinho a si, não foi a mim. Portanto, eu agradeço e quero crer que a sua posição é que é a correcta e aquela que representa a sua Bancada, não a da Deputada Fátima Ferreira, que aqui trouxe um violento ataque a um elemento da Câmara de Viseu nesta problemática. Deixe-me dizer-lhe que também já estamos habituados, cada vez mais habituados, a que todas as acções e todas as obras que nós fazamos, alguém teve a ideia e agora descobri que é o Partido Socialista. Nos primeiros anos de mandato, todas as minhas ideias eram do saudoso Engenheiro Engrácia Carrilho, agora são do Partido Socialista. Bem, significa uma coisa, que nenhum dos Senhores teve capacidade de as fazer. Recolhendo as vossas ideias, algumas, uma boa parte fui expurgando, fui seleccionando, mas fomos nós com o meu Executivo que tivemos a capacidade de as fazer. Se agora vamos tratar do problema da requalificação e do ninho de empresas naquele espaço, olhe, fico muito satisfeito que o Partido Socialista também se tenha lembrado disso, mas dava-vos um conselho quando se lembrarem doutras coisas como, por exemplo, a transferência da Loja do Cidadão para o centro histórico, depois façam-nas, porque ideias todas a gente tem, mas não há nenhuma obra que nasça apenas por ideias é preciso gente que as concretize. Há muita gente que pretensamente toca piano, mas há poucos carregadores de piano e este é o problema, é que para tocar, alguém tem que carregar o piano e levá-lo à sala, depois aparecem os artistas, mas se não houver lá os carregadores a fazerem este trabalho de sapa, que é aquilo que nós temos vindo a fazer, ninguém toca. Sobre o Parque de Caravanismo, já falámos nisso e eu peço que não haja aqui uma ideia nova. Esse Parque de Caravanismo está projectado, como disse, para o Parque Urbano da Aguieira. Está projectado e posso referir, como disse há pouco, que foi até aconselhado e sugerido por uma jovem munícipe que me escreveu atempadamente, e que eu saiba também, parece-me que não pertence à Juventude Socialista, não é uma ideia que os Senhores se possam apropriar e, portanto iremos fazer o Parque da Aguieira. Sobre aquela questão de ser abandonado o Parque de Campismo do Fontelo, já aqui foi esclarecido. O Parque foi abandonado pela empresa que tinha a concessão. Empresa que chegou à conclusão que a meio da concessão o Parque não era rentável e abandonou. A Câmara deu-lhe um destino, entregou a uma associação e a uma instituição que nos merece a maior credibilidade e respeito, aos Escuteiros. São eles que estão neste momento a explorar o Parque, não o Parque de Campismo, mas a fazer encontros internacionais de jovens escuteiros que ali fazem e a recuperarem, inclusivamente os espaços físicos que estavam deteriorados estão entregues aos escuteiros, que lhe fizeram um bom aproveitamento. Se ele estava entregue para o campismo, naturalmente, vem mesmo na esteira daquilo que são, digamos os objectivos de uma instituição como a dos escuteiros, portanto, nós achámos que lhe demos o destino adequado. Neste momento é um gosto ver o antigo Parque que estava abandonado a começar a ficar recuperado. O Senhor Presidente da Assembleia trouxe aqui uma série de assuntos que depois acabaram por desaguar na aprovação de moções. Eu queria esclarecer a posição da Câmara sobre o apoio à Escola Grão Vasco. A Câmara dará todo o apoio às instituições de Viseu, estará na primeira linha como sempre estive no apoio às instituições de Viseu. Há uma coisa que eu não gosto de fazer, eu não gosto de ser enganado e, portanto, eu percebo muito bem que a única via de salvação neste momento é a Câmara que colabora, com toda a certeza. Nós colaboraremos e até gostava de fazer aqui um desafio público, sei que já todos os grupos parlamentares foram à Escola Grão Vasco e até um grupo parlamentar do Partido Socialista prometeu a presença do Senhor



Secretário de Estado João Mata (eu acho que o Senhor Secretário, neste caso, é mais esfolado de que mata). O Senhor Secretário de Estado não cumpre nada daquilo que afirma. Eu gostava de o ter nessa Escola a discutir connosco o possível apoio da Câmara Municipal para ver se o Secretário de Estado era capaz de nos explicar, porque é que ainda não cumpriu o protocolo com a Escola de Ranhados, porque é que o Senhor Secretário de Estado não cumpre um único protocolo com a Câmara de Viseu. Eu gostava de ver e gostava mesmo de o confrontar com a Associação de Pais, com os professores, com os encarregados de educação, qual é o contributo da Câmara. Se ele não cumpre nenhum protocolo nem que esteja explicitado no Diário da República. Eu sei o que é, como não tem capacidade para executar o QREN, o que está a fazer, exactamente, como fizeram nos Bombeiros. Têm aqui o QREN, o QREN não tem lá nenhum PS. O QREN é um Quadro de Referência Estratégico Nacional. Tanto pode ser gerido pelo Governo como pelos Municípios, aliás, a parte que é gerida pelos Municípios é a única parte que têm dado. Portanto, não se venha dizer, como aqui se deu a sugerir, o Governo dá o QREN e o Município arranja o dinheiro que falta. Não, não, o Governo arranja o QREN e põe lá a parte restante, porque a competência do ensino secundário e do ensino preparatório é da responsabilidade exclusiva do Governo, não é da responsabilidade das autarquias! E faz aquilo que o Senhor Presidente da Assembleia aqui sugeriu. A Parque Expo que até trabalha em roda livre, trabalha sem problema nenhum, não trabalha sem passar nenhum “cartucho” às câmaras municipais, pois que faça ali a obra, e se calhar, até de forma mais modesta como tem vindo a fazer. Eu gostava de vos dizer o seguinte, era bom que a Parque Escolar fizesse as obras nas mesmas condições em que o gestor do QREN impõe nos Centros Educativos ao Governo, para ver se era possível gastar daquela maneira “à tripa forra”. É mesmo atirar o dinheiro ao chão sem nenhum limite e é por isso que ele nos falta. Nós percebemos isso e alguém tem que pôr esta empresa na ordem. Oh Senhor Presidente, nós nem sequer fomos consultados para acordos em edifícios. Eu não sei se no edifício da Escola Alves Martins a cor é a mais apropriada. Eu pessoalmente não gosto, mas pronto (habituei-me àquela Escola quando fui aluno, com outra cor, a cor original) portanto, estava a pensar que tinha outra cor. Só para dizer, que a Câmara, nem para isso foi chamada. Agora vai ser chamada quando o Governo tem a responsabilidade de dar a resposta. Vamos devagar, de qualquer maneira eu assinarei todos os protocolos com o Governo, desde que o mesmo cumpra com todos os protocolos que tem em atraso. Era o que faltava que assim não fosse! Então, nós assinámos um protocolo com a Escola de Ranhados, mas vou dar outro exemplo que os Senhores eleitos nesta bancada do Partido Socialista, naturalmente, encabeçados por quem foi concorrente à Câmara, usaram à sociedade, a Estrada de Asnelas. A Estrada de Asnelas era uma vergonha, a Câmara não a queria fazer. O Estado tinha posto todos os meios à disposição da Câmara e este Município não queria fazer. Pois, esta Estrada já está feita e o Governo não cumpriu o que está no Diário da República. Ainda hoje não recebemos um tostão do protocolo. Bem, não estamos disponíveis a atirar mais dinheiro, que é da responsabilidade da Administração Central para, eventualmente, apenas dar resposta àquilo que são responsabilidades da Administração Central. Sobre a Auto-estrada Viseu/Coimbra, quero também dizer, Senhor Presidente, já o fiz publicamente, mas aqui nesta casa da democracia, que o Senhor Secretário de Estado me disse a Estrada está suspensa. Não há nenhuma intenção, neste momento, de fazer a Auto-estrada Viseu/Coimbra. Aliás, eu disse ao Senhor Secretário de Estado (eu fui recebido por ele numa quarta-feira, a pedido dele) que foi pena no dia anterior ele não ter sido colhido, entre aspas, naquele engarrafamento brutal em Fail, onde as pessoas estiveram cinco horas para se desenrascarem daquele dique, que pelos vistos são as obras do Governo (todas em dique tal é a água que metem). Se por acaso ali fosse apanhado nas suas deslocações, talvez tivéssemos a Auto-estrada Viseu/Coimbra. Eu já vos disse aqui uma vez, não bebo por sistema, mas a quantidade de



brindes com champanhe, que eu já fiz nas inaugurações desde o tempo do Ministro (nunca me lembro, só me lembro do *jamais*)... Bom, mas desde essa altura até hoje os brindes que se fizeram para anunciar a Auto-estrada. Oh Senhor Presidente, eu não sou ingénuo, já não tenho idade para ser ingénuo. Isto foi metido num pacote que era para justificar a ausência do Presidente da Câmara de Viseu, também por ser o Presidente da Associação Nacional dos Municípios, e portanto, para o obrigar a ir a Mortágua à inauguração. É evidente que eu passo em Mortágua e tenho todo o gosto de ir quando tenho necessidade, não porque alguém me obrigue a ir lá. Não estive nessa fantochada e obriguei o Senhor Ministro a vir aqui fazer uma apresentação semelhante. Vejam há quanto tempo foi! Temos neste momento a Auto-estrada, não se mexe, com o envolvimento de todos os municípios, com a solicitação aos municípios dos melhores corredores. Quantas reuniões já tivemos a este propósito. De maneira que não há nenhuma vontade de fazer a Auto-estrada. Quando se meteu aquilo naquele pacote de juntar a ligação de Mortágua a Oliveira de Azeméis e à estrada do interior, foi de propósito para não se fazer. Nós percebemos isto, já cá andamos a algum tempo. Eu espero, muito sinceramente, que algum dos Senhores Ministros não tenha necessidade de alguma vez serem rebocados no IP-Cinco por algum carro, daqueles destinados à saúde, não tenha problemas desta natureza. Acho que aquilo que estão a fazer em relação à Auto-estrada é uma traição para todos nós, portanto, quem se devia opor mais não é apenas o Presidente Câmara. O Presidente da Câmara não tem nenhum problema em por os assuntos seja com quem for, seja do seu Governo, seja de governos de partidos contrários, mas os Senhores do Partido Socialista têm uma responsabilidade enorme de chamar a atenção daqueles governantes que não cumprem com o prometido. Espero, sinceramente, que a este respeito não haja mais defesas de quem não tem nenhuma razão para ser defendido. O João Paulo veio também dizer da colaboração da Autarquia, eu percebo, querem a colaboração da Autarquia, nunca nos foi solicitada. Aliás, era um bom motivo esta colaboração da Autarquia ser solicitada pelo Senhor Secretário de Estado, é a única coisa que eu vejo de vantagem na proposta do Bloco de Esquerda, que foi depois comungada pelo João Paulo, era que o Secretário de Estado me viesse pedir apoio, eu gostava para ver que lata e perguntava-lhe: Oh Senhor Secretário de Estado resolva primeiro o problema daquilo que já está acordamos, que está em Diário da República, que o Senhor não cumpre. Há bocadinho havia aquele jovem que veio trazer o problema do Conselho Municipal da Juventude, eu já lhe respondo, mas quase que foi um crime não se cumprir uma lei. O Ministro das Finanças não cumpre nenhuma, nem uma! E mais, dá-se ao luxo de ir à Assembleia da República dizer que não cumpre. Esta lei do Conselho Municipal da Juventude está ainda a ser discutida. Não há nenhum município que a tivesse implementado, por uma simples razão, porque a Associação dos Municípios (a que eu presido, mas com muitos socialista, o Conselho Directivo é composto por muitos socialistas) votou por unanimidade que esta lei que é uma intromissão na autonomia do Poder Local. Portanto, nós não demos parecer favorável e recomendámos a todos os municípios que não implementasse a lei e é isso que estamos a fazer, pese embora, pelos vistos os Senhores não gostarem muito. Já agora, recomendo-lhe também uma outra coisa, mesmo muito cuidado a abordar estas questões. Disse que o Conselho Municipal lhe havia encontro, aí percebo, aí estou de acordo, queria dizer ao encontro, era isso? De encontro era, exactamente, o que os Senhores fizeram, esbarraram, portanto, lá estamparam o Conselho Municipal da Juventude. Sobre a questão que veio aqui trazer o Deputado Jorge Adolfo. Oh Doutor Jorge Adolfo, eu queria dizer-lhe que a Câmara já atribuiu o nome numa artéria ao Rei Fundador. As deliberações da Câmara são públicas. Esta artéria fica junto ao Palácio do Gelo, vai da Circular Sul à artéria mais dignificante que nós fizemos e fizemo-lo no convencimento de que se alguém está a dar força a essa teoria do Doutor Almeida Fernandes para reconhecer o Rei Fundador como tendo nascido em Viseu, nós temos, digamos, combatido



por isso. E mais, recentemente, numas jornadas no Hospital, eu afirmei ao Senhor Dom Ilídio, nosso Bispo, que iríamos homenagear também o São Teotónio. Entre outras coisas, tive oportunidade de lhe dizer que uma das coisas que nos levava a aderir a essas comemorações, era o facto de ele ter sido Conselheiro do Rei Fundador, o que na minha perspectiva, não sou historiador, é capaz de ser mais um *upgrade* na defesa desta teoria de que o Rei Fundador tendo um Conselheiro aqui de Viseu ou estando aqui em Viseu, que não era daqui, possivelmente, era o lugar onde o Rei teria nascido. Já agora uma outra coisa, e perdoe também alguma ironia, nós não temos nada ainda, de facto, relativo ao Rei Almansor e também nem ao Rei Fundador, vamos ter agora, mas havia de me calhar a mim. O Rei fundou a Cava no ano novecentos e noventa e sete anos, mas havia de calhar ter que me calhar ter que pôr o Rei na toponímia da cidade de Viseu, ninguém se tinha lembrado antes. Nós vamos fazer isso. Já agora, em relação à Cava de Viriato, temos trabalho feito, quem não fez o trabalho, e lá volto eu de novo, foi no POLIS aos Ministérios que deviam suportar aquela parte, nomeadamente, a Torre Panorâmica, o Centro Interpretativo, e a que o Senhor Ministro da Cultura, de então, disse não. O Senhor Ministro do Ensino Superior também disse não, mas esse diz que não a tudo que é para Viseu, só conhece a A-Vinte e Três, espero agora com portagem vá menos vezes à Covilhã, juntamente o Primeiro-Ministro, também só conhece esses lados (Covilhã, A-Vinte e Três). Portanto, vai Faculdade de Medicina, tudo vai para a Covilhã e sem problema nenhum, quando é para trazer investimentos, não vem nada para Viseu. Sobre outra questão que foi aqui trazida, a constituição de um grupo de trabalho para a reorganização do território. Eu gostava de enquadrar este problema, mas gostava que os Senhores o discutissem com conhecimentos concretos sobre esta matéria. Eu tive oportunidade de trazer aqui, imaginava que este assunto fosse discutido, e trouxe alguns elementos de discussão sobre esta matéria. É isto tudo já que anda para aí. Portanto, isto está na ordem do dia, mas é bom colocá-lo nos eixos. A realidade de Lisboa não tem nada a ver com o resto. Mais, o Presidente da Câmara de Lisboa não está nada interessado que este assunto fosse discutido a nível nacional. Aliás, acha mesmo, e eu estou de acordo com ele, que não tem que haver discussão. Lisboa é um caso e, portanto quem conhecer as autarquias portuguesas, nomeadamente, as freguesias, sabe que não há nenhuma coincidência entre a realidade de Lisboa e outra realidade. O Presidente da Junta de Coração de Jesus trouxe aqui uma coisa, eu ouvi-o ainda muito pouco, mas conheço, nomeadamente, das reuniões que tem tido da ANAFRE, há uma coisa que não podemos deixar resvalar, que não se faça desta reorganização a resposta aos desvios das contas públicas. O que se quer dizer é: Agora as contas públicas estão uma lástima, vamos reorganizar as freguesias, talvez fundindo-as, talvez não sei quê, e vamos dar resposta. Isto é o maior logro que podem fazer às pessoas. Mesmo que acabassem com todas as freguesias de uma vez, o que reduziam no PIB era zero vírgula um do PIB, portanto, podiam acabar com as freguesias todas e não havia nenhuma contribuição para a redução de encargos. Já gora, uma outra coisa, se ouvirem o Presidente da Câmara de Lisboa, eu queria dizer-vos que antes de apresentar o problema me fez chegar o estudo da reorganização territorial em Lisboa. Não está a prever nenhuma redução de custos, antes pelo contrário, mesmo a reorganização em Lisboa vai aumentar os custos. Por isso é que eu tenho recomendado que se faça esta discussão na base da eficiência e da eficácia. Aí sim, não na base da redução, porque a base da redução, estes estudos de régua e esquadro, nós já vimos o que é que dava. Foi assim na regionalização e agora vejam a paixão do Partido Socialista. O Partido Socialista é um Partido curioso, tem paixões, mas é também desleal logo a seguir, eu nunca vi nada igual (é paixão da educação, logo a seguir traem a educação, é a paixão não sei de quantos, a seguir traem, era a paixão da regionalização). Eram estes indivíduos da direita que não queriam a regionalização? O Partido Socialista queria a regionalizar, agora já deu uma ontem na machadada, na regionalização, já não



há regionalização no Partido Socialista, depois vêm com os outros exemplos. Os Senhores sabiam a Grécia, que é o exemplo que agora anda a ser dado com mais frequência (também podiam escolher outro, foi logo a Grécia, vejam lá), mas foi o que motivou esta fusão para as freguesias e a redução dos municípios, já agora. A Grécia fez uma grande redução no número de municípios, mas arranjou dezasseis regiões administrativas. Isto não tem sido dito, parece que foram só a diminuição dos municípios. O Fundo Monetário Internacional obrigou a arranjar dezasseis novas regiões, o que significa que, a reorganização dum Estado não é assim uma coisa tão directa e sobretudo, que se confine à reorganização das freguesias. Uma das coisas que eu tenho ouvido dizer aos Senhores Presidente de Junta, e quem o representa e muito bem, e terá sempre, sempre, sempre, o meu apoio, é que a reorganização do Estado, não é a reorganização das freguesias, era o que faltava! Isso era muito pouco! Era a reorganização global! Isso sim! Reorganizar o Estado todo? Estamos disponíveis para este pacote, mas vamos falar nisso. São necessários, por exemplo, todos estes institutos públicos que há, isso é que é reorganizar o Estado! Todos estes gestores que andam por aí, isso é que é reorganizar o Estado. Reorganizar o Estado não é só fundir as freguesias! Os Senhores têm ideia de como é que as freguesias estão distribuídas? Não têm ideia, com certeza! Eu tenho aqui um estudo detalhado sobre a reorganização das freguesias e aquilo que podem ver é que essas freguesias pequenas de que toda a gente fala de que é preciso fundi-las e acabar com elas, são situadas nas zonas montanhosas e no interior centro do país, é aqui que elas estão. Porquê? Porque a urografia dificulta os contactos, porque as diferenças altimétricas dificulta os contactos das pessoas. Aí é que é preciso, de facto, haver mais freguesias. Tem o mesmo sentido uma freguesia de cinquenta mil habitantes em Lisboa ou uma de trezentos na Beira Alta ou na Beira Baixa? Se calhar, justifica-se mais a de trezentos habitantes na Beira Baixa, do que uma com vinte mil habitantes em Lisboa. Ou então, digam, por exemplo, o querem fazer à Ilha do Corvo, se aquilo vai ser uma freguesia também de uma outra terra, só tem quatrocentos habitantes! Como é que é isto! Esta discussão não pode ser, digamos, posta desta maneira e, portanto, queria dizer-vos o seguinte: Eu concordo com o Senhor Secretário de Estado, nosso conterrâneo, quando propõe, e só assim, que se inicie esta discussão, eventualmente, com os académicos e o Governo é que tem que andar, ele é que lançou esta discussão. O Governo que inicie esta discussão com os académicos e depois que nos traga propostas para nós irmos aferindo. Agora, estar, digamos, a apresentar propostas com base em conceitos, que muitas vezes são desconhecidos, não me parece nada correcto e daí eu ficar satisfeito com esta proposta do grupo de trabalho ser aqui chumbada na Assembleia Municipal. Uma outra proposta do Senhor Deputado do Bloco de Esquerda tinha a ver com a resposta. Eu queria dizer-lhe que eu tenho sempre cuidado em dar respostas aos meus colegas. A nossa posição está muito bem definida. Não conheço nem conheço nenhuma Câmara Municipal com esse nome JN, não conheço! Quando vier resposta à pergunta formal nós fazemos. Agora há uma coisa que eu sei e daí não abduco enquanto tiver responsabilidades, nem um bocadinho! Nós não vamos encerrar as grandes superfícies ao domingo, enquanto os concelhos da nossa dimensão, as cidades da nossa dimensão, não o fizerem. Tivemos uma experiência no passado que nos foi extremamente, digamos, contrária, que foi o facto de nós não deixarmos abrir grandes superfícies quando os outros abriram. Aquilo que víamos constantemente era as pessoas não terem grandes superfícies em Viseu, tudo na defesa dos comerciantes, e depois irem daqui, incluindo os comerciantes, para as grandes superfícies do litoral e para Vila Real. Portanto, isso não fazemos, não voltamos a cometer essa asneira! Se toda a gente encerrar, nós encerramos também. Se estiverem abertos nalgum lado, eu não estou para que os meus concidadãos, se desloquem (agora com as portagens mais dificilmente) a Vila Real nem a Aveiro, mas não estou para que em Viseu lhe estejamos a cercear coisas que depois enquanto com outra facilidade noutros. Quanto



à resposta até ao dia catorze, nós cumpriremos a lei também, digamos, na nossa posição. Eu não sei se colocou mais alguma questão. A seguir isso já eu aponte. O Senhor Presidente da Junta de Coração de Jesus que não daria sentido o Grupo de trabalho e foi isso que acabou por acontecer. Gostaria de comentar a posição apresentada pela jovem Deputada Daniela. Eu gostaria de dizer, que de facto, eu acho que é um problema complicado esta questão do emprego jovem. O emprego de uma forma geral, mas aquilo que se está a passar com os jovens é, perfeitamente, arrepiante. Eu disse noutra dia, numa outra ocasião, não aqui e está prestes a verificar-se que aquilo que um dia há-de mais comprometer a minha geração, a geração dos que ainda vão tendo alguma decisão do poder neste país, é virmos a concluir uns anos mais tarde, espero que ainda não tenha razão, de que nós vamos fazer uma inversão na História. Vamos fazer uma inversão geracional, não sei se isto existe, que é isto: Pela primeira vez nós corremos o risco de os nossos filhos viverem pior do que nós. Busquem na História, se algum momento em que isso aconteceu. Eu vivo, seguramente, melhor do que os meus pais, os meus pais viveram melhor do que os meus avós. Estamos à beira de conseguir uma coisa extraordinária, que é os nossos filhos saem tarde de casa ou vivem pior do que nós ou vivem connosco ou vivem à nossa custa. Quem as responsabilidades em cada momento é quem governa! Quando às vezes me dizem: Olhe, o seu partido não quis. Quero lá saber! Também a minha posição, às vezes, quero uma coisa aqui, eu decido e tomo a responsabilidade, era o que faltava! Se vale tanto a posição da oposição como a do Governo, então substituamos o Governo. Quem governa é que tem responsabilidades! Portanto, o desemprego que existe é da responsabilidade deste Governo. Eu não nomeei (por acaso uma figura simpática) a Senhora responsável pelo Instituto de Emprego local, nem o Presidente do Instituto de Emprego nacional, nem o Secretário de Estado de Emprego, aliás, nunca o nomeava, fez-nos pouco mal aqui em Viseu, só faltava essa! Podemos agora dizer que somos nós os responsáveis? Os responsáveis são os que governam neste momento e os jovens têm que estar, digamos, contra quem governa, contra quem deixou chegar a este estado. Eu queria dizer-lhe, que vejo com muita preocupação aquilo que se passa com esta questão dos jovens, sobretudo o diferencial impressionante que há entre o nível de emprego geral e o nível de emprego juvenil, principalmente, o nível de empregos de jovens licenciados. Corremos o risco de nos acontecer uma coisa curiosa, nós investimos milhares de euros na licenciatura e nos cursos superiores de jovens, depois estamos em vias de os exportar e ainda batemos palmas (agora os nossos jovens vão para o Brasil, para a Alemanha e não sei quê). Bem, somos um país exportador de recursos e de massa cinzenta, só faltava essa! Nós investimos e ainda ficamos satisfeitos. O Governo português investe nos jovens, investe nas suas licenciaturas e cursos superiores e depois ficamos muito satisfeitos, porque arranjam lugar na Alemanha. A Senhora Merkel é uma figura curiosa. Há aí algumas pessoas que tiveram dificuldade em fazer o curso de inglês, mas o curso de alemão vai ter que o saber bem. Vão ter que falar bem alemão. A Senhora Merkel na próxima oportunidade já vai dizer o que é que se há-de fazer. Agora os nossos jovens vão ter que aprender o alemão também, com certeza têm que lá ir parar para arranjam subsistência que aqui não têm. Sobre a questão dos Bombeiros, eu gostava de dizer ao Senhor Presidente da Junta de Rio de Loba, ontem ficou desmitificado. Eu acho que se os Bombeiros tivessem alguma vez encetado a construção do seu quartel apenas com as boas vontades que nós vemos (que são curiosas, toda a gente tem boa vontade) ainda hoje o quartel estava por fazer. Há uma coisa que me deixou satisfeito no meio disto tudo, eu sabia que o Senhor Deputado Ascensão viria logo a terreiro. Oh Senhor Deputado, foi ontem a inauguração! O Senhor não teve tempo de falar com o resto da Direcção. Enquanto os Senhores andaram a distribuir pratos alusivos ao acto e a mostrar solidariedade, eu levei o cheque que faltava dos vinte por cento. O Senhor teve um azar dos diabos, veio dizer que a Câmara só pagou trinta por cento, os Bombeiros tinham que



arranjar os dez, não foi nada disso. Sabe quanto é que a Câmara pagou? Aponte, cento e oitenta mil, oitocentos e três vírgula nove, foi quanto a Câmara pagou. Há uma coisa que eu estranho, estive presente nas reuniões com o Senhor Ministro da Administração Interna, os Senhores também estiveram presentes, uma série de pessoas que assistiram àquela promessa. Então o Ministro só veio aqui para fazer a autorização de acesso ao IP-Cinco? Eu já disse algumas coisas na Câmara que me causaram alguns dissabores e não vou repetir isso, mas era muito pouco, não podia fazer aquilo que os Senhores estão a adivinhar, ao Senhor Ministro, mas era muito pouco! Então o Ministro vinha aqui reunir “com pompa e circunstância” connosco para dizer: Agora têm acesso ao IP-Cinco, façam o favor de fazerem a despesa para conseguir o acesso. Nós não queríamos isso, queríamos que o Senhor Ministro, com a sua influência, pagasse o acesso aos Bombeiros! Não fazia mais do que a sua obrigação! Este contributo para a Protecção Civil é só local, não tem aqui nada, nada, do Governo, a não ser palavras. Eu acho-as importantes, mas as palavras sem acções dizem pouco. Quando era no meu tempo havia até uma canção francesa muito conhecida que era: *Parole, parole, parole*. Bem, não passava dali. É preciso também aquilo com que se compram os melões. O que é facto é que só se chegaram à frente, o Quadro Comunitário de Apoio o QREN, que não é do Governo, volto a revisar e a Câmara, mais ninguém pagou nada. Já agora uma outra coisa, não há nenhuma guerra com o Senhor Presidente da Junta de Rio de Loba, antes pelo contrário, somos grandes amigos temos grande consideração mútua, portanto, não haverá nenhuma guerra, mas se, eventualmente, fosse da oposição, já estava aqui gerado um conflito de quem era o terreno. Oh Senhor Presidente da Junta, o terreno era da Câmara. A Câmara deixou que a Junta de Freguesia o registasse, como aliás, registou uma série deles e não levantámos nenhum problema, porque achámos que era de domínio público e faria sentido estar em quem está mais próximo, nós cultivamos a subsidiariedade. Nós sabemos que quem está mais próximo gere melhor, mas esse terreno foi da Câmara. Se nós quiséssemos levantar problemas, teríamos levantado, portanto, estar a fazer distinção, quem deu mais, o terreno foi a Junta de Freguesia, não! A Junta de Freguesia fez um protocolo connosco para cedermos o terreno e a Câmara esteve de “alma e coração” a ceder um terreno que já era nosso. Dêem-lhe as voltas que quiserem, os Bombeiros só têm o quartel, pelo grande dinamismo que a Direcção dos Bombeiros impôs nesta situação, temos que o reconhecer. Eu felicitei o Senhor Presidente, porque encontrou também uma boa empresa, um bom gabinete de arquitectura local e porque teve os meios financeiros, todos daqui. Não veio nenhum de Lisboa, demorava tempo, não chegou cá nenhum. É bom que fique claro, o Quartel dos Bombeiros é local, com esforço local e com muitas palavras de incentivo e de apoio por quem esteve presente, nomeadamente, o representante do Governo. O Senhor Governador que ontem fez, digamos uma alusão, exactamente a isso. Eu queria terminar com a última questão que foi aqui trazida pelo Senhor António Neves. Eu acho que esta preocupação que o Concelho de Viseu tem com as suas instituições: Juntas de freguesia, organizações que compõem o CLAS, a população têm com cidadãos menos jovens, os cidadãos seniores. Nós temos tratado bem os cidadãos seniores, basta ouvi-los, mas temos que nos preocupar os problemas crescentes. Alguns são do conhecimento recente, nomeadamente, com o seu isolamento. Neste momento havia um estudo e um programa que está apenas dependente da forma como vamos segurar os voluntários que vão fazer esse trabalho. Como sabem, têm que ter um seguro, tem que ser gente muito bem seleccionada. Ele estava restrito apenas ao centro histórico, e de acordo com aquilo que combinámos na última reunião com as juntas de freguesia, vamos entendê-lo a todo o Concelho, naturalmente, estender os voluntários a todo o Concelho. Pensamos que assim encontraremos uma forma correcta de evitar a solidão e evitar que haja idosos que morreram há nove anos e que são encontrados passado este tempo todo. Aliás, este país está cheio de surpresas: são idosos que morrem e são encontrados nove anos depois, é um



jovem que desaparece e onze anos depois é que se descobre que afinal estava ali ao lado quem o tirou... Já agora, sobre a política social, eu gostaria de dizer que às vezes nós criticamos, e se calhar algumas vezes justamente, mas também muitas vezes de forma mais leviana. A União Europeia, sobretudo, um dos seus órgãos mais ligados à subsidiariedade, ligados ao Poder local, reconhece o envolvimento de uma cidade como Viseu nesta luta e nesta política social. No próximo mês de Junho vamos ter uma visita de estudo de uma comissão especializada da União Europeia, da Comissão ECOS que vem fazer uma visita de estudo a Viseu, exactamente para analisar connosco as práticas em relação às respostas dadas aos idosos. Gostaria de vos dizer que estavam na corrida cidades como: Bordéus, Génova, Newcastle, etc., etc. São cidades dessa ordem de grandeza. Ficamos muito satisfeitos de em Junho ter a União Europeia para connosco reflectir sobre esta política social. Já agora, outra novidade, tem apenas ligação indirecta, também fomos seleccionados para tratar da política da recuperação do centro histórico, e curiosamente, nós que ouvimos aqui tanta crítica sobre o abandono da Câmara. Nada fez pelo centro histórico, nada faz pelo centro histórico, quando a União Europeia vai fazer um livro sobre as políticas de regeneração urbana em Portugal. Escolheu Viseu também como exemplo de regionalização urbana. Dentro de pouco tempo vamos ter isso, naturalmente, há-de haver aqui pessoas que acham que a União Europeia se enganou. Também se cultiva muito a ideia de que quando o velho vai na auto-estrada ao contrário, ele é que vai bem, os outros todos é que vão mal. Aqui também temos essa situação. Estas coisas vão fazendo luz e portanto, é com todo o gosto que podemos anunciar isto. Uma última nota para o jovem que aqui trouxe a questão da criação do Conselho Municipal da Juventude. Já expliquei, porque é que ainda não o criámos, já expliquei que é uma implicação que tem a ver com a audição da Associação Nacional dos Municípios que não deu o parecer favorável e nem dará enquanto ele ferir a autonomia do Poder Local, mas gostaria de lhe acrescentar outra coisa, não precisamos de legislação para pôr o Conselho Municipal de Juventude a funcionar, ele funcionou no passado, até sair legislação. Pelos vistos, a legislação teve o condão de, tão mal feita, travar os Conselhos Municipais de Juventude que já existiam e a Câmara não precisou de legislação, criou o Conselho Municipal de Juventude. Toda a gente sabe que durante muito tempo a tivemos Conselho Municipal de Juventude. Agora, vamos, claramente, observar este parecer da Associação para criar o Conselho Municipal de Juventude. Apenas uma nota para dizer que o Conselho Municipal de Juventude, com certeza que não resolverá os problemas da juventude português. Nós não resolvemos os assuntos apenas por falta de criação de grupos de trabalho, isso temos nós. Legislação vamos tendo e era a parte mais fácil. Espero depois que não haja desavenças e que o Ministro dos Assuntos Parlamentares não venha dizer outra coisa diferente. Legislação nós vamos produzindo, o edifício jurídico está aí, o pior é dar-lhe forma e dar-lhe forma sobretudo com justeza e com clarividência. Eu gostei de ouvir o Renato. O Renato é um jovem ainda e bem jovem! Se seguirmos os critérios da União Europeia, por exemplo, para o jovem agricultor até quarenta anos, vejam lá o que lhe falta, ainda é jovem “até dar com um pau”. Foi importante ouvir aqui um testemunho de que não lhe faltaram oportunidades para expor aquilo que sempre entendeu. As políticas de juventude, assim funcionassem outras coisas. Eu acho que nós poderíamos era saber, exactamente, o que é que se passa o que é que faz um Instituto de Juventude, as Pousadas de Juventude, essas organizações todas de juventude. Isso é que gostaríamos de saber! Não sei se todos os jovens têm acesso a isso, se conhecem isso. Disso é que nos falta e nos falha o conhecimento. Oh Senhor Presidente, era tudo, não quero cair na mesma tentação de demorar também demasiado tempo. É tudo quanto se me oferece dizer. Muito obrigado”.

- MESA – O Senhor presidente da Mesa, do seu lugar profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente. Nós estamos neste momento quase junto à uma hora, uma menos cinco. Eu acho que em termos práticos não seria possível concluir a



Assembleia Municipal no período da manhã, conforme tínhamos visto. Portanto, aquilo que eu proponho é que suspendamos aqui os trabalhos. Retomávamos os trabalhos às catorze e trinta e assim almoçamos calmamente e às duas e meia com toda a calma trataremos os assuntos. Até já, um bom almoço”.

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar inicia os trabalhos da parte da tarde dizendo: “Muito boa tarde. Já temos quórum. Espero que tenham tido um bom almoço e vamos então reiniciar os nossos trabalhos. Agora sim, entrando na Ordem de Trabalhos com o **Ponto Um**, informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a **Actividade Municipal**, nos termos da alínea e) do número u do artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para o Ponto Um da Ordem de Trabalhos”.

- **TRINTA E CINCO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Usa da palavra e diz: “Deixem-me fazer uma nota prévia sobre esta matéria, que eu lerei no último parágrafo da intervenção, mas eu acho que a devo pôr inicialmente e que tem a ver com uma consideração que foi feita aqui inicialmente pelo Doutor Jorge Adolfo, que hoje que iríamos falar sobre cultura. Eu gostaria de dizer que nós não temos nenhum problema em falar sobre cultura. Aliás, como eu digo na parte final da intervenção, que em termos culturais não há uma única maneira de fazer as coisas, mas sim diferentes abordagens para atingir um objectivo geral pelo qual pugnamos, que é promover o desenvolvimento cultural do Município de Viseu. Posto isto, Senhor Presidente. Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da actividade e da situação financeira que, previamente, remeti a este Órgão, acompanhada das matérias referidas no número quatro do artigo sessenta e oito introduzido pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. A dimensão cultural constitui uma componente essencial para humanizar a nossa comunidade. Com base neste pressuposto, temos vindo a proporcionar, através do envolvimento de todos os grupos sociais, de forma activa e permanente, uma cultura diversificada e plural, tendo presente a heterogeneidade de públicos que convivem no nosso Município. Ultrapassada a fase em que a actividade municipal procurava, fundamentalmente, concretizar as mais diversas infra-estruturas e satisfazer também as prementes necessidades básicas das populações, temos, nos últimos anos, procurado direccionar a nossa intervenção para as questões educativas, sociais, desportivas, turísticas, de cidadania, de relacionamento com os munícipes e, em especial, às relações culturais, conferindo-lhes uma importância significativa. É testemunho disso, o programa cultural do Município, vulgarmente conhecido por *Viseu Naturalmente*, que, para além da agenda de acções que regularmente apresenta, se desdobra também em diversificados momentos de animação cultural e múltiplos projectos de referência que assumem como valores essenciais a qualidade, a variedade e a descentralização. Destacam-se, neste âmbito: o Festival de Teatro Jovem; o Curso Intensivo de Artes Cénicas; o Festival de Música da Primavera; a Marcha Viseu; as Marchas dos Santos Populares; A Escola vai... à Casa dos Livros, ao Teatro, ao Circo, de Comboio até Lisboa, ao Cinema, ao Fontelo, ao Museu de Várzea de Calde e ao CMIA; a Festa das Freguesias; a Feira da Tradição Viva; a Feira do Livro e, por fim, a Minha Terra Natal, entre outros. Eu faria aqui um parêntesis para dizer que há cerca de um mês, quando analisado este programa cultural da Câmara, cheguei à conclusão de que há uma parte do ano que não está coberta e que é, exactamente, o momento em que nos encontramos. Desde o fim do Viseu Minha Terra Natal até quanto começa o programa Viseu Naturalmente, que é o programa que acaba em Janeiro com o Concerto do Ano Novo, há uma parte que não está coberta, dizia eu. No próximo ano, se Deus quiser, vamos fazer aquilo que pode ter várias designações, eventualmente, Quadratura Gastronómica, não sei se este nome pegará, mas são quatro semanas, com quatro restaurantes, com



quatro comidas típicas de Viseu, entre as quais, podem ser outras seleccionadas: O rancho, as migas, os grelos, aquelas coisas que se comem no Inverno e que faremos, de facto, essa especialização lhe daremos a devida ênfase e então ficaremos com um programa, em termos temporais, perfeitamente preenchido. O nosso empenho para o desenvolvimento cultural não se esgota nos vários projectos e acções evidenciados. Existem outras iniciativas que o Município de Viseu tem vindo a promover, no sentido de encorajar e incrementar os valores da cultura, da solidariedade social e do apoio aos jovens, como são exemplo: A atribuição, anual, de dez bolsas de estudo, no campo da música, a alunos do Conservatório Regional de Música Doutor Azeredo Perdigão (há muita gente que não sabe, mas voluntariamente nós trocámos a renda do Edifício do Conservatório, que é propriedade camarária, foi proposta minha, por bolsas de estudo para alunos mais carenciados e que tenham, naturalmente, vocação musical); A atribuição, também anual, de cinco bolsas de estudo, mas na área da dança, a alunos que frequentam o Lugar Presente – Companhia Paulo Ribeiro (a mesma filosofia de actuação, requalificámos a Casa Amarela da Emídio Navarro, como é conhecida e cedemo-la à Companhia de Dança e trocamos, naturalmente, por bolsas de estudo para alunos que frequentam esse lugar, O Lugar Presente; Ou, o apoio que temos prestado às edições de autores locais, dando sequência a uma política editorial que a Autarquia quer fomentar. Senhor Presidente, Senhores Deputados, temos, naturalmente, consciência de que a Cultura é extremamente importante, não apenas como uma forma de enriquecimento e satisfação pessoal, mas, essencialmente, como uma “alavanca” para o progresso integrado de toda a sociedade e um dos factores preponderantes para o desenvolvimento socioeconómico das populações. Por outro lado, entendemos que a Cultura não se consubstancia apenas em iniciativas de cariz imaterial. Aliás, tem sido nossa preocupação aliar a concretização dessas acções incorpóreas com a recuperação, valorização e melhoria do vasto e riquíssimo património cultural edificado, que existe no nosso Concelho. Neste contexto, temos desenvolvido diversos projectos e iniciativas que conjugam a promoção e o incremento da actividade cultural com a reabilitação do património edificado, como forma de regenerar o tecido urbano, cultural, social e económico. Gostaria, assim, de evidenciar alguns desses projectos, uns já concluídos outros em funcionamento, outros ainda em fase de execução ou preparação, mas que são paradigmáticos da nossa actuação em prol da Cultura, em sentido lato, obviamente. De referir, por exemplo: A criação e abertura ao público da “Casa de Lavoura e Oficina do Linho” – Museu Etnográfico de Várzea de Calde, um verdadeiro modelo de recuperação das tradições orais e um repositório, vivo e dinâmico, da lavoura e dos trabalhos do linho (aconselho a quem ainda não teve a oportunidade de ver este Museu de o visitar, porque além de ser uma recuperação que consideramos quase perfeita é também uma alavanca no desenvolvimento de uma freguesia rural o que para nós nos dá sempre mais força e mais gosto em fazer estas recuperações). De referir também a reabilitação, já concluída, de um edifício situado na Avenida Emídio Navarro, como falei há pouco, o qual foi cedido, em grande parte, à “Companhia de Dança Paulo Ribeiro” para se assumir como um grande espaço de Artes Vivas, Dança, Teatro e Música. A decorrer agora está a empreitada de restauro da Casa do Miradouro (a Casa do Miradouro, como sabem tem tradição. Foi a casa onde nasceu o Doutor Azeredo Perdigão e que fica na Rua António José Pereira) com o intuito de aí criar um espaço museológico moderno, que albergará a Colecção de Arqueologia “Doutor José Coelho”, bem como vai servir, esperamos nós, de sede à Viseu Novo – Sociedade de Reabilitação Urbana, que temos em Viseu. Igualmente em execução encontra-se a empreitada de beneficiação da Casa Museu de Almeida Moreira. Procura-se com esta intervenção, melhorar, modernizar e tornar mais atractivo um espaço de excelência cultural existente em Viseu. Outro projecto de referência, prende-se com a requalificação da Quinta da Cruz (podem ver que a parte da reconstrução civil está a terminar. Estamos neste momento em fase de definição



de conteúdos e do que é que vamos por ali, mas vale a pena referir aqui, que não está cumprido um compromisso público, aliás, que o Senhor Presidente da Assembleia na sua condição de Deputado tem questionado, que é o Arquivo Distrital. O Arquivo Distrital é peça fundamental da Recuperação da Quinta da Cruz. O Estado abusa de uma instalação municipal, da qual não paga nada. Naturalmente, que a partir deste momento vamos mandar a factura à Ministra da Cultura para começar a pagar as instalações que possui na Casa Amarela. Eu gostaria também de chamar a atenção desta Assembleia, foi uma condição para fazermos esta cedência, foi exactamente, que o Arquivo Distrital fosse rapidamente implementado na Quinta da Cruz. Definimos o espaço, definimos a acessibilidade. Vai para PIDAC e vem ao sabor, digamos, do momento. O que é facto é que não arranca o Arquivo Distrital. Outro projecto, como disse á a Quinta da Cruz, obra que está a decorrer com o objectivo de reabilitar e animar o património construído, através da criação de um espaço polivalente que incluirá uma área museológica, de exposições, uma área verde de lazer e para a prática físico/desportiva, assim como uma quinta pedagógica. Estão também em curso os trabalhos de conservação e restauro da capela de Santo António do Solar dos Condes de Prime, aqui bem perto, cuja conclusão se espera para breve. Neste âmbito, estão a ser restaurados e conservados a cerâmica existente, a talha, os elementos pétreos, as suas pinturas murais, bem como a reabilitação geral das instalações eléctricas. Durante os meses de Julho a Agosto de dois mil e dez, procedemos à avaliação e à conservação dos azulejos da Glorietta do Jardim Tomás Ribeiro, tendo sido intervencionada em duas fases distintas. Numa primeira procedeu-se à limpeza dos referidos azulejos, retirando-lhes alguns elementos estranhos, e numa segunda fase procedeu-se à limpeza das pedras, bem como dos muros e do chão (não está aqui, mas deu orientação à Senhora Vereadora da Cultura, que este esforço que se vai fazer no Jardim Tomás Ribeiro, fosse feito em toda a azulejaria municipal, aproveitando, para quem não saiba, uma tese de mestrado que foi feita e tem um trabalho exaustivo sobre os azulejos de Viseu). Aguarda-se, entretanto, um parecer técnico para se proceder de seguida ao restauro dos azulejos que se encontram com destacamentos e em mau estado de conservação, contribuindo, assim, para a defesa e promoção do património azulejar municipal. Vários outros projectos aguardam para breve a sua materialização. Em fase de conclusão estão os projectos técnicos para se dar início, o mais breve possível, à reabilitação do edifício municipal situado no gaveto formado pela Rua Direita e Rua da Árvore, que já hoje aqui foi focado pelo Doutor Jorge Adolfo, a (antiga Papelaria Dias), com vista à sua adaptação a “Museu de História da Cidade” e “Loja Municipal de Turismo”, bem como à sua integração na Rede Museológica Municipal, ganhando este espaço uma nova centralidade. No âmbito de uma candidatura ao programa *RUCI – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação*, integrado num plano de Acção apresentado pela Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, da qual o Município de Viseu faz parte, estão em elaboração os projectos técnicos para a reabilitação dos dois Edifícios do antigo quartel dos bombeiros voluntários, situados na rua Doutor Luís Ferreira (vulgarmente chamada de Rua do Comercio), com o objectivo principal de aí instalar o “Nestpolis – Pólo de Criatividade e Novas Tecnologias de Viseu” (hoje com outra paternidade pata além da nossa) corporizando um dos nós da rede de centros de acolhimento empresarial urbanos especializados (preferencialmente que sejam orientados para a valorização da criatividade e também da produção intelectual), que há-de inclui uma rede de espaços e serviços destinados a acolher projectos empresariais e a promover a iniciativa, numa lógica de especialização de cada nó, favorecendo o efeito de integração regional e otimizando a utilização partilhada de recursos. Pretende-se que estes edifícios venham a constituir-se, entre várias coisas, primeiro como “edifícios âncora” na Zona Histórica, de modo a acolher projectos empresariais; Promover o espírito empreendedor; Promover e suportar a criatividade, a criação de auto-emprego e a criação de valor;



Disponibilizar condições competitivas para a retenção/captação regional de talentos; Revitalizar a zona histórica; Promover a atractividade e notoriedade da zona e contribuir para a afirmação de uma rede urbana que promove a criatividade e o talento e suporta o empreendedorismo. Eu queria dizer-vos com isto que se há instituição que tem feito um esforço enorme para dar vida ao centro histórico, é a Câmara de Viseu, às vezes de uma forma incompreendida. Nisto que toca aos centros urbanos, ao futebol e noutras situações, toda a gente sabe. Há muita gente a falar, pouca gente a fazer, este é o problema. Temos sempre problemas na mais pequena coisa, é um castigo, há logo gente que tem teoria para ali, Vejam, por exemplo, uma recuperação de uma mansarda que foi feita com todo o cuidado, que foi objecto aí de uma nova geração de *blogs*, dessa gente extremamente heróica, que se esconde atrás de uma bazuca ou de uma coisa qualquer, mas que depois não dá a cara e conforme bazuca ou dá “bazucada” ou depois cala-se, retira-se e não diz nada. O projecto está feito, é um modelo de recuperação excelente, mas, de facto aquela gente que estagiou... Recordo-me, já lá vão uns anos, tenho muito gosto em dizer que fui ranger, quando fiz o meu serviço militar. Uma das coisas que me ensinaram, eu era miliciano na actividade castrense, é que as pessoas deviam ser, pelo menos, frontais, assumindo as suas responsabilidades, os seus compromissos, as suas posições. Mas eu acho que há muita gente graduada que, de facto, tem uma dificuldade enorme em se assumir e então, qual Kadafi, atira para aí umas “bazucadas” ao sabor do vento e depois recolhe-se outra vez atrás do anonimato, o que é sempre uma situação para apontar. Portanto, eu queria dizer-vos que veio isto a propósito, a recuperação do centro historio e para vos dizer que toda a preocupação da Câmara tem sido no sentido de dar vida ao centro histórico. É evidente que nós não conseguimos fazer tudo o que o centro histórico precisa. Desde logo, há uma actividade particular que não é da nossa responsabilidade, que é difícil, inclusivamente, de a Câmara fazer uma incursão nesses domínios, mas tudo aquilo que é património do domínio público, nós temos feito, com críticas, naturalmente, mas só não tem críticas quem não faz. Mexemos nos pavimentos, mexemos na electrificação, fizemos uma galeria técnica, recuperámos edifícios, comprámos edifícios, vendemo-los a jovens para ocuparem e para habitarem. Portanto, se a preocupação for proporcional, de todas as entidades envolvidas e com responsabilidades, naturalmente, que o centro histórico terá, digamos, uma cara cada vez mais moderna e cada vez mais limpa. Dizia eu que procedemos a essa limpeza dos azulejos e vamos também já por que vai fazer oitenta anos, tratar daquela marca da paisagem da Praça da República que é aquele Painel de Azulejos e que é um *ex-libris* da cidade, ponto obrigatório de passagem. Gostaria, por fim, de dar a conhecer um outro projecto que pretendemos implementar e que neste momento tem um grande envolvimento da Câmara: “*O Caminho Português Interior de Santiago*”. É um Caminho que liga Viseu a Chaves e que, por sua vez, liga a Espanha, pela chamada Via da Prata, outra importante via de peregrinação que se inicia em Sevilha. Uma das vantagens que temos com este caminho, é que descobrimos que toda a peregrinação para Santiago não se fazia apenas à beira-mar. Havia muita gente que fazia esta incursão pelo interior, aproveitando, exactamente, a Via da Prata. Para o efeito, a Câmara Municipal de Viseu candidatou-se ao PRODER, através da Medida três/dois/um – Conservação e Valorização do Património Rural. Com este projecto pretende-se obter uma alternativa aos Caminhos já existentes, dando um novo impulso ao interior norte do nosso país, através da revitalização de um percurso ou de uma rota, essencialmente, cultural e de interesse, não só religioso, mas também turístico, dotando-o de albergues para os peregrinos, sinalizando-o convenientemente e promovendo a sua divulgação. Eu acho que se aqui colhermos a experiência dos nossos vizinhos espanhóis, haveremos de vender muito bem Os Caminhos de Santiago e, digamos, aprender com eles. Não há nenhum Caminho de Santiago em Espanha que não seja reabilitado e sobretudo que não sirva simultaneamente para, digamos, a fé para o cumprimento de promessas religiosas, mas



também de actividade comercial cada vez mais intensa através desta criação de albergues, enfim, de divulgação destes caminhos. Estes são apenas alguns exemplos da actuação do Município de Viseu na defesa e promoção do nosso Património Cultural. Nesta como noutras áreas, todo o trabalho desenvolvido é um processo inacabado, que requer uma atenção e uma dedicação permanentes, no sentido de se fazer cada vez mais e melhor. De salientar, ainda, que em termos culturais, como disse no início, não há uma única maneira de fazer as coisas, mas sim diferentes abordagens para atingir um objectivo geral, pelo qual pugnamos: Promover o desenvolvimento cultural do Município de Viseu. Para concluir, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixamos, igualmente, à consideração e análise através das folhas em anexo, as matérias tipificadas no número quatro do artigo sessenta e oito da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, com a redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, designadamente: Situação financeira, saldo actual das dívidas e outras origens de fundos; Informação que está prevista na alínea d) do número um do artigo cinquenta e três: participações em entidades societárias e não societárias e ainda e para terminar, as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais que estão pendentes e qual é o seu estado, com vista ao acompanhamento que esta Assembleia faz, de acordo com aquilo que está legalmente previsto”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Vicente. -----

- TRINTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO

(PSD) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Na informação da Actividade Municipal, o Senhor Presidente elencou um conjunto de iniciativas no domínio da acção cultural, de que se destacam diversos projectos e acções de animação, no âmbito do património imaterial. Mas não só, também deu conta de acções de recuperação, valorização e melhoria do património edificado que enriquece a nossa cidade e concelho de Viseu. E é sobre a recuperação do património e da regeneração da cidade que gostaria de centrar a minha intervenção. Intervenção que se inicia com uma citação que colhi do site da Câmara e que diz o seguinte, cito: “A dimensão cultural longe de ser um simples acessório da vida moderna, constitui uma componente essencial para humanizar a nossa comunidade, recuperando para ela espaços e tempos que lhe foram retirados. É uma cultura diversificada e plural que se expressa tanto à escala da cidade como na dimensão global do Concelho”. Pois é, há muitos senhores que fazem da cultura um acessório da vida moderna, ou a utilizam como mero instrumento para obter incentivos fiscais ou como propaganda política. Depois, sinal de que têm da dimensão cultural uma visão redutora, cortam nos apoios que suportam projectos nos vários domínios das artes e da cultura, que consideram um luxo. Sinais dos tempos! Temos a sorte de Viseu pensar de forma diferente. No campo da regeneração urbana e da recuperação de espaços, há que referir alguns erros que se cometeram, e se cometem ainda hoje, nas cidades europeias e, particularmente, nas cidades portuguesas. Refiro-me à desproporção entre as construções novas e a recuperação de edifícios antigos. As empresas construtoras e os proprietários de imóveis optam por construir novo, por ser mais rápido e fácil. Esta opção provocou a degradação dos edifícios dos centros históricos e levou ao abandono do miolo das cidades. As periferias foram crescendo com gente que, antes, vivia na cidade, que frequentava o comércio tradicional, e dava vida e cor às ruas da urbe. Apesar da dimensão deste fenómeno, é ainda tempo de corrigir o erro do passado e inverter esta tendência. Para isso, há instrumentos legais de natureza fiscal e há meios; há apoios financeiros do Estado e dos fundos comunitários; e há incentivos das autarquias para estimular a reabilitação. A Autarquia de Viseu foi já apontada como exemplo neste esforço de recuperação e regeneração do património edificado da cidade. Recordo o que disse o Secretário de Estado Adjunto da Indústria e do Desenvolvimento, em sete de Maio de dois mil e dez, quando veio visitar a cidade e numa Sessão Pública e que nos Paços do Concelho referiu isto disse que: “se sentia quase numa cidade nova” e rematou com este elogio ao



Executivo: “Levo daqui o que é um modelo que pode funcionar noutras cidades do país”. Ele tinha vindo, exactamente neste dia sete de Maio para visitar as obras de recuperação no âmbito do projecto de regeneração urbana. A Câmara de Viseu tinha cumprido a sua tarefa. Ultrapassada a fase de concretização das infra-estruturas, para satisfazer as necessidades primárias das populações avançou depois para o processo de recuperação de praças e ruas, criou incentivos para a recuperação de imóveis e esteve atento, captando para o concelho milhões de euros que foram investidos na regeneração urbana. O Senhor Presidente acabou de referir na sua intervenção. Na zona histórica da cidade gastou-se muito dinheiro na substituição do empedrado nas ruas, na colocação de novos cabos para iluminação, pelo menos colocando-os em zonas subterrâneas e também em alteração no saneamento de águas e esgotos. Este é um bom exemplo da actuação do Município de Viseu na recuperação do património edificado e na defesa do património material e imaterial concelhio. É de realçar que o investimento e reabilitação urbana são uma prioridade deste Executivo, não de hoje, mas pelo menos desde dois mil, quando decidi aderir ao Programa POLIS, transformando uma parte da cidade, degradada e sem interesse público, numa zona agradável e atractiva. Como é sabido, é em tempo de crise que surgem as oportunidades para melhorar o nosso futuro. Este ano de dois mil e onze é, por conseguinte, propício para desenvolver iniciativas de transformação da nossa cidade e do nosso concelho. A crise de ser vista como um incentivo à regeneração urbana, assim saibamos os nossos autarcas aproveitar os projectos aprovados para dinamizar e concretizar planos de acção consistentes. A par da preocupação com o património edificado, o Executivo tem vindo a criar as condições para preservar o Património cultural imaterial (ou património cultural intangível). É uma concepção de património cultural que abrange as expressões culturais e as tradições duma comunidade. São exemplos de património imaterial: os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, celebrações, as festas e danças populares, lendas, músicas, costumes e outras tradições. É isso que está materializado, como bem referiu o Senhor Presidente da Câmara, na Casa da Lavoura de Várzea de Calde, num projecto que só é pena não ter sequência noutras freguesias. É preciso apostar mais ainda na recuperação e divulgação do património imaterial, através da inventariação deste património, constituindo talvez grupos de estudiosos que trabalhassem em colaboração com as Juntas de Freguesia do Concelho. De realçar ainda a colocação da nova sinalética, junto de edifícios do património edificado, que tem por objectivo informar os turistas e os visitantes do nosso centro histórico, e também salientar o esforço de reabilitação urbana corporizado na recuperação de espaços de interesse histórico como a Casa do Miradouro, a Capela do Solar dos Condes de Prime, a Casa Museu Almeida Moreira, o imóvel do Largo Mouzinho de Albuquerque, onde se instalou a Companhia de Dança Paulo Ribeiro e tantos outros aqui referenciados pelo Senhor Presidente. Uma última palavra para manifestar a minha satisfação pela iniciativa, anunciada na informação que nos é presente, da comemoração dos oitenta anos do painel de azulejos do Rossio. Foi inaugurado a treze de Dezembro de mil novecentos e trinta e um, com desenho do Mestre Joaquim Lopes, e o painel de que falamos, certamente que é um retrato presente das tradições rurais da Beira à época (estamos a falar da primeira metade do século vinte), seja na diversidade dos trajés, seja nas distintas tarefas agrícolas ou na recriação da feira semanal que era também momento de festa e de reencontro. É com satisfação, repito, que tomo conhecimento do propósito de restaurar os azulejos que compõem o painel, o mais fotografado da cidade, permitindo-me no entanto sugerir que seja melhorada a iluminação, por me parecer que a luz que incide sobre o painel não evidencia eficazmente a qualidade do desenho dos azulejos. E se me é permitido também, gostaria que nos actos celebrativos deste aniversário, para além da população da cidade, que certamente vais estar envolvida, assim como também as escolas do concelho. Envolver as populações é a melhor forma de chamar a atenção para o painel que ali foi colocado



pelo Capitão Almeida Moreira, e poderá ser uma oportunidade porque os alunos das nossas escolas conhecerem as actividades económicas tradicionais, a arte do fabrico do azulejo e daí partirem para novas descobertas relacionadas com a história contemporânea do município. Muito obrigado”. -----

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

- TRINTA E SETE – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Usa da palavra para fazer a intervenção seguinte:

“O Senhor Presidente escolheu para tema da sua informação da sua Actividade Municipal nesta Assembleia, o património cultural. Louve-se a iniciativa, dado que uma das melhores riquezas de um povo é, sem sombra de dúvida, o seu património cultural tangível e não tangível. Mais cultura é sinónimo de mais vida é uma máxima rabínica com a qual, penso eu, todos concordamos. Reconhecidamente o concelho de Viseu tem uma actividade cultural relevante. Reconhecemos esse esforço ao Município, mas na nossa opinião, falta nesta área passar para um estado de desenvolvimento cultural que projecto a cidade para a contemporaneidade artística e cultural de reconhecida valia e importância. A efervescência cultural é hoje um factor óbvio de distinção das cidades e atracção de pessoas. É um elemento crucial de qualidade de vida e projecção das cidades. É preciso também entender a cultura como actividade económica geradora de riqueza, postos de trabalho, capaz de ser um motor de desenvolvimento abrangente. Assim, entendemos necessário proceder à elaboração de uma programação cultural que dê à cidade uma relevância nacional e ibérica, tirando também partido da nossa centralidade e que fomente a adesão de novos públicos. É necessário e possível procurar junto de grandes empresas, por norma oficinas culturais, os apoios necessários para a revitalização de alguns espaços culturais e para a realização de eventos e certames que se constituem com preferência de qualidade e aceitação pelos mais variados públicos e que confirmam a Viseu o estatuto de cidade liderante. Viseu pode e de albergar eventos de grande dimensão cultural nas mais variadas áreas. A política de dinamização cultural pode ser um veículo para a revitalização de todo o tecido comercial da cidade e do próprio centro histórico, como tem acontecidos nalguns casos. Defendemos assim, uma cultura para todos, transversal a todos os públicos e audiências, mas sempre pautada por elevada qualidade. Senhor Presidente, da sua intervenção clara quantos aos propósitos e objectivos desse Executivo Camarário, mormente ao nível do património tangível, ressalta a não referência à Feira de São Mateus, o maior acontecimento cultural do concelho e de toda a região. Este deve ser o ponto alto da programação cultural do concelho. Sendo um certame centenário, sendo de cariz marcadamente popular, temos vindo a constatar uma degradação continuada da Feira a todos os níveis. Hoje, a Feira de São Mateus não atinge todos os segmentos da sociedade, perdeu a abrangência inter-geracional que tinha, resumindo, cristalizou e deixou-se cristalizar. No entanto, parece-nos que a nova liderança da EXPOVIS, empresa de capitais mistos, está apostada em relançar a Feira de São Mateus, promovendo a sua regeneração e revitalização a todos os níveis. Percebemos e perceberam outros, que a ideias que apresentámos para a Feira de São Mateus para o Século Vinte e Um estavam correctas, quer ao nível do diagnóstico, quer do propósito. As duas ideias que apresentámos são propulsoras de novo objectivo da Feira de São Mateus, retomar o alcance abrangente inter-geracional que o caracterizava, devendo para isso diversificar a sua oferta e o seu cariz cultural, adaptando-se aos diferentes níveis de exigência e sofisticação dos viseenses e demais visitantes. A Feira de São Mateus é uma marca com um potencial económico, cultural e artístico, únicos. Deve ser um símbolo de um Viseu mais moderno, mais ambicioso, mais relevante e mais influente, um Viseu que todos queremos. Esquecido ficou também o Teatro Viriato e o Centro de Artes e Espectáculos de Viseu, que recorde-se recebe anualmente uma dotação de trezentos e setenta mil euros, que estratégia? Que futuro para o Teatro Viriato? Que balanço da



relação tripartida: Autarquia/Centro de Artes de Espectáculos de Viseu/Companhia Paulo Ribeiro? Por último, questionar apenas sobre a situação do Museu do Quartzo. Trata-se talvez de um dos projectos mais antigos dos executivos de Vossa Excelência, data de mil novecentos e noventa e sete, salvo erro, a celebração do protocolo entre o Museu Nacional de História Natural e a Autarquia. Em dois mil e cinco inicia-se a sua construção. Em Julho de dois mil e nove anuncia-se a sua inauguração para dezoito de Setembro, mas a mesma é adiada dado o derrube de uma torre e a necessidade de renovar o ar condicionado. Em Janeiro de dois mil e dez, em declarações a um jornal local, Vossa Excelência afirmava que só faltava decidir a data da inauguração, dado que se encontrava tudo pronto, conteúdos implantados e acessos exteriores concluídos. Estamos em Fevereiro de dois mil e onze e, ao que parece, a inauguração está prevista para Setembro. Acreditemos que assim seja. Acreditemos que todos juntos, com a colaboração de todos, consigamos pôr Viseu na cena cultural nacional, e porque não, Ibérica. Muito obrigado”. -

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Jorge Adolfo. -----
 - TRINTA E OITO – SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS) - Solicita a palavra para dizer o seguinte: “Tal como referi há pouco, hoje é um dia, que eu diria, importante para esta Assembleia Municipal, na medida em que se discute, a partir da intervenção de fundo do Senhor Presidente, a questão do património cultural e da actividade cultural desenvolvida pela Câmara Municipal nos últimos anos até ao presente, com a enumeração de uma série de iniciativas concretas e objectivas de recuperação do património cultural do nosso concelho. Enumerou há pouco uma série de locais, de estruturas que foram intervencionadas. Desses locais faz referência a onze intervenções, que vão da Casa da Lavoura até ao Caminho Português Interior de Santiago, essas onze acções, que só podem ser elogiadas. No entanto, eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente às freguesias rurais, há aqui um défice, pelo menos na intervenção que faz, que me parece importante. Dessas onze intervenções, apenas três, podemos dizer, que têm uma componente mais rural, é o caso da Casa da Lavoura, da Quinta da Cruz, embora aqui já na cidade, e é o caso também do Caminho Português Interior de Santiago. Eu sei, como provavelmente, todos os presentes saberão, que tem sido também feita obra de recuperação de espaços públicos nas freguesias do nosso concelho. No entanto, todas as referências que faz no seu discurso, apenas estas três são concretas e são muito específicas, relativamente, ao património cultural. Tal como refere no início do seu discurso, que nos últimos anos, efectivamente, tem havido uma atenção maior com o nosso património cultural, porque ele não é só olhado como recuperar imóveis, mas também o potencial que eles têm na dinamização económica do próprio concelho, o que me parece ser uma boa atitude nessa recuperação destes imóveis. Evidentemente que, há muito a fazer, há muitas perspectivas diferentes do que se faz e do que se pode fazer e nisto do património cultural, da cultura, como em todas as actividades da vida em sociedade, há sempre perspectivas diferentes e ainda bem que assim é, vivemos num regime democrático. Eu gostava de questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre duas ou três questões, que me parecem que têm a ver com o património cultural e que me parecem ser bastantes importantes na perspectiva da própria valorização da cultura da nossa localidade do nosso concelho. Uma é relativamente à continuidade ou não da edição de uma revista – Revista Viseu Museu ou Museu Viseu – não consigo precisar agora o título, mas que saiu o primeiro número com grande qualidade gráfica e que no fundo era a materialização de ideias de textos sobre a cultura do nosso concelho. Portanto, gostaria de saber se, efectivamente, essa obra é para continuar. Por outro lado, uma outra mais antiga, a Revista Beira Alta, que não sendo uma revista do Município, mas no fundo tem sido em boa parte suportada pelo Município, a Revista Beira Alta que é uma revista da Assembleia Distrital, que teve à sua frente durante muitos anos o saudoso Doutor Alexandre Alves. Mais recentemente, penso que o



Doutor Alberto Correia tem na prática assumido a sua direcção. No entanto, estamos um pouco preocupados se essa continuidade da edição da revista, nos moldes que tem acontecido desde há muitas décadas, se vai continuar ou não, porque há, evidentemente, dificuldades financeiras e os municípios que constituem a Assembleia Distrital de Viseu, nem sempre têm sido cumpridores, do ponto de vista financeiro, e sei que a Câmara Municipal de Viseu tem assumido, em boa parte, esse seu compromisso e o Senhor Presidente da Câmara é também Presidente da mesma Assembleia Distrital. É a revista de cariz regionalista mais antiga de Portugal (penso que a mais antiga é a Revista de Guimarães, uma revista que é publicada na cidade de Guimarães) uma cidade que nos é muito cara por razões que já discutimos há pouco. A Revista Beira Alta é uma grande marca nacional e até internacional, da cultura desta região, portanto, a questão que lhe coloco é precisamente esta. Uma outra questão, terceira e última, para não me alongar, tem a ver com a Cava de Viriato, já conversámos há bocado um pouco sobre isso, a Cava de Viriato é o monumento maior em dimensão aqui da nossa região. É um monumento nacional sujeito a aspectos legais do Governo Central (do Ministério da Cultura, do IGESPAR) portanto, de todas essas instituições que têm sede em Lisboa, o que por vezes se torna bastante difícil conciliar os interesses locais com os interesses centrais. O que eu gostava de saber é se, efectivamente, a Câmara Municipal de Viseu tem ou pretende ter ou pretende realizar um programa de valorização cultural daquele espaço. Eu muitas vezes confronto-me com esta situação, que certamente muitos já se confrontaram, que é, há muitos viseenses que não sabem o que é que ali existe – ouviram falar, viram a estátua, têm algumas ideias feitas, algumas ideias tradicionais sobre o que é aquele espaço – mas nunca foram lá, não conhecem, nunca passaram naquele espaço, que foi reabilitado há pouco tempo na sequência do POLIS. Eu lanço aqui a questão, o repto, se me é permitido, de olharmos para a Cava, não como foi feito durante muitas décadas, que é não olhar, esquecer, mas olharmos para a Cava como um potencial (trata-se no seu interior de um espaço agrícola, rural, dentro da cidade, que era interessante potencializar). Bom, e só para concluir, e já que estamos a falar de cultura, a título pessoal, nem conversei com os meus colegas da Bancada do Partido Socialista, mas penso que “não vem nenhum mal ao mundo”, eu gostaria de dizer o seguinte: Faleceu recentemente, no mês de Janeiro, uma pessoa de Viseu que deu muito da sua vida pela cultura, pela promoção da cultura local e regional, pela promoção da gastronomia, as tradições, da História Local. Foi Vereador do Pelouro da Cultura, penso eu, Vereador da Câmara Municipal de Viseu num mandato do também já falecido, Engenheiro Engrácia Carrilho. Foi uma pessoa que fundou várias associações que estão aí, associações de cariz cultural, confrarias, e que nos “pregou a fita” de se despedir dos amigos e dos seus camaradas de trabalho e de *métier*, que foi o Doutor Júlio Cruz. O Doutor Júlio Cruz, funcionário da Câmara Municipal, da Biblioteca Municipal, foi uma pessoa que promoveu e projectou o nome de Viseu (e não só de Viseu, da região de Lafões) mais além. Eu acho que era justa a homenagem, e já que estamos num dia em que se fala do património cultural e de cultura, queria deixar-lhe aqui a minha gratidão pessoal, estou convencido que também de todos, para com a obra que ele realizou e expressar também ao seu irmão (não sei se está na sala, está) a gratidão e a grande consideração que temos pela obra que ele fez. Queria terminar com estas palavras, porque acho que mesmo com perspectivas diferentes, nós podemos dar o nosso contributo para que vivamos numa sociedade melhor, com melhores condições de vida e a cultura é um bem que devemos todos usufruir e a que temos direito. Muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Eu também aproveitaria, porque já o tinha feito institucionalmente, mas associar-me às palavras que o Senhor Deputado aqui deixou. Confesso que, hoje ao longo da Sessão, já tinha pensado nisso e era uma das questões que eu tinha pendente para colocar, que era, exactamente, fazer a evocação do nome do Júlio



Cruz, de quem entre outras coisas, fui amigo e colega de Liceu. Mas não por esse razão, embora seja uma razão relevante, mas, de facto, pelo grande trabalho que fez ao longo da sua vida em prol da cultura. Foi sempre uma pessoa muito atenta e não queria também deixar de fazer essa evocação. Acho que essa proposta que faz dessa homenagem é, perfeitamente, justa por todo o acerbo que nos deixou, inclusivamente, de obra publicada, que foi bastante. Portanto, também não queria deixar, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, de me associar a essas palavras, de corroborar com a proposta que faz e também de publicamente deixar aqui um abraço de amizade e de condolências ao nosso amigo e Presidente da Junta de Rio de Loba, irmão do Júlio. Enfim, também já tive oportunidade de o fazer aos filhos e à família, portanto, não queria deixar de fazer essa referência antes mesmo da continuidade da Sessão. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- TRINTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – No uso da palavra diz: “Quando ouvi o Deputado António Vicente, sinceramente até fiquei a pensar que era um Deputado da oposição ao Executivo, porque na tentativa de apontar erros alheios, acabou por fazer o retrato dos últimos anos de Viseu, que é, o centro despovoado e o crescimento desenfreado de urbanizações à volta. Bem, mas a cultura é de facto, como o Senhor Presidente da Câmara começou por dizer na sua comunicação, essencial para humanizar a nossa comunidade. A UNESCO define cultura como um fenómeno social, resultado da criação comum dos homens, um dos principais factores de progresso. Eu diria progresso social e económico, já que em Portugal a cultura contribui para dois vírgula oito do PIB, apesar do Orçamento de Estado apenas contemplar zero vírgula quatro por cento. Isto, já agora, contrariamente à promessa do nosso Primeiro-ministro, de que iria aumentar esse número para um por cento. A participação na vida cultural traduz-se numa afirmação de identidade, autenticidade e dignidade. A cultura e a defesa do património cultural, incluindo a herança cultural popular é factor de desenvolvimento e ao transmiti-lo às gerações futuras estamos a dar-lhes os fundamentos para a construção de uma sociedade mais criativa e logo mais livre. A Constituição da República garante que todos têm direito à fruição e criação de cultura, bem como de preservar, defender e valorizar o património cultural. Incumbe ao Estado, às autarquias, em colaboração com todos os agentes culturais, incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de acção cultural, apoiar as iniciativas que promovam a criação individual e colectiva. Mas, após o breve intróito do Senhor Presidente, acaba por fazer uma confissão da incompetência do Executivo nesta matéria, ao assumir que só nos últimos anos, depois de concretizar as mais diversas infra-estruturas e satisfazer as necessidades básicas das populações é que procurou direccionar a intervenção do Executivo para as questões: Educativas, sociais, turísticas, de cidadania e em especial culturais, conferindo-lhes uma importância significativa, estive a citá-lo, ignorando, desta forma, que há muito que o Conselho da Europa considera que os direitos culturais como parte integrante dos direitos humanos, logo, necessidades básicas. Os exemplos que dá ilustram bem uma certa mediocridade que tem sido o programa cultural do Município. Do “Viseu Naturalmente/Dois mil e Dez”, destaca-se o Concerto dos Anaquim, Teatro de Rua Coretos, da Associação Zunzum, a Electra de Sófocles pela Companhia de Teatro Calatalifa de Madrid. Poder-se-á dizer que já não é pouco, os gostos não se discutem, mas a questão é que a diversidade cultural e artística pode e deve ter qualidade. A produção artística e cultural é de qualidade e não se pode confundir com contrafacção ignorante e oportunista. A Feira do Livro naquelas casinhas do Rossio, onde nem cabem livros, é uma forma de as livrarias de Viseu escoarem alguns “monos” e venderem mais uns livros, mas sinceramente, leva-nos a ter saudades das feiras do livro organizadas pelo Sindicato dos Professores da Região Centro, no Parque da Cidade. Salva-se, naturalmente, o Festival de Teatro da Primavera, organizado



pelo Conservatório Azeredo Perdigão em parceria com a Câmara e o Festival de Teatro Jovem, beneficiado, e muito bem, com os cursos de artes cénicas. De qualquer modo, é tudo muito incipiente para uma capital de distrito com as potencialidades de Viseu. Facilmente se encontra em cidades médias, mais pequenas, uma dinâmica cultural mais pujante. Pode o Senhor Presidente da Câmara vir justificar-se com os cortes do Orçamento de Estado para as autarquias, mas a verdade é que o mal já vem muito detrás. Para vermos a sensibilidade do Executivo no campo da cultura, basta lembrar que quando em dois mil e nove os alunos da área de projecto, do décimo segundo ano, da Escola Secundária Emídio Navarro, organizaram uma série de conferências com meia dúzia dos mais conceituados cientistas investigadores portugueses e artistas, como o Maestro César Viana, ligando a cultura à ciência (e a cultura científica, também é cultura), o Senhor Vereador da Cultura relegou o apoio que os alunos lhe pediram e que consistia apenas num pagamento de dormida de um dos conferencistas, com o argumento de que não queria abrir um precedente. Tomáramos nós que precedentes como este florissem. Quanto à recuperação e valorização do património cultural edificado, claro que nos regozijamos com o restauro da Casa do Miradouro, que finalmente vai alojar a colecção museológica do Zé Coelho, bem como a reabilitação no edifício da Avenida Emídio Navarro onde se instalou a Companhia Paulo Ribeiro e, naturalmente, o Museu Etnográfico da Várzea de Calde, que é, de facto, exemplar. No entanto, faz este mês um ano que ruuiu uma casa na Rua Nossa Senhora da Piedade, que poderia ter provocado vítimas. Antes já tinha aluído o tecto da Casa das Bocas. E só no Largo Major Monteiro Leite, na Ribeira, já ruíram nos últimos anos três casas e uma está há muito tempo a ameaçar ruína. O grau de degradação que se deixou arrastar no centro histórico e no centro da cidade, são bem reguladores do desprezo que o Executivo tem votado ao património edificado desde há muitos anos e aos moradores pobres do centro da cidade. Guimarães pode não ter tantos hipermercados e centros comerciais, como Viseu, mas tem um centro histórico que é um exemplo de preservação e reabilitação arquitectónica e histórica desde há muitos anos. Por isso, foi escolhida para capital europeia da cultura para dois mil e doze. Por outro lado, têm-se feito atentados ao património histórico e cultural da cidade. Por exemplo, os candeeiros de ferro forjado da Escola do Mestre Malho, que a Câmara decidiu há uma dezena de anos, retirar em dois mil e um das ruas do centro da cidade. Depois disse que era para recuperar, mas a verdade que das principais praças e ruas, como a Rua Direita, Praça Dom Duarte, eles desapareceram, foram substituídos por uns incaracterísticos ou sem aquele valor artístico. Também os candeeiros de ferro fundido estilo Arte Nova, que é o estilo arquitectónico dos prédios mais bonitos da Rua do Comércio foram substituídos, aliás, depois de eu e outros companheiros termos denunciado isto, a Câmara manteve os candeeiros encavalitados (os que pretendia substituir e os de Arte Nova) durante sete ou oito anos, até que finalmente resolveu tirá-los a ambos e substituir por uns mais “modernos”. Também, já agora, gostava de saber o que é que aconteceu aos candeeiros, esses sim, comprovadamente da autoria do Mestre Arnaldo Malho, que desapareceram da Praça Dom Duarte, do Largo da Misericórdia, até, enfim, mas isso talvez se compreenda, da Igreja da Misericórdia, que são património incalculável e que faziam as delícias até de todos os fotógrafos, turistas e de todos os visitantes. Há também um défice de classificação de edifícios e de monumentos. Por exemplo, a Igreja do Carmo não está classificada, a própria Igreja da Misericórdia, no projecto de recuperação e reconversão urbanística da ACRRU. A Igreja da Misericórdia (é lá dito isto tem treze anos que está em vias de classificação) não sei se já concluíram isto, portanto, há aqui, de facto, um desprezo pelo património. Quanto ao resto está tudo ainda por fazer: O Museu de História da Cidade; o Centro de Artes e Espectáculos fica a marinar, até passar a crise; a Quinta da Cruz já há muitos anos (o Vereador Moreira disse-me que já tinha um protocolo com o Museu de Serralves para instalar ali uma extensão daquele prestigiado Museu), mas é o que se vê ou



não se vê. Resta-nos o Teatro Viriato, graças ao Ministro Carrilho que em noventa e sete criou o Centro de Artes e Espectáculos das Beiras e que é suportado pela Câmara em quarenta por cento e pelo Ministério da Cultura em sessenta por cento (isto antes da Ministra Canavilhas ter cortado vinte e três por cento no último orçamento) mas a verdade que ao fim de uma década de existência, o Teatro Municipal não beneficiou de um reforço significativo no seu orçamento. O Viriato, a que de resto o Senhor Presidente da Câmara no início dos seus mandatos começou a classificar como “o elefante branco”, pôs fim ao deserto cultural da cidade que tinha no oásis mais perto, em Tondela, na ACERT. Restam-nos ainda alguns projectos jovens como a Zunzum, a Associação Cultural, o Projecto Off do Teatro Amador e sobretudo o Cine Clube de Viseu que com os seus cinquenta e cinco anos de existência é um dos mais antigos e prestigiados do país e que presta um serviço público de excelência, nomeadamente, na acção educativa, junto das escolas e que é a única alternativa cinematográfica à medíocre programação em duplicado das salas de exibição dos centros comerciais. Afinal, onde é que está o investimento na cultura? Não há desculpa por isso para os cortes nos apoios por parte da Câmara Municipal. Algumas das mais importantes associações culturais (anunciados ao fim de um ano de actividades) frustrantes expectativas de funcionamento. A compra de actos culturais: espectáculos, exposições, concertos, exibições, é uma mera transacção, uma aquisição de serviços e não pode ser confundida como normal e necessário apoio às actividades das associações ou colectividades culturais, que com a sua programação regular prestam serviço público inestimável, contribuindo para a qualidade de vida das populações e para o desenvolvimento municipal e regional. Por isso, é necessário que o Município tenha uma efectiva política cultural, com critérios mais transparentes, menos oscilantes, previamente definidos na atribuição de apoios, como já aqui defendi na última Assembleia. Não compreendemos como é que se pode deixar Centros Culturais prestigiados sem apoios, enquanto se distribuem cento e cinquenta mil euros para instituições (que eu li no jornal, novas instituições e está o Colégio da Via-Sacra, está o Seminário Maior) e só vi uma associação cultural, daquelas que foram referidas nos jornais e certamente, que se tivesse referido o Cine Clube, o jornal referi-lo-ia, dada a sua importância. Quanto ao RUCI e redes urbanas para a competitividade, congratulo-me, é de facto uma boa iniciativa. Uma última nota para as preocupações com o turismo, que o Senhor Presidente da Câmara aludiu, como é possível que ao fim de vinte anos à frente do Executivo, Viseu ainda não tenha um posto de turismo no coração do centro histórico. Já sabemos que há um projecto para a Casa do Adro, mas vinte anos para pensar o óbvio, Senhor Presidente, francamente! Só para concluir, tenho que falar outra vez que, de facto, entregar o Parque de Campismo do Fontelo aos Escuteiros, pode ser muito bonito, eles podem brincar e ficar, mas para o desenvolvimento da cidade e atrair turistas, sinceramente, continuo a achar que é um prejuízo, porque os turistas chegam, “dão com o nariz na porta” e depois vão para Vouzela e passam por aqui de raspão. Muito obrigado”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- **QUARENTA** – **SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS)**

– Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Quero agradecer primeiro ao Senhor Presidente por me ter dado a oportunidade de falar neste momento, como lhe apelei, justificando este pedido, porque não fugindo ao tema da Actividade Municipal, não vou falar de cultura. Vou falar de um assunto já aqui tratado e que eu próprio tratei. Um assunto que já várias vezes falei nesta Assembleia, mas que pela última vez vou deixar a minha versão, aquilo que tenho conhecimento, relativamente, ao assunto e enquanto por cá me mantiver não haverá mais nenhuma Sessão em que eu venha falar deste assunto. Vou falar novamente sobre o Quartel dos Bombeiros Voluntários. Isto para dizer o seguinte: Eu quero dizer com toda a frontalidade, como o Senhor Presidente da Câmara pauta as suas intervenções, olhos nos olhos, que nunca me passou pela cabeça que quer a



Câmara, que quer o Senhor Presidente da Câmara não gostassem dos Bombeiros Voluntários, quero deixar isso bem firma. Mais, quero dizer, como já disse na última Sessão, que a Câmara tem a sua quota-parte de responsabilidade naquilo que o Quartel dos Bombeiros Voluntários hoje, é inegável e irrefutável. Se tirou alguma ilação das minhas palavras nesse sentido é errado. Não. Tenho que reconhecer e sempre o reconheci, na minha modesta opinião, daquilo que os Bombeiros beneficiaram relativamente àquilo que a Câmara fez por eles. Mas também não podemos escamotear que a Câmara tem responsabilidades na Protecção Civil, pelo menos na Protecção Civil Municipal. E nesse âmbito, a minha opinião é que a Câmara não foi até podia e deveria ir, até onde se comprometeu a ir. Eu vou só deixar aqui três opiniões, que são minas e como disse, será a última vez que falarei nisto. Primeira - O terreno. Como o Executivo saberá, o primeiro terreno oferecido pela Câmara Municipal para que os Bombeiros construíssem o seu Quartel, foi no Monte de Santa Luzia. Terreno esse cujas infra-estruturas para poder começar a edificação, avaliado através do orçamento, dada a sua inclinação, custaria quase tanto como custou o Quartel dos Bombeiros Voluntários. Daí o esforço da Câmara Municipal, conjuntamente com alguém que já também pertenceu ao Executivo da Câmara Municipal, no sentido de encontrar outro terreno, que veio a ser concedido pela Junta de Freguesia de Rio de Loba. Eu aqui quero dizer o seguinte: Ninguém que deixa alguém apossar-se de um terreno, como a Câmara deixou, o terreno já era da Junta de Freguesia de Rio de Loba, salvo erro, desde o tempo do Presidente da Junta, Senhor Celso, portanto era da Junta de Freguesia. Ninguém que deixa apossar-se de um terreno, aquela pessoa que se deixou apossar não pode reivindicar a sua qualidade de dono para dizer que também é dele. Não. A Câmara contribuiu para o Quartel dos Bombeiros, não com esse terreno, no protocolo que depois se associou noutro contexto. O Terreno da Junta de Freguesia de Rio de Loba, foi esta Junta que o disponibilizou. Relativamente às contas do Quartel – Eu quero dizer o seguinte e começo com esta primeira opinião: É enquanto a gente ouvir dizer que aquilo que o Estado, independentemente, de ter o voto deste ou daquele partido, que investe num concelho, o dinheiro é de todos nós, todos nós somos contribuintes. Bom, então o dinheiro do QREN, através do POVT, é dinheiro de quem? É dinheiro de financiamento que a Europa tem? Não. É dinheiro dos Estados Membros, Portugal também lá tem dinheiro. Eu não estou a dizer nada de novo, hoje já aqui alguém afirmou isso, não fui eu! Estou a dizer com toda a frontalidade, Senhor Presidente, também já sabe que eu sou assim e a afirmação não foi minha. O dinheiro dos fundos europeus é também dinheiro português! Portanto, agora contas – O Quartel custou, em números redondos para não estarmos aqui a fazer contas muito sofisticadas, um milhão de euros. A Câmara Municipal comprometeu-se pagar a diferença para aquilo que não viesse do POVT. O POVT contribui com setecentos mil euros, que é setenta por cento daquilo que custa o Quartel. Trinta por cento são trezentos mil euros. A Câmara Municipal, tanto como o Senhor Presidente disse hoje aqui de manhã, completou transferência para os Bombeiros de cerca de cento e oitenta e tal mil euros, se ouvi bem. Este diferencial para duzentos mil euros, porque o custo do Quartel não é, de facto, um milhão, era de novecentos e tal. O que quer dizer que, de cento e oitenta e tal mil para os trezentos mil, que seriam os trinta por cento, há aqui um diferencial de cem mil euros. São esses cem mil euros que a Câmara não deu, portanto, não completou aquilo que se comprometeu, que o QREN não participou. Há um diferencial de dez por cento que se mantém nesta altura. Pelas contas que o Senhor Presidente fez e pelas contas que são conhecidas publicamente, são assim: Os Bombeiros têm lá investidos, pelo menos, cem mil euros no Quartel. Quanto às acessibilidades, o acesso ao IP-Cinco, cerca de duzentos mil euros que isso custa, que não estão contemplados por nenhuma promessa da Câmara Municipal. O que quer dizer que há mais dinheiro metido ali, que não é da Câmara Municipal. O Estado tem lá aquilo que a Câmara não deu e aquilo que os Bombeiros não deram, portanto, o Estado



Português também é parte activa nesta comparticipação, no custo deste Quartel. Não quero dizer mais nada quero apenas deixar referido que segundo o princípio de que os dinheiros europeus também são dinheiros portugueses. Afinal não é só a Câmara Municipal que tem lá dinheiros. Uma última referência, e aceito e respeito a opinião das outras pessoas, respeito principalmente a opinião do Senhor Presidente do Executivo, não me parece justo dizer que sem a comparticipação da Câmara não existiria Quartel. O Quartel poderia ser feito de outra forma, poderia custar mais a ser feito, mas com a determinação da pessoa que aqui foi referida. O Senhor Presidente da Direcção da Associação dos Bombeiros Voluntários, com a colaboração de todos os outros membros, que eu conheço da Direcção dos Bombeiros Voluntários, certamente que o Quartel não deixaria nunca de ser feito. Certamente, também sempre, com a colaboração, que eu sei que jamais seria negada, por parte do Executivo. Poderia era ser comparticipada de outra forma. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas.

- QUARENTA E UM – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas e diz: “Oh Senhor Presidente, eu de facto, ouço cada uma! Esta última intervenção é de morte. O Senhor Deputado surpreende-me constantemente e agora já está colocado num bom sítio, aí na liderança da Bancada Parlamentar do Partido Socialista. Pois, e fica muito bem aí! Então, veja lá o que é que disse aqui. Eu agora percebo, o Senhor tem tanto apreço pela Câmara e pelo Presidente da Câmara, foi assim que começou, por isso me propôs, na Direcção dos Bombeiros, um voto de repúdio. As coisas chegam cá, é o apreço, mas eu resisto bem a isso Senhor Deputado. Eu gostava de lhe dizer o seguinte, o Senhor veio dizer e mandou para ali uma série de coisas, quando um terreno... Eu disse-lhe, porque é que foi isto. Os terrenos foram registados por uma junta de freguesia e nós fizemos “vista grossa” como fazemos a uma série de registos das juntas de freguesia, justamente, porque a junta de freguesia cumprindo o princípio da subsidiariedade, está mais perto das decisões. Não era nada correcto que a Câmara tivesse terrenos... Sabe que do mesmo lote de terrenos, foi onde saiu o Parque de Leilão de Gado, não houve nenhum problema com isso., como não há nenhum problema por ser a Junta de Freguesia a decidir. Agora, nem a Junta de Freguesia, tenho a certeza absoluta, decidiria dotar o terreno sem uma palavra da Câmara, por isso é que eu agradei o envolvimento do Senhor Presidente da Junta e a forma rápida como se deu isso. O Senhor pode querer atirar os louros para a Junta de Freguesia, o que não quer é que a Câmara participe nisto. E mais, por sua vontade, o Ministro da Administração Interna estava aí nos píncaros. Olhe, uma atitude louvável, não se deixando influenciar foi o Senhor Presidente da Direcção dos Bombeiros convidar o Presidente da Câmara, não por ser este Presidente da Câmara, pela Instituição. Era a única que lá devia estar! Porque de resto mais ninguém se atravessou! Palavras, palavras e palavras! E os Senhores o que é que deviam fazer? Se fossem políticos, como eu os entendo, era dizerem ao vosso camarada, Senhor Ministro da Administração Interna, o Senhor cumpra a sua obrigação. O Senhor cumpra as promessas que veio fazer aqui em Viseu, mas os Senhores não são capazes disso. É assim nos efectivos de polícia. É assim nos efectivos da GNR, É assim numa série de coisas. Mais, os Senhores, se calhar, vão à festa quando o Senhor Ministro veio aí à Escola Grão Vasco, podia trazer o Senhor Secretário de Estado da Educação e recuperam-nos bem para entregar diplomas de cidadania aos alunos. Os Senhores não são capazes de bater o pé a ninguém! É por isso vêm com este tipo de situações. Então, mas que comparticipação? Nós cumprimos na íntegra! Eu dei-vos ontem o cheque que faltava para a nossa comparticipação e não ouvi do Senhor Presidente da Direcção, que é o único que tem legitimidade, palavras a não ser de elogio. Foi o que ouvi. Bem, vem um elemento da Direcção, mas tem a camisola rosa (é suspeito desde logo)



dizer que afinal que nós não cumprimos com a nossa obrigação. Já agora, uma outra coisa, eu achei piada, não sei se o pensou no almoço, mas não deixa de ser curioso. O Senhor inventou aqui uma nova teoria: Primeiro, os dinheiros da União Europeia também são do Estado Membro Português. Queria dizer-lhe que na União Europeia, os Estados estão divididos entre contribuintes líquidos (são aqueles que pagam) para os outros terem programas comunitários. Portanto, é por isso que a Senhora Merkel chama lá o seu patrão a dar-lhe a resposta. Não é meu patrão, não! Não, não é, já o tinha rifado, era o que faltava! É por isso que o chama lá para lhe prestar contas, porque ela paga, como pagam os franceses e nós recebemos e temos que dar conta daquilo que fazemos. Portanto, não venha dizer que o Governo cumpriu a sua obrigação, porque nos deu um POVT. Os dinheiros comunitários são dinheiros do Estado! Já agora, fez esta confusão e eu queria dizer-lhe que Estado não é Governo, sabia disso? Pronto! Então, Estado Membro é o Governo e todas as outras componentes do Estado. E agora mais, os municípios mais legítimos do que o Governo nesta composição do Estado. Não há nenhum município que não tenha sido eleito, nenhum, ao contrário dos membros do Governo, que são designados. Não venha dizer que nós que não temos legitimidade. É a face da moeda com mais legitimidade. Vem dizer: O que o Governo deu, são programas comunitários, já é parte do Governo. Com Diabo! É por isso, já estou a ver a teoria para a Escola Grão Vasco é essa, o Governo dá o programa comunitário e a Câmara (não estou à espera que mo proponham) que entre com o resto, mas isso é uma nova teoria. Tenho que lhe dizer que vamos ver, ao contrário do que disse, nós não apontámos apenas o terreno. Esse terreno dos Bombeiros tem uma longa história. Olhe, começa logo por ter o primeiro terreno (está bem, mas é preciso lembrar-lho, eu tenho memória, foi ali junto à Variante do Fontelo e só não foi entregue por causa de um camarada seu, que teve mais atenção ao património privado, ao património dos familiares, que propriamente ao património comum e foi por isso que o terreno não foi cedido, primeira coisa. Depois foi apontado outro terreno, convém lembrar, junto ao Hotel Príncipe Perfeito. Portanto, nós apontámos dois terrenos antes deste terreno onde chegámos à conclusão onde poderia ser o Quartel feito, porque era sempre o argumento de que não havia terreno. Afinal nós apresentámos uma série de terrenos e finalmente esta o Quartel feito e eu não vou perder mais tempo com isto, porque não vale a pena. Se houve alguém que se interessou pelo Quartel dos Bombeiros, fomos nós. O Senhor Deputado veio aqui ainda dizer uma coisa, olhe, é uma forma de agradecimento, naturalmente, estamos a cumprir a obrigação. Mas o que disse foi: Depois da Câmara fazer o seu contributo, fique sabendo que se não fosse a vossa contribuição, o Presidente da Direcção com os Bombeiros fazíamos tudo! Dava-me jeito que fosse Presidente da Direcção, mas que depois na prática fizesse isso, que fizessem não viessem à Câmara. Nós tínhamos os dinheiros para depois aplicar noutros lados. Sobre aquilo que foi dito aqui pelo Doutor Vicente, eu percebi. Depois houve logo um Deputado que disse que fez aqui uma confissão. Bem, parece que é um discurso novo. Eu sempre disse que antes de construir novo, devia recuperar-se o que há. E se há alguém tem feito esta crítica, mesmo à política pública, tenho sido eu. Aliás, não se percebe que o Governo, por exemplo, tenha programas para novas bibliotecas, sem aproveitar, muitas vezes, edifícios que estão a cair, do próprio Governo, onde poderiam ser localizados esses equipamentos. Já o dissemos! Eu até sou autor de uma teoria que criaria uma direcção geral de conciliação de equipamentos, que era, não fazer nenhuma obra pública de raiz, enquanto houvesse edifícios públicos que pudessem ser utilizados (e alguns estão a ser utilizados como refeitórios, etc., etc., etc.). Eu sei, perfeitamente, que isto se deveu, digamos, a uma certa expansão da actividade, mas não foi começada, nem acabada por nós. Sobre a regeneração urbana, eu queria dizer que envolvemos, como sabe, para além disso muitos parceiros que foi: A Igreja Nova, a Associação Comercial, etc., etc. A maioria das pessoas não sabe, o edifício da Associação Comercial foi recuperado no envolvimento da



regeneração urbana que a Câmara levou a cabo. O Centro da Pastoral da Igreja Nova está a ser recuperado com a parceria com a Câmara. Por aí adiante! O Quartel da Paz está a ser recuperado com o envolvimento da Câmara. Mais. A Igreja na Quinta do Galo está a ser recuperada com o envolvimento da Câmara. O Centro do Viso está a ser recuperado com o envolvimento da Câmara. Quando o Doutor Adolfo veio aqui dizer que há uma separação, um desequilíbrio. Não há! Os Senhores Presidentes de Junta são testemunhas que nós participámos em quase todas as recuperações das igrejas matrizes do concelho, todas! Para não falar, também é cultura, dos nossos cemitérios, foram todos foram todos arranjados os espaços exteriores com o envolvimento da Câmara. Portanto, houve aqui um envolvimento, digamos, muito grande em relação a esta situação. Já agora, queria dizer que a RUCI tem previsto, sua aplicação no centro histórico, doze milhões de euros. Espero não andar por lá a semear o dinheiro, portanto, é alguma coisa que se há-de ver, com toda a certeza. Quanto ao painel de azulejos, eu gostaria de dizer que este painel vai ser recuperado, como disse, e com uma particularidade, aproveitámos a oferta (que eu vou, com toda a certeza, tomar conta dentro de pouco tempo) da comunidade viseense de África do Sul, que quer ofertar também um painel de azulejos. Na mesma altura aproveitaremos na mesma altura para fazer uma comemoração dos oitenta anos, digna, com profundidade elevação. O elogio que ouviu aqui dum Secretário de Estado, eu tenho-o em boa conta, porque não foi um Secretário de Estado qualquer, foi do Fernando Medina, porventura, o melhor elemento deste Executivo e, portanto, não foi de um outro qualquer, foi deste Secretário de Estado. Eu fico muito mais descansado que tenha sido ele a dizê-lo aqui. Sobre aquilo que o Doutor Rui Santos aqui veio trazer, eu para mim a cultura não são só “as pancadas de Moliere”. Eu queria lembrar-lhe do seguinte, um artigo que escreveu uma pessoa que já faleceu nos meus primeiros anos de Câmara, sei lá, talvez passados cinco anos. Escreveu um artigo, que eu ainda hoje tenho de memória, que me aconselhava, quando os cultos todos viessem atrás de mim a aconselharem-me isto ou aquilo, eu chegasse ao varandim da Câmara e dissesse: Fiquem sossegados que são todos cultos, porque há muita gente que tem a mania da cultura e pensa que todos os outros são uns ignorantes. Alguns até são capazes de saber quem é que ganhou os Óscares, quem é que escreveu esta ou aquela peça, mas a cultura não é só isso, a cultura é global. Há muita gente que a Escandinávia é uma rapariga loira que anda para ali a passear. Portanto, eu acho que quem quiser ser culto e tiver a veledade de criticar os outros, há-de ter o cuidado de ter uma cultura generalizada, porque em boa verdade, o que acontece é isto: Se for um grupo folclórico, isto é parolo; se for não sei quê, é parolo: se forem umas marchas populares, vêm aí uma rapazinhos da aldeia, é parolo. Bem, isto é parolo, mas têm lá gente e depois assistimos nas salas de espectáculos que há mais gente no palco do que na plateia. Isto é a cultura que muitos querem. Não estamos virados para isso. E mais, enquanto a cultura de raiz popular, com meia dúzia de tostões conseguimos trazer gente e dar uma resposta cultural a uma série de pessoas, com esses iluminados da cultura, é sempre gaveta cheia, nunca estão satisfeitos e às vezes o que produzem é muito pouco para aquilo que a gente dá. Portanto, enquanto eu tiver estas responsabilidades, a cultura é para todos e hei-de medi-la assim (é pelo número de pessoas). E não venham dizer, como ouvi aqui uma vez um Senhor que eu muito respeito, muito considero, quando alguém dizia que isso era folclore, ele dizia: Calma lá, folclore é uma coisa muito séria. Eu que não percebo nada disso nem tenho veledades, mas também acho que é, porque quando vêm os grupos folclóricos do nosso concelho, quando vêm os grupos etnográficos do nosso concelho, nós vemos a resposta que têm, que é dada pela população. E há muitos dos nossos compatriotas e conterrâneos, se calhar, nunca entraram no Teatro Viriato. Portanto, eu enquanto tiver esta oferta há-de ser diversificada e para todos. Já agora, diz que não fiz nenhuma referência à Feira de São Mateus, pois não! Não fiz ao Teatro Viriato, não fiz ao Centro de Artes e Espectáculos e também não fiz ao Museu do Quartzito, mas eu vou fazer



uma referência a cada um deles. Primeiro, em relação à Feira de São Mateus não o fiz, porque tem uma gestão própria e, portanto, o Senhor Presidente da EXPOVIS, até porque isto é uma gestão partilhada, não é apenas o Presidente da Câmara, é o Presidente da Associação Industrial que tem responsabilidades na EXPOVIS, há-de anunciar a linhas gerais para a nova feira. Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa, também com humildade, o Senhor Presidente da EXPOVIS que saiu e a quem eu agradei publicamente, vem do tempo em que vocês eram Câmara e que geriam à Câmara. Dei-lhe continuidade, não alterei nada, absolutamente nada. Sobre o Centro das Artes, parece que era avisado ter o projecto pronto e aguardar algum tempo, toda a gente perceberá isso. Estamos a falar de um projecto de doze/treze milhões e, portanto, avançar com ele num tempo de crise, teríamos depois os Senhores aqui, num dia destes: então isto foi de qualquer maneira, impensado... Aguardámos, acho que fizemos muito bem parar apenas, não é como a Auto-estrada Viseu/Coimbra, parar apenas para depois continuar quando tivermos já, digamos, os meios perfeitamente definidos. Sobre o Museu do Quartzo, eu queria dizer, eu partilho a posição de que o Museu do Quartzo foi um projecto que nos da forma que não estávamos à espera. Não estou a dizer que corresse mal. O projecto inicial, não fui eu que o fiz, não sei fazer projectos, não tinha ar condicionado. Nós poderíamos ter aberto o Museu do Quartzo. Podíamos ter uma ou duas opções: Tínhamo-lo aberto no ano passado, eventualmente, e fazíamos uma grande festa. Outras pessoas eram capazes de o ter feito, porque já estava. A parte física está pronta, está completamente pronta. Os acessos estão completamente prontos. Está tudo pronto. Que risco poderíamos correr, de a meio nos dizerem: Olhem, faltou o ar condicionado. Depois a meio fechávamos o Museu para pôr o ar condicionado. Quisemos abrir o Museu com o ar condicionado pronto e portanto, é apenas isso que está a travar a abertura do Museu. Sobre aquilo que o Doutor Jorge Adolfo aqui trouxe, eu ia lembrar-lhe para manter esse equilíbrio. O Museu de Passos de Silgueiros, se ouvir o Senhor Inspector, ele além de estar extremamente honrado e orgulhoso com o Museu, diz que a única participação que tem é da Câmara Municipal, um protocolo que temos estabelecido, mais ninguém conhece o Museu Etnográfico de Passos de Silgueiros. Bem, eu também sei que há outros museus que não têm participação nenhuma. Vão tendo da Câmara, nas diferentes juntas de freguesia. Em Mundão há um Museu Etnográfico; o Museu de Vila Chã (um Museu espectacular, que a Câmara também apoia); o Museu de Arte Sacra. O Museu de Arte Sacra só funciona, porque a Câmara tem um protocolo com a Sé, do Estado nada! Deixou-me aqui três perguntas e eu gostaria de lhe responder. Continuidade do Viseu Museu, quando o autor estiver disponível para continuar, eu não tenho tempo para escrever, também não conseguia fazer aquilo. O único problema é de autores. Desde que haja autores à medida daquela publicação, pela Câmara o aspecto financeiro está garantido, Assim como a Beira Alta. Eu gostaria de dizer que a Revista Beira Alta é o motivo mais forte, porque é que a Assembleia Distrital ainda existe. Nós mantivemos a Assembleia Distrital por dois motivos, porque senão já a tínhamos extinto há muito tempo. Primeiro, porque o edifício estava em ruínas e neste momento está o edifício recuperado e até com possibilidade de albergar outras instituições e segundo, porque tem ex-líbris, a Revista Beira Alta. Eu gostaria de dizer que a última coisa que eu conheço em relação à Beira Alta, mandei agora averiguar, foi uma carta do Doutor Alberto Correia a sugerir-me que os dois últimos números fossem de homenagem ao Doutor Alexandre Alves. E, naturalmente, que me encantou, eu dei “luz verde”, aliás, tenho escrito uma carta ao Doutor Alberto Correia a dizer-lhe, que sim senhora, concordo inteiramente com isso. Portanto, se a Revista não anda é porque eu não consigo escrever, também não sabia, não tenho conhecimentos para o efeito. Agora, para que a Câmara dá o cheque quando os autores, normalmente, destas publicações quiserem continuar. Falou aqui numa outra coisa que tem a ver com a Cava de Viriato. É muito curioso, nós pugnámos no POLIS por fechar o octógono e fizemos as publicações que há



bocado mostrei e tentámos que na Cava de Viriato houvesse uma torre panorâmica, um museu interpretativo, etc., etc. Mas há uma coisa que não foi enfatizado, aliás, o Senhor disse isso e bem, mas nunca foi muito assumido, é um monumento nacional. O que nós devemos dizer ao Ministério da Cultura é: Trate deste Monumento. Não é só chatear a Câmara e mandarem-nos uma notificação, quando nós acabámos com as mimosas. Lembra-se disso? Bem, quando aquelas infestantes já estavam a atravessar a rua, a Câmara mandou-as cortar e foi notificada porque se tratava de um monumento nacional. Então é só para reprimir? Se é um monumento Nacional, os dinheiros nacionais do Estado, que tratem aquele monumento, como tratam o de Alcobaça, da Baralha, etc., etc. É esta a obrigação. Os Senhores têm uma palavra muito importante para dizerem à Senhora Ministra da Cultura, que ainda por cima é simpática, dizerem-lhe: OH Senhora Ministra, olhe que a Cava, venha cá (eu acho que ela conhece a Cava), porque há muita gente que escreve para nós e diz a Cova de Viriato. Sabem tanto daquilo como eu de lagares de azeite, mas pronto. Uma outra nota, essa para mim é que é muito importante, é aquilo que disse sobre o Júlio Cruz. Eu gostaria de dizer que (está aqui o Doutor Ramiro, o seu irmão, e as pessoas que o conheceram) a ninguém pesa menos a consciência do que a mim, da forma como tratei o Júlio Cruz, de certeza absoluta, aliás, os Senhores podem fazer uma pequena indagação para verem. Eu diria que aqui se podia aplicar muito daquela poesia que foi aplicada a Timor numa canção, “Quando os outros calaram, falámos nós). A maior parte das pessoas calaram-se em relação ao Júlio Cruz! Eu ainda fui a tribunal com o Júlio Cruz ou melhor, servir de testemunha ao Júlio Cruz. Houve até uma inspeção que me mandou punir o Júlio Cruz retroactivamente, a que eu me recusei. Portanto, quem esteve ali a reconhecer o Júlio Cruz, porque também apanhava da parte dele retribuição, não houve nenhuma publicação que o Júlio Cruz fizesse, que não me tivesse mandado antes com uma dedicatória. Eu queria dizer-lhe, por proposta minha, aprovámos um Voto de Pesar, na Câmara. Tivemos até alguma dificuldade, porque até há esta curiosidade e coincidência de ser simultaneamente uma figura destacada da cultura, mas também funcionário da Câmara, portanto, podíamos criar aqui um precedente mesmo em relação aos funcionários, mas além do Voto de Pesar, havemos de o fazer constar na toponímia local. Se há tanta gente que consta na toponímia local, seguramente, as pessoas ligadas à cultura, num qualquer equipamento, gostariam de ver plasmado o nome do Júlio Cruz. Sobre aquilo que disse o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, bem, não estava à espera de outra coisa, aliás o Senhor Deputado ainda não reagiu bem àquela história do Manuel Alegre, digo eu, deve andar meio triste, o Senhor ainda não recuperou, ainda não mede bem as palavras. Eu percebi quando disse: Há aí algumas câmaras de outra escala... Eu estava para lhe perguntar o seguinte, mas vou fazê-lo agora: Quer mandar-nos a todos a Salvaterra de Magos? É a única Câmara do Bloco de Esquerda, nós vamos lá ver como é que se faz, aquilo deve ser uma actividade! Os Senhores conhecem todos os programas de Salvaterra de Magos? Festivais da Primavera; distribuição dos Globos de Ouro... É tudo em Salvaterra de Magos, porque tem lá uma Presidente de Câmara do Bloco de Esquerda. O Bloco de Esquerda fala muito, mas faz pouco! O problema, para satisfação dos portugueses, é que a gente agora já os conhece. Os Senhores enquanto é falar, tudo bem, falam, falam, falam, mas quando é para fazer, fazem muito pouco. Portanto, não há nenhum exemplo vivo que nós possamos copiar do Bloco de Esquerda, digam-me lá qual é? Nós vamos lá ver, eu tenho essa modéstia, mas digam-nos lá quais são os festivais, aquilo que o Senhor diz que é confissão de incompetência, mediocridade... Com Diabo, podia ter sido um bocadito mais ligeiro. Eu estava a olhar para ali e pensei, deixa ver se o Deputado Carlos Vieira tem algum espelho à frente, mas não tinha... Acho que tem que ser menos contundente. Deixe-me dizer-lhe, sinceramente, se há dias que estou bem disposto, é hoje, mas às vezes acho piada quando os Senhores me dizem que eu que sou demasiado duro aqui nas intervenções. Desculpe lá, sinceramente, se



calhar é uma avaliação demasiado benévola em relação a mesmo respeito, mas eu acho que até muito poder de encaixe. O Senhor “matriculou-me” ali com adjetivos, que eu já há muito tempo não ouvia, portanto, nós não fizemos nada bem! Não há aqui nada em Viseu que esteja bem feito: O centro histórico é uma vergonha, demos cabo dos comerciantes, veja lá (eu que tenho alguns familiares, devem estar-me com uma raiva dos diabos). Fomos nós que demos cabo dos comerciantes? Oh Senhor Deputado, eu queria dizer-lhe, sinceramente, aponte-me exemplos onde vocês tenham a vossa acção. Não exemplos de oratória, porque nisso já sabemos que os Senhores são... *hablam, hablam*, que não é brincadeira. Dê-nos exemplos, que nós vamos ver. Eu acho que deve ser mais comedido. Acho piada, porque no trajecto deixa sempre o pé atrás: Teatro Viriato, o Senhor Presidente chamou-lhe elefante branco. Eu não chamei elefante branco ao Teatro Viriato. Até lhe posso dizer mais, chamar elefante branco ao Teatro Viriato, era dizer que era um elefante muito mais branco, fui eu que o recuperei ou o Senhor esquecesse disso? Eu sei que já passou muito tempo desde que eu sou Presidente da Câmara, mas quem recuperou o Teatro Viriato, fui eu! Encontrei lá um armazém de mercearia! Quem recuperou aquele Teatro, tal como está, fui eu! Mais, quem fez o protocolo com o Ministério da Cultura, fui eu! Quem atribui o montante significativo para o Teatro Viriato, sou eu! Naturalmente que, como viseense, que eu muito estimo, como Ministro da Cultura, o Senhor Professor Manuel Maria Carrilho que assinou comigo o protocolo. Mas não me arrede, porque eu também tenho lá a contribuição, eu Câmara a que presido. Uma boa parte das coisas que o Senhor Deputado aqui trouxe foram coisas que são do domínio privado. O Senhor quase que me acusava de deixar cair a casa das bocas, mas esta casa é património privado! Ainda por cima é de um camarada vosso, não seu, do lado. Então, quer que nós façamos obra por ele? Caiu uma casa não sei aonde. Pois caiu! Há-de haver uma legislação. Podia ter morrido alguém. Pois podia, o responsável era o proprietário, não a Câmara. Já agora, só para lhe lembrar do número de espectadores que as nossas acções foram tendo. Em dois mil e dez tivemos cinco mil e quinhentos espectadores, com trezentos e vinte e cinco actores, durante trinta e um dias, no Festival de Teatro Jovem; três mil setecentos e três crianças, na “Escola Vai à casa dos Livros, na Biblioteca Municipal Dom Miguel da Silva; duas mil e duzentas crianças no desfile de Carnaval, veja lá; mil e quinhentos espectadores do Festival de Música da Primavera; oitocentos e cinquenta crianças no Programa Escola vai ao CMIA; setecentos e cinquenta crianças na Escola Vai ao Museu da Cidade; mil e sessenta e três crianças na Escola Vai ao Museu de Calde; mil e sessenta e três no Comboio até Lisboa. Espero que já esteja desfeita aquela confusão de nós alugarmos um comboio por um milhão e quinhentos mil euros. Espero que o CDS faça as contas e que lhe retire dois números, para saberem que aquilo que foi da plataforma, que não corresponde à realidade. Depois, um milhão oitenta e sei mil e quinhentos foi o número de pessoas que passaram na Feira. Foi isto que passou e, nomeadamente, no Multiusos. Para quem fez uma crítica e ouvi noutro dia que ia no funicular o condutor apenas com um amigo ou o condutor mais uma amiga, uma coisa assim, bem, tem que andar muito tempo para baixo todos os dias, a todas as horas e a todos os minutos, porque o funicular já foi utilizado por setenta e um mil, cento e sessenta e seis utilizadores. Este é o número que pode ser comprovado. Doze mil e duzentas crianças já utilizaram o carrossel do Rossio. Nas festas culturais e religiosas das freguesias um número muito significativo. Portanto, se acha que isto não tem abrangido as pessoas do concelho, eu acho que é, de facto, também ser um pouco injusto com aquilo que a Câmara tem feito, É tudo Senhor Presidente”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Vicente, -----
 - **QUARENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD)** – No uso da palavra diz: “O meu pedido para uma segunda intervenção, justifica-se, precisamente, porque houve uma referência na intervenção do



Senhor Deputado Carlos Vieira à minha pessoa. Eu quero dizer, Senhor Deputado, não me confunda a oposição faz-se desse lado. Nunca faria oposição ao Senhor Presidente. O que eu fiz na minha intervenção, isso sim, foi um elogio à obra que tem feito, a Câmara, todo o Executivo Municipal, na zona histórica da cidade. Depois também queria pedir-lhe uma coisa, esteja atento quando eu falo deste lado, porque o que disse foi, exactamente isto: As cidades europeias cometeram este erro e, particularmente, as cidades portuguesas, e depois diz qual foi o erro, foi terem deixado construir novo, quando deviam recuperar os edifícios que estavam. O Senhor só ouviu aquilo que lhe interessava, dei depois logo o exemplo daquilo que fez o Executivo Camarário. E não queria ir muito mais longe, até porque o tempo é limitado, só para dizer o seguinte, em relação à regeneração urbana, o Senhor Presidente já referiu aqui, mas eu queria complementar. Em relação à regeneração urbana, foram gastos quase dez milhões de euros. É muito! A recuperar o quê? Edifícios degradados. Olhe, o Orfeão de Viseu era um edifício que estava degradado (o antigo Matadouro Municipal) e foi possível recuperar um edifício que o destino dele seria deitado abaixo e depois construir ali de novo, se fosse numa empresa construtora ou num particular, e foi possível recuperar esse edifício. Mas também o Senhor Presidente já o disse: A Associação dos Comerciantes, o espaço da Igreja da Misericórdia. Depois também queria dizer o seguinte, o Senhor Deputado faz aqui uma confusão muito grande, não distingue o que é património da Igreja e o que é património municipal. Inclusive até, atribui responsabilidades à Câmara Municipal pela não reclassificação da Igreja da Misericórdia, da Igreja dos Terceiros e não sei quê. Sabe que as igrejas são património da Igreja? A Câmara Municipal, que eu saiba, poderá apoiar, mas não tem uma intervenção directa sobre imóveis, estamos a falar de arquitectura civil e religiosa, Na arquitectura religiosa há quem mande! “O seu a seu dono”. Também muito rapidamente em relação à Cava de Viriato, para dizer o seguinte, até porque foi uma questão levantada de manhã pelo Senhor Deputado Jorge Adolfo e que tem a ver, exactamente, com a possibilidade de incluir na toponímia da cidade o nome de Almansor. Eu queria aqui só recordar que Almansor foi um rei cruel, que no Período da Reconquista Cristã andou a combater o Rei de Leão e Castela e o Rei de Navarra, porque também estava na intervenção da Actividade Municipal, os Caminhos de Santiago, foi exactamente, a pessoa que mais combateu o Santuário de Santiago de Compostela. De tal forma, que até o Papa Leão acabou por numa bula, em determinada altura, se insurgir contra esse Rei Mouro (estamos a falar na luta do Movimento entre Cristãos e Muçulmanos) e foi, exactamente o Rei Almansor que quis destruir o Santuário, porque era um ponto de concentração da Cristandade da altura e entretanto, Almansor pretendia através dali estabelecer o controlo sobre a cristandade na Península Ibérica. Cuidado! Nós temos de saber a quem é que vamos atribuir nomes na cidade. Está bem foi uma figura ligada, parece-me que na Cava de Viriato, terá sido uma cidade, acampamento do Período Islâmico, mas cuidado”. -

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

- **QUARENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP)** – Intervém dizendo o seguinte: “Vai ser rápido. Em relação ao Senhor Presidente sobre as intervenções que tinham sido feitas, registar que nós fizemos aqui uma intervenção pela positiva. Nós não dissemos mal do que foi feito, nem do que é feito. O que nós dissemos, ao contrário de outros, é que entendemos que se pode ir mais além. Podemos fazer mais e que podemos fazer melhor. O que queremos é que se evolua para outro estádio mais avançado, que se potencie a cultura como agente económico e desenvolvimento da região, atrair novos visitantes, visitantes estrangeiros, outro tipo de públicos. O que é um facto, é que aquilo se faz é de louvar e deve continuar-se, o devemos é sempre nos pautarmos pela excelência, portanto, temos que procurar fazer mais e melhor. Bem, em relação à Feira de São Mateus, o Senhor Presidente vai desculpar-me, mas fez-me lembrar o Engenheiro Sócrates, a sério, mas é verdade. O



Engenheiro Sócrates quando é confrontado com uma coisa no parlamento, normalmente, costuma dizer assim: Sabe quem fez? Sabe quem fez? Foi do seu Governo! Foi do seu Governo! Sou sincero fez-me lembrar o Engenheiro Sócrates. Penso que neste aspecto da Feira, deixou-se cristalizar a Feira e é pena, mas parece-me e parece-nos a nós, que uma nova dinâmica que vai ser empregue. A Feira voltará a ser o que era e eu acho que a Câmara aqui tem alguma responsabilidade, porque tem cinquenta e um por cento do capital, portanto, pode e deve influir nessa Matéria. Só aqui um aparte em relação aos Bombeiros e termino já. Dá-me a ideia que há aqui uma preocupação muito grande em saber quem é que é o responsável pelo Quartel dos Bombeiros, quem deu mais, quem não deu, porque é que se fez o Quartel dos Bombeiros. Uma coisa é certa, esse é o mérito que tem que ser dado, o mérito é dos Bombeiros, a obra é deles, eles é que a edificaram. Todos ajudaram, uns de uma forma, outros de outra. Uma coisa é certa, também é preciso saber se que quem promete cumpre. Isso é que é importante”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas. -----

- QUARENTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD) – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “Eu confesso que quando cheguei aqui pensei, que ainda estávamos na hora da manhã, porque voltámos outra vez ao tema recorrente dos Bombeiros. Eu não resisto de dizer ali ao Deputado Ascensão, para quem faz parte da Direcção dos Bombeiros, o Senhor está mais para incendiário do que propriamente para bombeiro. No entanto, eu gostaria também de dizer ao Presidente de Câmara que não releve estas críticas um bocado injustas que lhe fazem, porque trouxe a colação a questão do espelho, para lhe dizer que algumas pessoas são como os espelhos, reflectem sem pensar. Eu gostaria de centrar o discurso na questão da cultura, que acho que é isso que nos traz cá e é para isso que nós cá estamos. Eu gostaria de dizer então o seguinte: É hoje inquestionável a importância social, cultural e económica do chamado Turismo Religioso. O Turismo Religioso corresponde pois, a uma realidade muito complexa em razão da multifuncionalidade que caracteriza as deslocações e até mesmo a diversidade de motivações. Segundo os dados mais recentes, cerca de sessenta por cento do património europeu visitado pelos turistas é religioso. Por outro lado, depois de saturado o mercado do chamado turismo de sol e praia parece existir um renovado interesse pelas práticas turísticas que envolvem o conhecimento dos usos, costumes, modos de vida locais, num contexto de fruição do encanto próprio de certas regiões. Os Caminhos de Santiago são trilhos percorridos pelos peregrinos que afluem a Santiago de Compostela, desde o século nono, tendo recuperado, recentemente, grande protagonismo constituindo um itinerário espiritual e cultural de primeira ordem. Este caminho tornou-se muito popular nos últimos anos devido a vários factores: as autoridades espanholas e as juntas locais trabalham para atrair peregrinos, publicitando o Caminho e melhorando as infra-estruturas para os receber, já que são estes «turistas» que mantêm vivas muitas das aldeias ao longo da rota. Outra das razões prende-se com o surgimento de cada vez mais associações que promovem peregrinações em grupo. Existe também para além da vertente religiosa, a vertente da ligação com a natureza. Existem vários caminhos que percorrem toda a Europa e que desembocam em Santiago de Compostela. Em Portugal existem pelo menos dois itinerários principais: um pelo litoral, que entra em Espanha pelo Tui; e outro, interior, que entra em Espanha por Feces de Abaixo, que desemboca no Caminho da Prata. Se é verdade que o Caminho Português do Litoral tem sido alvo de variadas acções, encontrando-se actualmente marcado, e dispondo já de vários albergues e estruturas de apoio, o Caminho Português de Interior, por seu lado, encontra-se, ainda, desprovido de qualquer marcação ou divulgação. O Caminho Português de Interior atravessaria o território dos concelhos de Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Maria de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves, sendo que neste último concelho o trilho atravessaria a fronteira. De facto, a partir desse ponto, em território espanhol, o



percurso já se encontra assinalado com painéis e marcações, conduzindo o peregrino até Santiago. O principal objectivo visa projectar o Caminho Português interior com uma via de peregrinação a Santiago de Compostela, fomentando o desenvolvimento económico, social e ambiental das regiões atravessadas, bem como de toda a região. Objectiva-se, também, contribuir para o desenvolvimento de um produto estratégico, em termos turísticos, que permita complementar a oferta da região, simultaneamente nas vertentes Turismo Religioso, Turismo de Natureza e Touring cultural e paisagístico. Dito isto, ganha particular acutilância o protocolo assinado entre os municípios referenciados com a autarquia viseense com o objectivo de recuperar os percursos, sinalizá-los e disponibilizar albergues para os peregrinos. Assim, a Câmara Municipal de Viseu, demonstra estar atenta à potencialidade económica do Turismo Religioso, um turismo de grande importância e impacto económico junto das populações. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- QUARENTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Senhor Presidente, eu não insulto ninguém, nunca o fiz, pelo contrário, isto é, às vezes o Senhor é que se excede um pouco, mas não vou entrar por aí. Agora, eu tenho boa memória. O Senhor Presidente, efectivamente, numa entrevista à Rádio Noar, exigiu ou pediu, porque numa mesa redonda que a Rádio fez com alguns agentes culturais, nomeadamente, o José Rui e Ricardo Pais, e que fizeram críticas à acção cultural da Câmara. O Senhor Presidente respondeu, que não só o Teatro Viriato era um elefante branco (eu já vou dizer porquê) como insultou Ricardo Pais e José Rui, que não os reconhecia como interlocutores culturais da Câmara, um porque não trabalhava cá e o outro, porque não era de cá. Logo duas pessoas que mais tinham feito pela cultura nesta cidade. E disse que era um elefante branco, porque (disse o Senhor Presidente, quase textualmente) preferia fazer um polidesportivos do que um teatro, porque no polidesportivo se pode fazer teatro, no teatro não se pode jogar basquete. Isto foi o que o Senhor Presidente disse. Bem, por outro lado, é o GAT – Gabinete Técnico Local, que identificou no centro histórico (e este número foi repetido pela Câmara até há meia dúzia anos) um terço das casas estavam em ruínas ou degradadas. Quando eu falei na confissão de incompetência não estava a insultá-lo Senhor Presidente. Eu peguei nas suas palavras e disse, estou a citá-lo, o Senhor Presidente é que começou a sua intervenção dizendo: “Que nos últimos anos, depois de concretizar as mais diversas estruturas e de satisfazer as necessidades básicas das populações, é que procurou direccionar as intervenção do Executivo para as questões educacionais, sociais, de cidadania e em especial culturais, conferindo-lhe uma importância significativa”. O mesmo é dizer que até aí não tinha dado importância significativa. Por outro lado, as casas em ruínas, como a casa das bocas, essa, de facto, é por arquitectura civil, esta casa é do século dezassete (fins do século dezassete ou princípios do século dezoito) que podia estar classificada e não está, como não estão, de resto, a maioria. Já agora, só dizer que Almansor foi cruel, mas Dom Afonso Henriques matou o Bispo de Lisboa, que estava a defender a população muçulmana de Lisboa. De resto, a sua crueldade foi denunciada até por alguns aliados que o abandonaram ou ameaçaram abandonar no cerco de Lisboa. Portanto, o Senhor Presidente fez-me perguntas que eu não posso responder, por acaso não conheço a programação de Salvaterra de Magos. Agora, sinceramente, comparar Salvaterra de Magos, que se calhar, até é uma vila ou uma cidade muito pequenina, com uma cidade que se pretende, a cidade de maior de dinamização, onde dá mais gosto viver, parece-me muito curto. Eu não respondo a essa pergunta, mas o Senhor Presidente não respondeu a duas perguntas que eu lhe fiz. Uma, porque é que não respondeu à Câmara de Aveiro, não foi o jornal, foi o Senhor Vereador responsável da Câmara de Aveiro que disse ao jornal que tinha escrito à Câmara de Viseu e que esta não lhe tinha respondido. E por outro lado, também não respondeu onde é que estão os candeeiros de ferro forjado de



Mestre Malho, que têm sido retirados paulatinamente do centro histórico (os últimos já foram para aí há dois anos). Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Jorge Adolfo (PS). -----

- QUARENTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS) – No uso da palavra diz: “A primeira consideração que eu queria fazer aqui e vou ser muito rápido é, quando no debate político atingimos um nível de humor, atingimos, na minha perspectiva, o mais elevado momento da democracia, porque conseguimos discutir e conseguimos, ao fim e ao cabo, também divertirmo-nos. Alguns momentos que nós tivemos aqui (comparar o Senhor Presidente da Câmara com o Engenheiro Sócrates)!... Eu percebo a sua preocupação com a Feira de São Mateus, porque, se calhar, no seu partido há pessoas que se preocupam muito com as feiras, portanto, é possível que a sua preocupação venha, precisamente, daí. Três pontos muito rápidos e muito concretos. Os Cruzados quando chegaram à Terra Santa, durante uma semana fizeram correr tanto sangue nas ruas, que mais parecia um rio. Os Cruzados até foram com uma bula para lá. Os Judeus quando foram queimados nas praças de todo o país e quando foram depois obrigados a converterem-se em Cristão Novos, também não o fizeram por livre iniciativa. O Marquês de Pombal quando pegou nos Távoras e os esticou e os matou, também não foi um acto, propriamente, muito agradável e há muitas praças Marquês de Pombal, muitas ruas de Bispos e de homens da Igreja. Eu quando ouvi o meu caríssimo amigo, colega e historiador, Doutor Vicente, a falar na crueldade de Almansor, eu pensei que fosse uma piada, dadas as anteriores. A questão de Almansor e só para clarificar essa ideia, é esta: Certamente, foi Almansor que mandou construir a Cava de Viriato, aquele monumento que nós temos como Cava de Viriato (vários professores da universidade de Coimbra e de Lisboa, isto no meio académico já é uma verdade) só que as verdades são relativas, porque todas as ciências progridem e a História também, mas neste momento no meio académico, tal como se reconhece, quase de certeza, que Dom Afonso Henriques nasceu em Viseu, também se reconhece que, quase de certeza, foi Almansor que nessa data, como referi há pouco, mandou construir lá em baixo, junto à Ribeira, um grande quartel, que é o que temos lá. Almansor não sendo de Viseu, não sendo propriamente um pacifista, mas na altura também havia poucos pacifistas, era uma figura que, talvez, tenha uma relevância histórica para ter um local na cidade ou um espaço com o seu nome, portanto, é meramente nesta perspectiva. Agora, claro que ele não foi um pacifista, mas também já referiu, penso que foi o Vieira, Dom Afonso Henriques mandou matar o Bispo. E durante a Revolução de mil trezentos e oitenta e três/oitenta e cinco também pegaram no Bispo e atiraram-no da torre da Sé de Lisboa, porque pensavam que ele estava contra o Mestre. Isto é relativo, não é? Obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram suscitadas. -----

- QUARENTA E SETE – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para responder às perguntas que lhe foram suscitadas e diz: “Senhor Presidente, é apenas um minutinho. Para responder, naturalmente, ao Deputado Rui Santos. Eu acho que é verdade, podemos sempre fazer mais e melhor, mas também não lhe perdoo essa comparação que fez aí, eu não sei o que é que avaliou de mim. A última revista que foi publicada tenho o meu nome a seguir ao Sócrates naquela boutique da Quinta Avenida em Nova Iorque e sou o quinto homem mais elegante do mundo. Por aí, não sei se é mais alguma coisa. Eu gostaria de dizer ao Deputado Pedro Ruas que achei, extremamente, interessante esta recuperação da ênfase no património religioso e no turismo religioso. De facto, nós não podemos ambicionar muito mais do que um turismo verde e de que um turismo religioso, não temos cá praia, nem litoral, num dia destes teremos...Mas não podemos ambicionar muito mais em relação a estes dois segmentos de turismo e é isso que vamos explorar. O Caminho Interior de Santiago, de facto, estava por



explorar, a Câmara de Viseu com a Vereadora da Cultura e com duas técnicas, temos feito um trabalho interessante, aliás, tem-nos chegado ecos de que somos dos mais participativos nesta recuperação. E, portanto, nós vamos dar o nosso melhor para que esta penetrante do Caminho de Santiago, até porque temos uma geminação com uma cidade que fica nesta rota, Oviedo, seja uma realidade. Sobre a última intervenção do Deputado Carlos Vieira, eu acho piada, diz que foi o GAT (queria dizer o GTL, disse o GAT, pronto) que fez este levantamento. Nós também temos um levantamento dos edifícios em ruínas no centro histórico, mas é por uma outra situação, é para majorar e minorar as taxas do IMI. E trouxe aqui a esta Assembleia, que o facto de termos essa relação e de termos majorado e minorado têm diminuído os edifícios em ruínas, portanto, é, digamos uma boa notícia. Bem, depois fez-me aqui uma série de perguntas, se eu respondi à Vereadora. Eu, sinceramente, comigo não está nenhuma carta da Câmara de Aveiro, ainda por cima de uma Vereadora, dava-lhe logo prioridade absoluta. Pergunta-me estas coisas, está convencido que eu sei tudo? O Senhor sabe quantos quilómetros são de Lisboa a Tóquio? Não sabe! Onde é que estão os candeeiros? Eu sei. Não sei, exactamente, onde é que eles estão, estão espalhados na cidade, nomeadamente, na Santa Cristina e noutras ruas adjacentes ao centro histórico. Essa é a informação técnica dos serviços. Se calar estavam melhor ali, não fui eu que sugeri a sua saída, foi um arquitecto que fez o projecto, que propôs aqueles candeeiros e que, naturalmente, reaproveitámos. Já agora, queria dizer-lhe o seguinte, há certas figuras que parece que são só propriedade de algumas pessoas. Os Senhores, de vez em quando, é o Zeca Afonso, parece que é propriedade da Esquerda e não sei quantos mais. Há figuras que são de todos nós! Se alguém tem admiração pela figura do Mestre Arnaldo Malho, sou eu. Quem o colocou na toponímia fomos nós, não foram os Senhores, não há nenhuma proposta vossa! Portanto, é bom saber que nós não andamos distraídos! Dá a impressão que há aí umas figuras que só algumas pessoas se identificam. Nós não fazemos tudo bem, temos essa consciência, mas não venha dizer que tem sido um deserto. Quem trouxe à colação algumas “Salvaterras” foi o meu amigo, que disse que havia algumas cidades de dimensão inferior e eu lembrei-me logo de Salvaterra. Se calhar, muita gente lembrou-se de outra coisa, mas eu lembrei-me de Salvaterra, porque é o exemplo de uma Câmara, a única do Bloco de Esquerda, por alguma coisa será, que nós ouvimos falar constantemente. Tudo é Salvaterra! Veja! Mas o que lhe estou a dizer é importante! É porque é testemunho de uma Câmara, a única que têm, ainda por cima, não tinham que se preocupar com mais nenhuma coisa, podia ser um exemplo! Um exemplo de transparência, também não tem sido. Um exemplo de transparência, também não tem sido, um exemplo de cultura, também não tem sido. Então, não é exemplo de nada! É só para lhe dizer que quando fizer as críticas tenha cuidado. Depois veio dizer que eu que insultei. Bem, eu mantenho, exactamente aquilo que disse, acho que não é nenhuma novidade. Eu não tenho nenhum problema pessoal, nem com o José Rui nem com o Ricardo Pais. Com o Ricardo Pais até tenho uma certa coincidência, tivemos o mesmo encarregado de educação, era meu vizinho, portanto, está a ver que não há nenhum problema, até admiro muito esta qualidade de jurado num programa televisivo. Agora, disse aquilo que me ia na alma. Quando eu falei no elefante branco foi do edifício. O Senhor sabe quanto é que custou cada banco daquela recuperação? Uma fortuna! Faliram lá quatro empresas. Portanto, quando eu falei no elefante branco não foi em relação ao aspecto cultural, foi em relação ao aspecto da recuperação física. Foi um autêntico disparate aquilo que se fez, um autêntico disparate. É preciso também que as pessoas saibam disto, se nós não tivéssemos, a nível local, descoberto uma empresa local, que fez o palco e as teias do palco e aquelas aberturas, localmente, que ainda lá estão a servir, tínhamos gasto outra fortuna, porque aquilo que nos remetiam, para que só havia empresas na Cochinchina que fazia aquilo. Eu senti na pele uma recuperação que custou uma fortuna na altura, entre setecentos a oitocentos mil contos. Estamos a falar daquela



recuperação. Ainda há pouco tempo resolvemos algumas indemnizações. E mais, e ainda pagamos renda do edifício, aquilo não é tudo nosso. Não fui eu que comprometi nada, vinha tudo do passado. O que eu disse é que aquilo poderia ter sido feito de uma outra forma. Em relação à programação, não temos nada que nos pese na consciência, nós pagamos e bem, pagamos a parte que nos compete, a parte que é contratualizada, mas não é pouco. É bom que se saiba que fica bem caro à Câmara e a Câmara nunca regateou essa responsabilidade. Nós estamos, perfeitamente, descansados em relação àquilo que temos dado aos promotores culturais de Viseu. Já agora, quem estiver atento às notícias, ainda há pouco tempo uma cidade que é uma referência, até pela forma como é gerida e eu conheço-a muito bem, conheço muito bem o Senhor Presidente da Câmara, ainda há pouco nos vimos num levantamento, digamos, bem frequentado ou muito frequentado, dos promotores culturais em Évora. Toda a gente viu. Não temos tido, felizmente esses problemas. Quando diz houve aqui cento e tal mil euros, uns foram para a Diocese, outros foram para o Colégio da Via-Sacra. Então, são instituições pouco respeitáveis, não? Porque é que havia de ir tudo para o Cine Clube? Claro! Há-de chegar a vez, mas havemos de convir que por ordem de prioridades fica aquém algumas destas instituições, a quilómetros. Se eu tivesse que priorizar: Diocese, Colégio da Via-Sacra, Cine Clube, naturalmente, que não hesitaria nem um bocadinho. Portanto, há-de convir que temos seguido aquilo que é lógico em termos de apoios. Nós vamos dando os apoios que podemos no convencimento de que as instituições culturais de Viseu, têm tido pela nossa parte sempre de forma regular, é que nós não “abrimos a torneira” apenas naqueles momentos quentes das eleições. Aliás, muita gente no meu lugar (possivelmente já não terei nenhuma eleição) até não tinha distribuído subsídios. Nós somos homens de palavra e sabemos muito bem o que é que têm feito as associações do concelho pela cultura local. Com certeza não sabe, não há nenhuma associação do concelho, mesmo em termos físicos que não tenha o dedo da Câmara para construção física, nem uma! Sejam elas de que índole forem, sejam associações ligadas à solidariedade social, religiosas, desportivas, não há nenhuma que não tenha o apoio da Câmara. Se calhar, algumas podem queixar-se, isso não é nada que eu conteste. Se calhar, o apoio tem sido mais para umas do que para outras, mas isso é a discricionariedade de quem gere. Se a gestão fosse toda certinha era feita pelo “Magalhães”, estou a falar do computador, esse era capaz de avariar”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Obrigado Senhor Presidente, está esgotado o Ponto Um da Ordem do Trabalho. Vamos ao **PONTO DOIS** – apreciação e proposta da Câmara Municipal sobre “**ALTERAÇÃO AO MAPA DO PESSOAL PARA DOIS MIL E ONZE**”, nos termos referidos na Lei. O Senhor Presidente diz que não tem nada a acrescentar. Pergunto se há alguém que tem alguma questão a levantar sobre este ponto. Vou então passar à votação. *O Ponto Dois foi aprovado por unanimidade.* Passamos agora ao **PONTO TRÊS** – apreciação e proposta da Câmara Municipal sobre “**CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA O FINANCIAMENTO DOS PROJECTOS A REALIZAR PELOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU: “SANEAMENTO BÁSICO À FREGUESIA DE BODIOSA – CONCLUSÃO (SECTOR III); SANEAMENTO BÁSICO NO SECTOR IV CONCLUSÃO; SANEAMENTO BÁSICO NO SECTOR V CONCLUSÃO E SANEAMENTO BÁSICO NO SECTOR II CONCLUSÃO**”, nos termos referidos na Convocatória. O Senhor Presidente da Câmara diz que não tem nada a esclarecer. Tenho duas inscrições. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Torredeita”. -----

- **QUARENTA E OITO** – **SENHOR DEPUTADO SERAFIM LIMA DE ALMEIDA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE TORREDEITA (PSD)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Subo a esta tribuna no sentido de manifestar a minha satisfação e congratular-me pelo facto de o Executivo



Camarário, na pessoa do seu Presidente, Doutor Fernando Ruas, ter procedido à contratação de empréstimo para o financiamento da conclusão ao saneamento e água ao domicílio na freguesia de Torredeita, incluindo a construção da nova ETAR. Este empréstimo é extensivo a diversos projectos em muitas freguesias no concelho, permitindo a conclusão das ligações da água, saneamento e tratamento em todo o concelho, o que nos deixa muito satisfeitos. Obrigado Senhor Presidente por este investimento para a melhoria da qualidade de vida das populações que servimos”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calde. -----

- QUARENTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO HERCULANO DUARTE GONCALVES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CALDE (PSD) – Usa

da palavra para dizer o seguinte: “Em nome dos habitantes da minha freguesia, venho publicamente agradecer ao Senhor Presidente da Câmara o esforço que a Câmara está a fazer na conclusão dos apetrechamentos: água e saneamento à minha freguesia, reconhecendo que o valor substancial, que é cerca de quatro milhões e setecentos mil euros. As tarefas de conclusão destas obras não têm sido fáceis, dada a dispersão das aldeias que compõem a minha freguesia. Neste momento já se vê a luz ao fundo do túnel para que as pessoas venham a ser servidas de um bem que tanto ansiavam. A política não se faz de promessas, é com decisões desta natureza, que venho reconhecer a gratidão de uma freguesia que passou a estar na História do nosso concelho, face aos equipamentos a que Vossa Excelência a tem dotado. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- CINQUENTA – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Intervém para

dizer o seguinte: “Apenas para referir e acho que o devo fazer nesta altura. Este recurso ao empréstimo tem a ver com a possibilidade de a Câmara não ter, digamos, atingido os limites de endividamento e, portanto, estar autorizada a fazê-lo. Como já disse várias vezes nesta Assembleia, nós aproveitamos todos os recursos ao crédito que nos sejam postos à disposição. Como sabem, eles estão, extremamente, restringidos, há é apenas o recurso ao crédito para três situações, falo na regeneração urbana, para complemento dos fundos comunitários e também para o abastecimento de água. Mas o que eu queria dizer, que me parece importante, é que com estas obras que estão aqui explicitadas, eu queria dizer que não foram apenas estas duas freguesias. O Senhor Presidente da Junta de Bodiosa não veio, mas poderia ter vindo também congratular-se com o empréstimo, porque atinge a freguesia de Bodiosa. Com este empréstimo ficamos com noventa e sete por cento de abastecimento de água ao concelho e noventa e cinco e meio de cobertura de saneamento básico”. -----

- MESA - o Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente. Não tenho mais nenhuma manifestação de vontade para intervir neste ponto, vou pôr à votação. *O Ponto Três foi aprovado por unanimidade.* Vamos passar agora para o PONTO QUATRO, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “DESAFECTAÇÃO DE BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO – PARCELAS F E G, SITAS NA EM-QUINHENTOS E NOVENTA E QUATRO – ALTO DO CAÇADOR A TERMAS DE ALCAFACHE”, nos termos da Lei referida na Convocatória. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara”. -----

- CINQUENTA E UM – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – No

uso da palavra diz: “Também muito rapidamente, porque acho que devo enfatizar a abertura do proprietário. Trata-se de uma permuta de terrenos que permite concretizar o acesso a um dos investimentos, pelo menos, mais simbólicos que a Câmara tem em mãos, que tem a ver com a requalificação do espaço das Termas de Alcafache. Queria realçar a abertura do proprietário, que fez a permuta, como está indicado nos vossos papéis, digamos, sem levantar qualquer problema. Portanto, nem que não fosse, para enaltecer o valor do projecto em si, deveria enaltecer o esforço e a abertura do cidadão que não



obstaculizou nada, antes pelo contrário”. -----
- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar profere as seguintes palavras:
“Muito obrigado Senhor Presidente. Não tenho nenhuma manifestação de vontade para
intervir neste ponto. Vou passar à votação. O Ponto Quatro foi aprovado por unanimidade.
Esgotámos a Ordem de Trabalhos, não está na sala a pessoa que se inscreveu para o
Período de Intervenção do Público, portanto, dou por encerrada a Sessão. Muito obrigado
pela vossa presença”. -----
----- O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão às dezasseis horas e
quarenta e sete minutos. E do que nela foi dito lavrou-se a presente Acta, que vai ser
assinada por mim, _____ Primeiro Secretário e pelo Presidente
da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em
vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim Almeida Henriques)